



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MICHELLE ARANTES COSTA PASCOA

DONAS DE CASA, CRIADAS E EMPREGADAS:
TRABALHO DOMÉSTICO NA FORTALEZA DOS ANOS 1920 E 1930

FORTALEZA
2020

MICHELLE ARANTES COSTA PASCOA

DONAS DE CASA, CRIADAS E EMPREGADAS:
TRABALHO DOMÉSTICO NA FORTALEZA DOS ANOS 1920 E 1930

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social. Área de concentração: Trabalho e Migração.

Orientador: Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P278d Pascoa, Michelle Arantes Costa.

Donas de casa, criadas e empregadas : trabalho doméstico na Fortaleza dos anos 1920 e 1930 / Michelle Arantes Costa Pascoa. – 2020.

119 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior.

1. Trabalho doméstico. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título.

CDD 900

MICHELLE ARANTES COSTA PASCOA

DONAS DE CASA, CRIADAS E EMPREGADAS:
TRABALHO DOMÉSTICO NA FORTALEZA DOS ANOS 1920 E 1930

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social. Área de concentração: Trabalho e Migração.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Ana Rita Fonteles
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Joana Maria Pedro
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Às mulheres da minha vida: Mainha, que sempre me disse “estude, que você consegue”; Mamy, grande contadora de histórias; Jaqueline, de inteligência arguta; Flávia, irmã-mãe; Camila, amiga-irmã; Mãe Cacilda, que me acolheu em Florianópolis; e, em especial, Maria, que tão pequena já trabalhava em casa de família. Sua história de vida me inspirou.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio. Sem este recurso financeiro, minha pesquisa teria sido inviabilizada.

Ao Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior, que de forma tão generosa colaborou em diversos âmbitos para a construção desta pesquisa. Orientador responsável e dedicado, sempre disponível ao debate e ao compartilhamento de fontes e informações, além de realizar inferências de modo gentil e respeitoso. Muito obrigada por suas inestimáveis contribuições.

À Profa. Dra. Joana Maria Pedro, por sua generosidade em aceitar compor minha Banca de Defesa e por ter me proporcionado uma das experiências mais indescritíveis da minha vida ao me receber como sua aluna em intercâmbio na Universidade Federal de Santa Catarina. Seu modo combativo mostrou-me o quanto é potente operar com essa categoria de análise.

À Profa. Dra. Ana Rita Fonteles, que de modo tão sensível contribuiu para minha formação desde a graduação, lecionando a disciplina de “História e Gênero”, passando pela banca de qualificação e de defesa desta pesquisa, sempre de modo agradável e elegante.

À Profa. Soraia Carolina de Mello, participante da banca de qualificação, cujas apreciações foram fundamentais na reestruturação desta pesquisa.

À Profa. Dra. Kênia Sousa Rios, por sua inteligência singular, que me mostrou a beleza dos estudos históricos ainda no primeiro semestre da Graduação. Amiga querida, sempre me incentivou em meus estudos, me mostrando as possibilidades da pesquisa e, sobretudo, que eu era capaz.

Aos professores das disciplinas ministradas ao longo do Mestrado, em especial, o trio Régis Lopes, Kênia Rios e Meize Lucas – pessoas que me inspiram pela fluidez didática com o qual conduzem as aulas. Destaco ainda meu querido professor e poeta Jailson Silva, que traduz em palavras aquilo que há de mais belo e dorido na existência humana.

Aos *amigxs* do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que de modo tão atencioso me acolheu e me proporcionou aprendizados e reflexões surpreendentes. Aos *amigxs* do Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero da Universidade Federal do Ceará, por nossas leituras, trocas de conhecimento e pela amizade.

À minha turma de mestrado, todos e todas sem exceção! A generosidade de vocês tornou meus dias mais leves em meio a tempos tão conturbados e difíceis! Que sorte a minha ter amigos como Ramona, Cláudio, Leo, Raul, Jaili, Marcela, Rafa, Larissa, Weber e Ronald.

Aos amigos Eylo, Juliana e Tatiana – cresci muito como pesquisadora por causa das orientações, conversas e debates que tivemos juntos!

À minha família, que não me deixou desistir, em especial ao meu grande amor Cauê, que sempre apoiou todos os meus sonhos, me proporcionando um ambiente de paz e tranquilidade para que eu pudesse fazer minha pesquisa com calma. À minha amada irmã Jaqueline, minha melhor amiga, confidente, que sempre me dizia que tudo ia ficar bem. À minha querida filha-sobrinha Gabriela, que me fazia gargalhar com vídeos engraçados quando eu estava a ponto de surtar em meio a tanta pressão. Vivinha, Flávia e Vitória, “irminhas” que eu amo, muito obrigada pela força que vocês me deram. Mamãe, que em suas orações dizia: “Deus te abençoe e te dê uma ótima dissertação!”. Paizinho, que muitas vezes me deu colo para eu chorar.

À minha Espiritualidade, que me trouxe paz e serenidade para prosseguir.

“Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para, sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça para cima!” (Trecho do discurso de Sojourner Truth, na Convenção dos Direitos da Mulher, em Ohio, 1851).

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar o trabalho doméstico executado por donas de casa, filhas de criação e empregadas na cidade de Fortaleza, nas décadas de 1920 e 1930. Esse período foi marcado por um aumento populacional, em decorrência de fluxos migratórios de retirantes fugidos das secas que assolavam o interior do Estado. Isso esteve relacionado a um acelerado processo de urbanização, incentivando médicos e sanitaristas a mobilizar mulheres domésticas para o exercício de práticas de limpeza e higiene. Aqui, será dissertado acerca de uma feminilidade produzida no e pelo trabalho doméstico, pontuando qualidades esperadas de cada doméstica, bem como os desvios de conduta e suas consequências. Além disso, é trazida a problematização de um processo que, através de batalhas discursivas, buscava naturalizar o trabalho doméstico como inerente à biologia dos corpos femininos. Aveso a isso, será demonstrado que o exercício do trabalho doméstico nada tem de natural, mas se forja por meio de treinamento e aprendizado. Mobilizando as pautas nacionais – de formação de mulheres para o trabalho doméstico – aos seus interesses, serão apresentadas ações coordenadas de feministas que lutavam para que as moças tivessem acesso à educação. Para tanto, foram utilizadas como fontes históricas dicionários, processos criminais, fontes hemerográficas e a bibliografia local, tentando perceber os sentidos atribuídos à palavra “doméstica” e como esse termo era aplicado nos demais vestígios.

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Gênero. Feminismo.

ABSTRACT

This master thesis aims to analyse the domestic labour carried out by housewives, foster daughters and employees in the city of Fortaleza, in the 1920s and 1930s. This period was marked by an increase in population due to migratory flows of people who fled from droughts that affected the interior of the state. This was related to an accelerated urbanization process, encouraging doctors and sanitarians to mobilize women to exercise cleaning and hygiene practices. Here, it is discussed a femininity produced in and by domestic work, punctuating qualities expected from each domestic worker, as well as deviations in conduct and its consequences. In addition, this work brings to light the problem that, through discursive battles, sought to naturalize domestic work as inherent to the female biology. Averse to this, it will be demonstrated that the exercise of domestic work is not natural, but it is forged through training and learning. Mobilizing national agendas – from training women to domestic work – to their interests, coordinated actions by feminists who fought for girls to have access to education will be presented. For this purpose, dictionaries, criminal proceedings, hemerographic sources and local bibliography were used as historical sources, trying to understand the meanings attributed to the word “domestic” and how this term was applied in other traces.

Keywords: Domestic work. Gender. Feminism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Anúncio da Ceará Gas Company	28
Figura 2 – Anúncio da Kõla Phõsphotada Wernek	41
Figura 3 – Anúncio da Cafiaspirina	67
Figura 4 – Anúncio do fortificante Nutrion	76
Figura 5 – Anúncio do remédio Saúde da Mulher	76
Figura 6 – Anúncio da Cafiaspirina	76
Figura 7 – Anúncio do fortificante Nutrion	76
Figura 8 – Anúncio do remédio Saúde da Mulher	77
Figura 9 – Anúncio da Emulsão de Scott	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de Analfabetismo - Diferenças entre Homens e Mulheres	92
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista de objetos furtados e avaliados pelos peritos	60
Tabela 2 – Domésticas e seu nível de escolaridade	91
Tabela 3 – Currículo Escolar da Escola Doméstica Natal	98
Tabela 4 – Sugestões de conteúdos, por Cora Moraes Barros	101

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DONAS DE CASA, CRIADAS E EMPREGADAS: FEMINILIDADES DECORRENTES DO TRABALHO DOMÉSTICO.....	23
2.1	Delimitações do trabalho doméstico – gratuito e remunerado	24
2.2	Trabalho doméstico gratuito: domésticas donas de casa.....	30
2.3	Trabalho Doméstico Remunerado? Domésticas criadas	44
2.4	Trabalho Doméstico Remunerado: Domésticas empregadas	54
3	TRABALHO DOMÉSTICO: ENTRE O “NATURAL” E O APRENDIDO	70
3.1	Disputas discursivas: A naturalização do Trabalho Doméstico	72
3.2	O trabalho doméstico aprendido: infância, brinquedos e brincadeiras	83
3.3	A escolarização para o trabalho doméstico.....	90
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS.....	107
	FONTES.....	115

1 INTRODUÇÃO

Maria¹ tinha 12 anos de idade quando fora levada por seu pai, para “brincar” com as crianças de uma das mais poderosas famílias do Estado do Ceará, na segunda metade do século XX. O ato de brincar, na verdade, tratava-se dos trabalhos de cuidados das crianças, como dar banho, alimentá-las, colocá-las para dormir e, inclusive, entretê-las com brincadeiras, de modo que sua patroa pudesse dedicar-se a outras atividades, eximindo-a destas.

A brincadeira à qual Maria foi submetida impediu-a de estudar, fato que, segundo ela nos conta, deixou-a por anos em desafeto a seu pai. Para além disso, muito pouco se sabe de seus sentimentos e memórias da infância perdidos. Do mesmo modo, pouco se sabe da vida de seus padrões em suas rotinas, dileções e querelas. E foi o silêncio de Maria que me inspirou a falar, ou melhor, a escrever.

A princípio, esta pesquisa tinha como sujeitos exclusivamente as trabalhadoras domésticas. Minha motivação inicial se deu por meio de histórias de vida de mulheres que conheço, como Maria, que atuaram como empregadas domésticas e cujas experiências me conduziram a profundas reflexões e inquietações.

Na busca de fontes que me amparassem ou descartassem as minhas angústias iniciais, localizei um inventário desenvolvido pelo *Projeto Conservar para Preservar e Preservar para Conhecer*, do Programa de Educação Tutorial (PET), do curso de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), propulsor de inúmeras pesquisas já desenvolvidas², como esta que se apresenta ao leitor.

Esse inventário organizou cerca de 2600 processos criminais da primeira metade do século XX, sob guarda e acesso do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Em sua organização, é possível encontrar um breve resumo tratando do conflito em questão. Estes foram essenciais, uma vez que, em uma sucinta apresentação, destacavam as profissões das mulheres envolvidas naquelas ações judiciais. Ali constavam ofícios como: doméstica, de serviço doméstico, de prendas domésticas, criadas, empregadas e lavadeiras.

¹ Com o objetivo de preservar a imagem desta pessoa, optei por utilizar um nome fictício.

² Cf. SECRETO, Verônica *et al.* (orgs.). **A História em Processo: Ações Criminais em Fortaleza (1910-1950)**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006.

O uso de processos criminais³ enquanto fonte foi imprescindível, pois muitas das domésticas eram analfabetas, e não localizei nenhum vestígio de onde estas mulheres falassem de si mesmas, fosse por meio de diários, de cartas ou outras formas de registro. Contudo, através dos indícios criminais, tive acesso a descrições, mesmo que estereotipadas, sobre estas mulheres, cujas histórias de vida foram narradas através dos agentes do Judiciário, sendo muitos deles homens, brancos e pertencentes a uma elite letrada. Nesse sentido, se fez necessário certo cuidado no tratamento das fontes, onde busquei perceber os discursos que estavam imbricados naqueles registros, bem como preconceitos marcados por questões de gênero, raça e classe, os quais serão desenvolvidos no decorrer deste trabalho.

Por outro lado, os processos criminais me deram acesso a informações que vão desde o evento inédito até as vivências mais corriqueiras. Com base nos variados relatos de réus, testemunhas e vítimas, visualizei algumas imagens do interior das casas, entrei nos quartos, identifiquei objetos utilizados no cotidiano, como malas, pratos, talheres e meias de sapatos; mas também percebi penumbras das diversas relações estabelecidas entre as pessoas que interagiam com as empregadas, como suas patroas (as donas de casa), seus patrões, os filhos destes, além de vizinhos e outros empregados que faziam parte da dinâmica de seus locais de trabalho.

Quando das análises iniciais dos processos, submetidas minhas reflexões aos meus pares, as primeiras indagações e contestações me fizeram ampliar o objeto de pesquisa, pois repetidamente fui questionada a respeito do que significava ser uma doméstica nas décadas de 1920 e 1930, em Fortaleza e no Ceará. Seria possível afirmar ter os mesmos sentidos e aplicações atribuídas, nos dias de hoje, a esta palavra?

Esta inquietação me conduziu a estabelecer uma metodologia de trabalho fundamentada na história dos conceitos, proposta por Koselleck (1992). Para o autor, “as palavras que permanecem as mesmas não são, por si só, um indício suficiente do mesmo conteúdo ou significados por elas designados”⁴. Então, é preciso diferenciar as palavras dos conceitos, uma vez que estes são o resultado de

³ Para saber mais sobre o uso de processos criminais como fonte, cf. FREITAS, Idalina Maria Almeida. **Crimes passionais em Fortaleza**: o cotidiano construído nos processos nas primeiras décadas do século XX. 2007. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 1992. p. 105.

um processo de teorização por meio da análise das fontes. Sobre a utilização ou o emprego de um conceito, o autor diz que “todo conceito é concomitantemente Fato (Faktor) e Indicador (Indikator)”, ou seja, não se trata apenas de um fenômeno linguístico, mas constitutivo de algo localizado além da língua. O conceito, formulação em termos linguísticos, trata daquilo que se quer compreender, trata de uma relação entre o próprio conceito e o conteúdo que se quer alcançar, cuja formulação instaura comportamentos e atuações, regras jurídicas e até mesmo condições econômicas, afirma Koselleck. Nesse sentido, o autor propõe uma metodologia de trabalho:

Todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível [...] entendendo-se texto/contexto na sua acepção mais reduzida, o parágrafo no conjunto de um texto maior [...] a contextualização dos termos em unidades maiores, num conjunto de textos [...] livros, panfletos ou manifestos, cartas, jornais [...] esse texto maior [...] articula-se a um contexto ainda mais ampliado para além do próprio texto escrito ou falado. O que significa dizer que todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos e contextos.⁵

Em minha compreensão, a “acepção mais reduzida” de uma palavra encontrar-se-ia em dicionários, pois é nesse tipo de obra que se localizam as definições e os significados das palavras, bem como sua classificação gramatical e sua aplicação em pequenas frases, demonstrando em contextos mínimos situações em que tais termos podem ser utilizados.

A palavra balizadora deste exercício foi o termo “doméstica”, e dele se extraem dezessete vocábulos pertencentes ao mesmo campo semântico: Aia, ama, babá, camareira, criada, empregada, fãmula, funcionária, governanta, lacaia, mucama, mulher, serva, servente, serviçal, subalterna e subordinada.

Para desenvolver essa atividade, fui em busca de dicionários que dessem conta do meu recorte temporal e, diante da ausência dessas fontes em Fortaleza, me desloquei ao Rio de Janeiro, onde, na Biblioteca Nacional, encontrei volumes de dicionários que datavam de 1813, 1899, 1913 e 1945, ou seja, fontes de períodos anteriores e posteriores ao recorte por mim delimitado, de modo que era possível perceber as mudanças e permanências nas definições e aplicações das palavras.

São dignas de destaque algumas dificuldades em trabalhar com essa tipologia de fonte. A primeira delas foi a própria ausência de dicionários específicos

⁵ KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

de nosso recorte, como dito *a priori*, mas também escassez de vocábulos no feminino, uma vez que boa parte das palavras se encontram no masculino, o que prejudica uma visão clara sobre as atribuições de determinados termos às mulheres. Este aspecto parece ser recorrente em trabalhos de história das mulheres, como observou Michelle Perrot (2008):

Há um déficit, uma falta de vestígios [...]. Na própria língua. A gramática contribui para isso. Quando mistura os gêneros, usa-se o masculino plural: *eles* dissimula *elas*. No caso, de greves mistas, por exemplo, ignora-se quase sempre o número de mulheres⁶.

Ademais, aquilo que o dicionarista atribui como sendo o significado de uma palavra perpassa a própria interpretação que este faz dela e que, por sua vez, está imbricada pelos conceitos e preconceitos expressos em sua própria visão de mundo. Por isso, alerta-se que os sentidos outorgados a uma palavra são fluidos, escorregadios e movediços. De modo que, o que apresento ao leitor são algumas representações possíveis, emanadas pela interpretação e o cruzamento das fontes e pelo confronto com as bibliografias existentes. Assim, deixo claro que não tenho a pretensão de esgotar as possibilidades de significação que os sujeitos históricos desta pesquisa poderiam dar aos vocábulos selecionados para auxiliar em nossa investigação.

Lauretis (1987)⁷, fazendo este exercício de consulta ao dicionário na busca pelos sentidos atribuídos ao termo "gênero", igualmente constatou a fluidez de significados que uma palavra pode ter em função do dicionarista que escreve, do contexto em que tal acepção é construída e até mesmo em decorrência da cultura de um determinado povo:

Ao procurar o verbete "gênero" no *American Heritage Dictionary of the English Language*, constatamos que se trata basicamente de um termo classificatório. É uma categoria gramatical pela qual palavras e outras formas gramaticais são classificadas de acordo não só com o sexo ou com a ausência de sexo (categoria específica denominada "gênero natural" e típica da língua inglesa), mas também com outras características, como as características morfológicas do que se denomina "gênero gramatical", encontrado nas línguas românicas, por exemplo [...].⁸

⁶ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 21.

⁷ O texto foi publicado originalmente em 1987, pela Indiana University Press, e traduzido para o português em 1994, pela Editora Rocco.

⁸ LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 209-210.

Em 1992, este mesmo dicionário passou a oferecer uma nota especial ao termo "gênero", expressando o quão volúvel podem ser os usos dados às palavras, pelas mais diversas pessoas:

Tradicionalmente, *gênero* tem sido usado primariamente para se referir às categorias gramaticais de "masculino", "feminino" e "neutro", mas nos anos recentes estabeleceu-se à palavra um uso que se refere às categorias baseadas no sexo, como nas expressões "diferença de gênero" e "políticas de gênero". Este uso é apoiado pela prática de muitos antropólogos, que reservam *sexo* para categorias biológicas, enquanto usam *gênero* para se referir a categorias social ou cultural. Conforme esta regra, se pode dizer *A eficácia da medicação parece depender do sexo (não gênero) do paciente*, mas *Nas sociedades camponesas, papéis de gênero (não sexo) são mais suscetíveis de serem mais claramente definidos*. Esta distinção é útil em princípio, mas ela não é de modo algum amplamente observada, e uma considerável variação de usos que ocorrem em todos os níveis.⁹

Em concordância com Scott (1995) entendo que:

Aquelas pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história. Nem os professores de Oxford nem a Academia francesa têm sido plenamente capazes de represar, de aprisionar e fixar o significado, de uma forma que seja independente do jogo da invenção e da imaginação humanas.¹⁰

Compreendendo estes contratempos, dei prosseguimento à pesquisa verificando a aplicação dos vocábulos escolhidos em contextos maiores, como aqueles encontrados nos periódicos e foram encontradas matérias em inúmeros periódicos, como: *A Razão: Independente, Político e Noticioso*, *A Imprensa*, *O Imparcial*, *Diário da Manhã*, *O Sitiá*, *A Ordem: Trabalho e Justiça*, *O Ceará*, *A Lucta* e *A Nota*, todos disponíveis no *site* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Através da apresentação de um deles, demonstra-se brevemente ao que se pode ter acesso por meio desta ferramenta. Discorrer-se-á acerca do jornal *A Razão*, periódico usado volumosamente nesta dissertação.

O periódico *A Razão: Independente, Político e Noticioso* pode ser encontrado entre os anos de 1929 e 1938, em quase 600 edições. Em seu primeiro impresso, constam informações como os dias de circulação (diariamente) e o preço de venda das assinaturas: 50\$000 anual ou \$200 o número do dia. Sua edição era

⁹ AMERICAN Heritage Dictionary of the English Language. 3. ed. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 1992. p. 754. *In*: SCOTT, Joan. Os Usos e Abusos do Gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.

¹⁰ SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

produzida em Fortaleza, e seu diretor chamava-se Monte Arraes, que, segundo o *Jornal do Comércio*, era um “dos publicistas doutrinaes de mais accentuado relevo do nosso meio intelectual” (SIC); já o periódico *O Correio da Manhã*, o aclamava por sua atitude “independente e imparcialidade para melhor desincubir-se de sua missão” (SIC). Este editorial pretendia ser “uma gazeta bem feita” de “estyllo moderno” (SIC) que “propõe-se actuar na imprensa cearense pelo critério da imparcialidade e da moderação sem violencia de linguagem e com independência de vistas” e prometia “afastar-se dos partidos cearenses” e desligar-se “de compromissos partidários”¹¹ (SIC).

Apesar de o periódico ter a intenção de manter-se neutro, como uma forma de dar credibilidade ao leitor, é sabido que tal projeto seria inviável, pois o ser humano tende a se posicionar ante a vida por meio de seu olhar que, por sua vez, é permeado por suas experiências individuais anteriores, bem como toma por base seus preceitos e preconceitos.

Em se tratando de notícias referentes às mulheres, este jornal é marcado por uma verdadeira polifonia. Logo em sua terceira edição, a referida gazeta apresentou-se de modo progressista apoiando o direito ao voto feminino¹² anos antes de este direito ser regulamentado em lei. Por outro lado, em diversas crônicas, o folhetim reforçava as atribuições de gênero socialmente estabelecidas às mulheres, como a responsabilidade pela educação dos filhos¹³ e pelo trabalho doméstico cabível às donas de casa¹⁴.

Já em relação às trabalhadoras domésticas, o noticiário ora apresentava matérias benevolentes, mostrando a situação de carestia na qual muitas delas viviam¹⁵, ora promovia um discurso utilizando-se de adjetivos como “queimadinha da Silva”, “desbocada” e “mulher terrível”¹⁶ para qualificar as trabalhadoras que não se adequavam às funções de gênero a elas impostas socialmente.

São compreensíveis as limitações discursivas de cada período histórico, mas estes exemplos foram escolhidos para demonstrar que a neutralidade enquanto premissa jornalística não é exequível, haja vista que seus construtores são sujeitos

¹¹ Jornal A Razão, 12 de março de 1929.

¹² Jornal A Razão, 13 de março de 1929.

¹³ Jornal A Razão, 5 de dezembro de 1930.

¹⁴ Jornal A Razão, 10 de março de 1929.

¹⁵ Jornal A Razão, 5 de julho de 1936.

¹⁶ Jornal A Razão, 2 de maio de 1929.

inseridos em uma realidade social que estrutura concepções de mundo e valores transmitidos para sua escrita.

Em suma, os significados das palavras mencionadas nos dicionários foram cruzados com os modos pelos quais estes vocábulos eram aplicados nas fontes hemerográficas e nas fontes oficiais, como os processos-crime e as mensagens escritas pelo presidente do Estado à Assembleia Legislativa. A trama formada por todas essas linhas modificou o tecido das questões iniciais desta investigação, expandindo-a.

Tem-se como objetivos analisar dimensões do trabalho doméstico desenvolvido por donas de casa, criadas e empregadas, buscando destacar o caráter reprodutor de pobreza intrínseco a este ofício. Além disso, este estudo dissertará acerca de uma feminilidade decorrente deste labor pontuando os atributos desejáveis às domésticas e analisando as consequências dos desvios, projetados na violência cotidiana, observada através dos crimes de sedução e defloramento, sexuais, de ferimentos e contra a propriedade. Por fim, será confrontada a ideia de trabalho doméstico enquanto algo inerente à biologia dos corpos das mulheres e o trabalho doméstico como resultado de um processo de aprendizado e escolarização.

As décadas de 1920 e 1930 compreendem o recorte temporal desta investigação, pois notou-se que neste período houve uma alteração na geografia de Fortaleza e nos costumes de seus habitantes modificando a relação destes com o trabalho doméstico. A intervenção de médicos e sanitaristas, neste período, colocou em pauta a importância das donas de casa na prevenção da mortalidade infantil, por meio de hábitos de limpeza e da manutenção da higiene do lar.

Além disso, as sucessivas secas que castigaram os cearenses por anos, culminaram na elaboração de um conjunto de práticas que visavam promover um ordenamento e uma limpeza social da urbe através de políticas públicas aversas aos pobres e à pobreza, direcionando-os a ocupações laborais que os afastassem da mendicância, da vadiagem e da prostituição. Esses ofícios eram baseados em uma divisão sexual do trabalho¹⁷, onde, de modo geral, aos homens cabia a construção de obras públicas e às mulheres, o trabalho doméstico. Meninas sertanejas órfãs

¹⁷ “A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera produtiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.).” (HIRATA, 2009, p. 67).

eram criadas por famílias que se utilizavam da mão de obra destas e de empregadas domésticas, que trabalhavam por salários de trocados. Neste sentido, o campo supriu uma necessidade de mão de obra no processo de urbanização de Fortaleza e dos postos de trabalhos nas casas de família, vagos em função do fim institucional da escravidão, ocorrido em 1884¹⁸.

Na construção deste estudo, buscou-se considerar o traspasse que existe entre o trabalho doméstico as questões gênero, pois são estas questões que determinam quem vai ou não desempenhar esta função, sob a prerrogativa de uma explicação biológica, que estabelece quais são os corpos que devem se dedicar aos trabalhos de reprodução, essenciais à nossa existência, e quais corpos poderão se concentrar na política e na intelectualidade.

O gênero é uma categoria de análise que refuta a ideia de que somos seres meramente biológicos e que é a biologia que define nossas habilidades físicas ou intelectuais. De acordo com esta corrente teórica, é a própria sociedade que estabelece atributos às pessoas em detrimento de seu sexo biológico, produzindo desigualdades entre os seres humanos. Para Scott (1995), “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”¹⁹.

Tais atributos produzem feminilidades e masculinidades, que, por sua vez, mudam ao longo do tempo, ou seja, aquilo que se entende por “coisas de mulher” ou “coisas de homem” hoje possui diferenças sobre o que se entendia disso, no início do século XX, por exemplo.

Lauretis (1994), analisando a perspectiva de Foucault (1980)²⁰ de sexualidade, observa que, para o autor, esse âmbito da existência humana é, na realidade, “um conjunto de efeitos produzidos no corpo, comportamentos e relações sociais” que se dão por meio de “uma complexa tecnologia política”. A autora acrescenta ao pensamento de Foucault trazendo a noção de que as masculinidades e as feminilidades são resultado de uma “tecnologia sexual” onde “os discursos (institucionais, artísticos (como o cinema e a literatura), entre outros), em sua

¹⁸ RODRIGUES, Elyo Fagner Silva. **Os Párias da Modernidade na “Terra da Luz”**: “a gente ínfima” de Fortaleza no processo de regulação da mão de obra urbana (1877-1912). 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2018.

¹⁹ SCOTT, 1995, p. 86.

²⁰ FOUCAULT, Michel. **The history of sexuality**. Vol. I: An Introduction. Tradução de Robert Hurley. Nova York: Vintage Books, 1980. p. 127. *apud* LAURETIS, 1994, p. 208.

totalidade, contribuem para perpetuar as diferenças estereotipadas impostas para diferenciar masculino do feminino”²¹.

Por meio dessas tecnologias sexuais, a sociedade vai ensinando para as pessoas como elas devem se portar em seus gestos, formas de andar, falar, sentar-se ou vestir-se; como devem se relacionar com seus iguais e com aqueles que são destes “o outro”. De acordo com Butler (2017), a repetição desses atos, gestos e signos dentro de uma dimensão cultural impulsionaria a noção de corpos masculinos e femininos, onde esses atos intencionais traduziriam uma “performatividade de gênero”²².

Será utilizada a categoria de gênero e não de “mulheres”²³, pois entende-se a relevância de se estudar o aspecto relacional das experiências entre os seres humanos. Assim, preserva-se esta pesquisa de cair no mito das esferas separadas, entendendo que os seres humanos são “definidos em termos recíprocos” e que seria inviável “compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado” do outro²⁴.

Esta dissertação se divide em duas partes. No primeiro capítulo, será dissertado a respeito de algumas dimensões do trabalho doméstico: o gratuito, desempenhado pelas donas de casa em detrimento de sua função no interior da família, justificado pelo afeto à prole; o compulsório, realizado pelas filhas de criação que, muitas vezes, eram inseridas em um ambiente de trabalho travestido de relação familiar; e o remunerado, executado por mulheres pobres por uma questão de necessidade material. Será explanada, nesse primeiro instante, uma feminilidade decorrente do trabalho doméstico, que é valorativa para um grupo social de mulheres, desqualificadora de outras e cuja transgressão das convenções reverberava em violências cotidianas.

No segundo capítulo, almeja-se problematizar a ideia de trabalho doméstico como algo proveniente da biologia dos corpos femininos – noção que foi construída através de “disputas discursivas” entre extratos sociais, como médicos, juristas, religiosos e jornalistas. Por outro lado, serão apresentadas ações

²¹ LAURETIS, 1994, p. 208.

²² BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

²³ Para compreender melhor a diferença entre as categorias “mulher”, “mulheres” e “gênero”, cf. PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011.

²⁴ SCOTT, 1995, p. 72.

coordenadas por mulheres que lutavam para que outras mulheres se tornassem sujeitos de direitos. Traz-se a intenção de demonstrar o trabalho doméstico como resultado de um processo de aprendizado que, dentre outras formas, se dava por meio de “pedagogias culturais” e de modo institucional através das Escolas Domésticas.

2 DONAS DE CASA, CRIADAS E EMPREGADAS: FEMINILIDADES DECORRENTES DO TRABALHO DOMÉSTICO

Ao raiar das décadas de 1920 e 1930, Fortaleza compilava os corolários do processo de urbanização iniciado na segunda metade do século XIX. Inspiradas pela ótica higienista de asseio e salubridade, nossas autoridades construíram a Capital do Ceará tendo como premissa a distribuição racional e moral dos espaços. Nestes anos, o Centro da cidade já se via cercado de automóveis e bondes elétricos e, por isso, também se avistavam calçadas e calçamentos²⁵.

O denso aumento populacional provocado pelas migrações constantes de retirantes fugidos das secas ampliava a necessidade da construção de novas ruas, avenidas e residências. *Pari passu* ao ímpeto da modernidade, o comércio ganhava novos contornos, aquecendo o mercado imobiliário²⁶ e impulsionando a formação de uma geografia citadina que separava os abastados moradores das “mansões e palacetes”²⁷ da Jacarecanga e os habitantes de “casas mal rebocadas, com portas imundas”²⁸ nas regiões periféricas da urbe.

Apesar disso, as interações entre os mais diversos grupos sociais eram inevitáveis, principalmente pela necessidade da fruição da mão de obra barata que ocupava os espaços de quem ascendeu socialmente em função do desenvolvimento material da cidade. A título de exemplo, tem-se o alargamento da atuação das mulheres no mercado imobiliário de Fortaleza, aspecto que favoreceu o aumento do trabalho doméstico remunerado²⁹.

²⁵ Para saber mais acerca do processo de urbanização iniciado em meados do século XIX, a pesquisa *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*, de Rogério Sebastião Ponte, elucida o processo de remodelação urbana e disciplinarização sociopolítica experimentado pela Capital do Ceará no fim do Império.

²⁶ VIANA JÚNIOR, Mário Martins. **As mulheres na expansão material de Fortaleza nos anos de 1920 e 1930**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

²⁷ PONTE, Rogério Sebastião. *A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle*. In: SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2007. p. 185.

²⁸ BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. **Cidade na Contramão: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – PUC, São Paulo, 1996. p. 23.

²⁹ VIANA JÚNIOR, *op. cit.*, p. 163.

2.1 Delimitações do trabalho doméstico – gratuito e remunerado

Aquela manhã de 30 de agosto de 1939 parecia como outra qualquer, não fosse a presença de um homem todo ensanguentado, que corria na Praça do Ferreira gritando para o guarda de trânsito Raimundo Francisco Dias: “Me acuda, seu guarda, que uma mulher me furou!”. Em companhia do ferido, o guarda se encaminha para Rotisserie, onde o crime ocorreu, e presencia uma mulher transtornada, com uma faca na mão, bravejando: “Deixe eu matar aquele bandido, pois ele deu em minha cara!”. As testemunhas diziam que esta mulher só não matou Lorival Sousa Araujo porque este correu. Ela, diferentemente dele, não corre, mas clama: “Apareça quem me prenda!”. Nos autos do processo, consta o nome e a profissão desta mulher: Maria Laura Bezerra, 30 anos, *doméstica*.

De acordo com o resumo do inquérito, a ação da depoente havia sido planejada previamente por motivo de vingança:

A denunciada, para cometer o delito em apreço, tinha se armado previamente do instrumento de que se utilizou, escondendo-o em uma bolsa, e alcançou Lourival de surpresa, na ocasião em que conversava com a testemunha José Rego Filho. Maria Laura agiu ainda sob um impulso de vingança tendo ouvido falar de que Lourival andava a dizer que a esbofeteára, saiu á sua procura, e, tendo-o visto passar na Praça General Tiburcio, contornou o quarteirão, indo encontrá-lo no ponto onde praticou o delito. Presa em flagrante a acusada confessou o crime e suas causas, entregando a arma, tendo sido recolhida á Casa de Detenção [...] Em seguida presente a acusada passou o Sr. Delegado a interrogar-a perguntando-lhe: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, residência e se sabia ler e escrever. Respondeu chamar-se Maria Laura Bezerra, com trinta (30) anos de idade, filha de Amâncio Alves Bezerra e Rosa Amélia Bezerra, com profissão de **dona de casa** [...] (SIC).³⁰

A fonte acima suscita reflexões acerca de temas como a sociabilidade entre vizinhos e as agressões ocorridas entre estes. Contudo, o que realmente me chamou a atenção foram os modos com os quais a ré se apresentou as autoridades e como foi apresentada por estas no decorrer desta investigação: ora como *doméstica*, ora como *dona de casa* e, ainda, como sendo *de trabalhos domésticos*.

Atualmente, quando uma pessoa se apresenta como sendo trabalhadora doméstica, detém-se que esta é empregada como “cozinheiro (a), governanta, mordomo, babá, lavador, lavadeira, faxineiro (a), vigia, piloto particular de avião e helicóptero, motorista particular, jardineiro (a), acompanhante de idosos (as), entre

³⁰ APEC. Tribunal de Justiça, Ações Criminais, Crime de Ferimentos.1929. Grifo meu.

outras”³¹. Tal fato acontece, pois em nosso vocabulário corre’nte, esta relação de trabalho já se encontra institucionalizada e regulamentada³².

No entanto, buscando os dicionários do final do século XIX e início do século XX, tem-se “doméstico” enquanto adjetivo, “palavra que restringe a significação ampla e geral do substantivo” que, por sua vez, “é a palavra com que nomeamos os seres em geral, e as qualidades, ou estados, considerados por si mesmos, independentemente dos seres com que se relacionam”³³. Tais atributos se apresentam nas fontes como “relativo ao govêrno da casa”³⁴ (SIC) e, ainda, como o “que serve por soldada”³⁵ (SIC).

Cruzando o processo de Maria Laura Bezerra com as definições propostas por Figueiredo (1899 e 1913), considerou-se haver neste recorte uma dupla dimensão do trabalho doméstico: o *gratuito*, realizado pelas donas de casa no governo do lar ou pelas filhas de criação de modo *compulsório*, e o *remunerado*, desenvolvido por pessoas empregadas neste ofício e que, para tanto, recebiam algum tipo de pagamento. A ré Maria Laura expõe, também, a possibilidade de uma mulher ocupar tanto uma função quanto a outra, uma vez que ela era uma “dona de casa” e prestava “trabalhos domésticos” ao mesmo tempo.

Com base nessa premissa, pode-se notar o quão péfidas podem ser as palavras, ludibriando os desavisados que leem as fontes de modo desatento. Relatando a dificuldade de identificar as possibilidades de sentidos atribuídos à profissão “serviços domésticos”, Rocha (2011) afirma:

Do total de vinte e um processos de ferimentos aqui analisados, podemos perceber que, **ao responder acerca de suas profissões, muitas mulheres se referiam aos “serviços domésticos” sem especificar como realizavam esse trabalho, isto é, se o faziam como dona-de-casa ou como empregada na casa de outras de pessoas.** Se refletirmos que sobre a denominação de “serviços domésticos” estão inclusos os mais variados afazeres de uma casa, podemos depreender que nele estão inclusos a lavagem e a engomagem de roupas, o cozinhar, e outros³⁶.

³¹ BRASIL. **Trabalhadores domésticos**: direitos e deveres. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015. Disponível em: <http://portal.esocial.gov.br/manuais/cartilha-trabalhadores-domesticos-direitos-e-deveres>. Acesso em: 4 dez. 2019.

³² Cf. Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 4 dez. 2019.

³³ LIMA, Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Edição revista segundo o novo Acordo Ortográfico. 51. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2013. p. 141.

³⁴ FIGUEIREDO, Cândido de. **Nôvo Diccionário da Língua Portuguêsa**, Sociedade Editora Portugal Brasil, 1899.

³⁵ *Id.*, 1913.

³⁶ ROCHA, Raquel Caminha. “**Aparta que é briga**”: discurso, violência e gênero em Fortaleza. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, 2011. p. 46. Grifo meu.

Para estabelecer se as domésticas que advinham de suas fontes eram donas de casa ou empregadas, Rocha (2011) concatenou este vocábulo com outras informações que estas mesmas fontes exteriorizavam, como a baixa escolaridade e a condição socioeconômica.

Viana Júnior (2009) igualmente observou o aspecto lúbrico dos vocábulos estabelecendo uma distinção entre as “domésticas” que emergiam de suas fontes:

Nas fontes cartoriais, majoritariamente, o termo “doméstica” remetia a situação de “dona de casa”. Contudo, no caso das mulheres mais pobres, também poderia indicar a profissão de empregada doméstica. Nos casos aqui analisados a primeira interpretação parece mais coerente em virtude da posição socioeconômica das negociantes³⁷.

O autor deduziu que nem todas as “domésticas” eram iguais, pois, nas fontes cartoriais analisadas por ele, algumas mulheres que se apresentavam como tal, eram, na verdade, “hipotecárias, credoras capitalistas, locatárias de imóveis e especuladoras comerciais que aumentavam suas fortunas cotidianamente”³⁸ no comércio imobiliário de Fortaleza e que, para conciliar suas atividades públicas com as demandas da casa e da família, faziam uso da mão de obra de outras mulheres “domésticas”, as empregadas.

Pateman (1993) afirma que “uma esposa que tem um emprego remunerado nunca deixa de ser uma dona de casa; pelo contrário, ela se torna uma *esposa que trabalha* e aumenta sua jornada”³⁹, por isso o uso da mão de obra de domésticas empregadas era tão importante para as donas de casa que trabalhavam fora do lar. Para Viana Júnior (2009), parte do salário dessa mulher era utilizado no pagamento dos trabalhos que ela deixou de realizar em casa ao se dedicar a atividades profissionais.

Dito isso, tem-se por *trabalho doméstico gratuito* as atividades desempenhadas por mulheres na condição de esposas, mães e filhas (biológicas ou de criação). São trabalhos relativos à limpeza e manutenção da casa e das roupas, bem como à feitura da comida e abastecimento das provisões e de água, assim

³⁷ VIANA JÚNIOR, 2009, p. 147.

³⁸ *Ibid.*, p. 146.

³⁹ PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 208.

como o cuidado das crianças, idosos e doentes. De acordo com o *Dicionário Crítico do Feminismo*:

Trabalho doméstico, produção doméstica, economia doméstica, serviço doméstico, atividades do lar, atividades domésticas, cuidadora de pessoas, dona de casa, esposa, mãe, todos esses termos têm conotações disciplinares e conceituais distintas que suscitam controvérsias sobre o significado que se deve dar à expressão “trabalho doméstico”. **Definimos o trabalho doméstico como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres.**⁴⁰

Essas atividades *executadas sem pagamento de salário* o eram em nome do afeto e do dever para com a família, não só na Fortaleza dos anos 1920 e 1930, como em outros períodos e outras regiões do mundo. Michelle Perrot (2017), analisando o trabalho doméstico gratuito realizado em Paris no século XIX, constatou que majoritariamente este era executado pelas donas de casa das classes populares urbanas, às quais eram investidas duas funções elementares:

Primeiramente, dar à luz e criar filhos que leva consigo e, a partir do momento que sabem andar acompanham-na por toda parte [...]. Segunda função: a manutenção da família, os “trabalhos domésticos” expressão que tem um sentido muito amplo, incluindo a alimentação, o aquecimento, a conservação da casa e roupa, o transporte de água etc. tudo isso representa idas e vindas, tempo, *trabalho* considerável.⁴¹

Perrot (2017) destaca que o trabalho doméstico gratuito representava “idas e vindas, tempo e trabalho considerável”. Destarte é preciso vislumbrar a temporalidade de quem fazia estes trabalhos e não contava com as facilidades proporcionadas pela indústria alimentícia e pelos eletrodomésticos que se tem hoje. Medeiros (2010) explica a complexidade dos modos de fazer tarefas cotidianas como as refeições:

[...] preparar as refeições, correntemente um trabalho feminino, não consistia, como hoje, na justa dosagem e combinação de ingredientes já prontos. Antecedendo as práticas de temperar e cozer, havia ainda o sacrifício do animal, o escorrimento do sangue, a remoção das penas e couros, o esquartejamento, a retirada de vísceras e ossos e a limpeza das carnes que serviriam a mesa do dia.⁴²

⁴⁰ HIRATA, Helena *et al.* (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 256-257. Grifo meu.

⁴¹ PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 229.

⁴² MEDEIROS, Aline da Silva. **Trabalhos de Parto: A Maternidade João Moreira da Rocha e o corpo feminino em Fortaleza (1915-1933)**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010. p. 40.

Após esse preparo dos alimentos, a doméstica teria de cozinhar em um fogão a lenha que, conforme os anúncios da Ceará Gas Company eram muito inconvenientes por produzir sujeira e fumaça, além da própria dificuldade de acender o fogo quando o clima estava úmido ou chuvoso, em contrapartida aos benefícios do uso do fogão a gás, como a higiene e a economia, além da praticidade de não ter panelas queimadas ou comida com gosto de fumaça.

Figura 1 – Anúncio da Ceará Gas Company (SIC)

Ceará Gas Company.
O Inverno e a Cozinha
 Cozinha à lenha, tal espécie
 inventada, é um martírio para
 as donas de casa, e que
 não pode ser evitada.
**Fogão a Gaz
 Carbonico.**
 que está sempre pronto a
 qualquer momento. É rápido,
 higienico, economico e
Não faz fumaça
 Varios modelos em exposição na
Loja do Gaz
 Praça do Ferreira, 203

Excepcional!
 Parece incrível, mas não é:
**OS PREÇOS DA
 CASA PROGRESSO
 CONDIZEM COM A CRISE**

O ALTINO

12.000 pares de calçados
 Comprados no Rio e São Paulo, destinados á venda pelo custo
 até 31 de Dezembro
PREPAREM NAS SUAS COMPRAS Á
Casa Venezia

Ceará Gas Company,
O Inverno e a Cozinha
 Cosinhar á lenha, na epocha
 invernosa, é um martyr para
 as donas de casa
**Prefira Va. Exc. para a sua
 commodidade e encanto do seu
 lar,—o moderno**
**Fogão a Gaz
 Carbonico,**
 que está sempre pronto a
 qualquer momento. E' rapido,
 higienico, economico e
Não faz fumaça
 Varios modelos em exposição na
Loja do Gaz
Praça do Ferreira, 203

Fonte: Jornal A Razão (1920 e 1930).

A publicidade veiculada no jornal *A Razão* nas décadas de 1920 e 1930, alude sobre as temporalidades do trabalho doméstico presentes nestes dois objetos: o fogão à lenha e o fogão a gás. O primeiro nos remete a um tempo mais lento, que exigia de quem fazia seu uso todo um planejamento: encontrar a madeira, cortá-la, levá-la para casa, acender o fogo e só então começar o seu uso. Já o segundo, instrui acerca da praticidade de ter um equipamento que simplificava os processos cotidianos como o ato de cozinhar, além de minimizar o esforço corpóreo que a consumidora haveria de ter sem esta tecnologia voltada para o trabalho doméstico.

Além do *trabalho doméstico gratuito*, muitas mulheres desenvolviam o *trabalho doméstico remunerado*, que englobava todas as atribuições do trabalho doméstico gratuito, mas que se forjava em decorrência da necessidade e da

condição de carestia, pois esta era uma forma de as mulheres pobres (solteiras ou casadas) contribuírem financeiramente com o sustento de si próprias e de suas famílias. Esse era o caso de Maria Laura Bezerra. Acerca desta dimensão do trabalho doméstico, Perrot (2017) nos explica que a empregada:

[...] se esforça em trazer à família, unidade econômica fundamental, recursos monetários marginais em períodos. [...] esse “salário de trocados” provém essencialmente de atividades no setor de serviços: faxina, lavagem de roupas, [...] o trabalho em domicílios [...].⁴³

As significações possíveis, que despontam de nossas fontes, acerca do trabalho doméstico sobressaltam para além dos sentidos das próprias palavras. Elas manifestam como através da linguagem se configuram as relações de poder. Quando a sociedade estabelece discursivamente que o trabalho doméstico é "coisa de mulher", esta promove uma desigualdade de gênero, exonerando os homens do exercício de atividades fundamentais para a sobrevivência humana.

Por outro lado, a desigualdade social que impele mulheres pobres ao trabalho doméstico remunerado denota uma questão de “classe”, haja vista que esta é uma atividade reprodutora de pobreza, aonde a privação material conduz ao exercício do seu labor e, ao mesmo tempo, tal exercício mantém seus sujeitos produtores na mesma condição social.

Thompson (1987) explica que “classe” é “fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria da experiência como na consciência”. A “classe” ocorre quando os grupos humanos possuem “identidade de seus interesses entre si” contra outros “cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”. Para o autor, a “experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente”. Já a “consciência de classe” é o modo como “essas experiências são tratadas em termos culturais”. Nesse sentido, modelos de feminilidade foram socialmente erigidos consoantes ao trabalho doméstico e à classe social da mulher que o executava.

A seguir, podem ser vistas algumas representações de feminilidade, onde perfis de homens e mulheres foram traçados com vistas a reforçar essas desigualdades de gênero e de classe social.

⁴³ PERROT, 2017, p. 230.

2.2 Trabalho doméstico gratuito: domésticas donas de casa

No dia 4 de agosto de 1924, Joaquim Rodrigues Almeida, despachou um ofício do *Juízo de Casamento* a ser publicado no jornal *A Ordem: Trabalho e Justiça*. Tal ofício versava acerca do noivado de Raymunda Madeira e Francisco Coelho Sampaio – ela *doméstica* e ele tipógrafo.

Estes boletins eram amplamente divulgados em jornais de Fortaleza e de outras comarcas do Estado do Ceará e tratavam de um conjunto de matérias onde o juiz local informava os dados dos nubentes, pedindo à sociedade que se manifestasse caso houvesse algum impedimento para realização do matrimônio, sob a possibilidade de a questão ser avaliada à luz do Código Civil de 1916 que determinava:

Parágrafo único. Se algum dos contraentes houver residido a maior parte do último ano em outro Estado, se apresentará prova de que o deixou sem impedimento para casar, ou de que cessou o existente. Art. 181. À vista desses documentos apresentados pelos pretendentes, ou seus procuradores, o oficial do registro lavrará os proclamas de casamento, mediante edital, que se afixará durante 15 (quinze) dias, em qualquer lugar ostensivo do edifício, onde se celebrarem os casamentos, e se publicará pela imprensa, onde a houver. Art. 182. § 1. Se, decorrido esse prazo, não aparecer quem oponha impedimento nem lhe constatar dos que de ofício lhe cumpre declarar, o oficial do registro certificará aos pretendentes que estão habilitados para casar dentro nos 3 (três) meses imediatos.⁴⁴

A respeito do rito e da instituição do casamento, Soihet (2008) infere que este “no seio dos populares [...] não predominava”⁴⁵, uma vez que, a normatividade envolvida nas relações de enlace no Brasil do século XX perpassavam aos interesses de uma classe social abastada, que usava o matrimônio para manutenção dos bens no interior de uma parentela.

Nesse sentido, para as elites brasileiras, o casamento era o único meio lícito de vínculo entre um homem e uma mulher e, de modo geral, o número de pessoas casadas pelas vias legais era ínfimo em relação à população total, e isso se devia a diversos motivos, como os entraves burocráticos e os custos do matrimônio, o que o tornava desinteressante.

⁴⁴ BRASIL. **Código Civil**: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, acompanhada de legislação complementar, súmulas e índices. Adendo especial: Código Civil de 1916. 54. ed. 2003.

⁴⁵ SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 368.

Pateman (1993) aprofunda essa discussão explicando que o contrato de casamento é “constitutivo das relações domésticas” onde “tornar-se esposa implica tornar-se dona-de-casa, ou seja, a esposa é alguém que trabalha para o marido no lar conjugal”⁴⁶. Revisitando a teoria sociológica do “contrato social”, a autora denuncia o fato de que o “contrato sexual nunca é mencionado”. Esta dimensão “suprimida da teoria do contrato”, é justamente a que a autora pretende “romper as camadas de autocensura teórica”. Apresentando os modos como o contrato original foi construído, Pateman (1993) revela formas de exclusão das mulheres da categoria fundamental de indivíduos. A autora elucida que no caso do contrato de casamento as mulheres são o próprio objeto do contrato, envolvendo uma “troca de obediência por proteção”, criando o que a autora chama de “dominação e subordinação civis”⁴⁷.

Ao casar-se com Francisco Coelho, Raymunda Madeira deveria estar ciente que, implícita ao seu contrato de matrimônio estava a prestação do *trabalho doméstico gratuito* para seu cônjuge e para a família que se formaria através daquele trâmite legal. Desse modo, era *sua função no interior da família* que a tornava uma mulher doméstica, e sua execução, dentro dos moldes estabelecidos pela sociedade da qual ela fazia parte, tornava esse labor um aspecto valorativo da sua condição.

Aquilo que era desejável a estas mulheres pode ser facilmente encontrado nas páginas dos periódicos dos anos 1920 e 1930, por meio de notícias que versavam a respeito dos afazeres, do cotidiano e das características de uma boa doméstica dona de casa. Estas matérias eram permeadas por atributos que designavam atitudes aprazíveis ou desprezíveis para as mulheres e os homens casados. Tais adjetivações partiam de uma construção social de gênero que qualificava os sujeitos em suas ações, por meio de uma feminilidade e de uma masculinidade que estava instituída.

Desse modo, uma boa doméstica, enquanto dona de casa, era louvada pela sociedade com determinados tipos de predicados que a dignificavam por causa do trabalho doméstico; por isso, falo de uma *feminilidade decorrente do trabalho doméstico gratuito*. Contudo, vale ressaltar que o que será apresentado adiante são construções imagéticas dessas mulheres, e “é evidente que os modelos não descrevem a realidade”. Apesar disso, as representações nos ajudam a

⁴⁶ PATEMAN, 1993, p.176.

⁴⁷ *Ibid.*, p.176.

compreender as qualidades “que prevalecem em cada época” e que “têm a capacidade de influenciar os modos de ser, agir e sentir das pessoas, os espaços que elas ocupam na sociedade e as escolhas de vida que fazem” assim como influenciam em outras dimensões da existência humana, como “as prescrições religiosas, os procedimentos jurídicos, a educação oferecida”⁴⁸ às pessoas em função de seu gênero, raça ou classe.

No início do século XX, o modelo ideal de família era aquele nuclear, composta por marido, esposa e filhos⁴⁹. Então, em um primeiro plano, tem-se que a *boa doméstica dona de casa* se destacava por seu estado civil, ou seja, ela *era casada e submissa ao marido*. Em contrapartida, a desobediência e a insubmissão ao cônjuge poderiam acarretar o que hoje se entende por violência de gênero, que:

[...] é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo este necessidade de fazer uso da violência.⁵⁰

Segundo registram os escrivães dos processos criminais, a violência se apresenta por “motivo frívolo”⁵¹, ou seja, fútil, banal. Os vestígios mostram a reação dos maridos quanto aos questionamentos de suas esposas, por mínimos que fossem: Maria Luiza da Conceição, moradora do Arraial Moura Brasil, levou uma facada de seu marido José Francisco dos Santos por lhe perguntar por qual razão este chegara atrasado para o almoço⁵². Já Emygdio Ferreira Lima agrediu Julia de

⁴⁸ PINKSY, Carla Bassanezi. Imagens e Representações 1: A Era dos modelos rígidos. In: PINKSY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 470.

⁴⁹ Atentou-se ao fato de que o conceito de família não é estático, e seu sentido atribuído no início do século XX “formou-se após um longo processo histórico”. Entre os séculos XVII e XVIII, muitas outras figuras incorporavam as estruturas familiares, como os escravos e os agregados (PATEMAN, 1993, p. 175).

⁵⁰ SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

⁵¹ APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Ferimentos. Caixa 07. 1920/07.

⁵² APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Ferimentos. Caixa 08. 1921/13.

Lima⁵³, pois esta foi ao seu encontro na casa de sua amante. Outro exemplo foi publicado no jornal *A Razão* de 25 de março de 1931:

[...] Uma manhã, quando o esposo ia sair para o trabalho, Raymunda, chorando e furibunda de ciúmes, chama-o e diz: <<seu Mundico, desde muitos dias que venho notando o seu desamor a casa, e só por causa daquela fulana.>> Mundico, ficou desapontado, pelo que acabava de ouvir da mulher, e enraivecido disse-lhe algumas verdades, finalizando em forte alteração de murros, empurrões, etc. (SIC)

De acordo com Farge (2013), a experiência explícita da traição é uma forma de esse marido exercer seu poder destacando “quem manda”. Por outro lado, a traição, mesmo que velada, indica o que Valobra (2009) chamou de “violências silentes”, ou seja, violências que estampam um caráter hierárquico a gestos da rotina que são imperceptíveis (naturalização de conceitos morais) e que sequer são considerados violências, nas quais imaginários de gêneros violentos são arraigados nas relações sociais.

O oposto, igualmente, acontecia e por ser aparentemente mais raro, recebia grande destaque nos noticiários e logo se questionava acerca da suposta “fraqueza feminina”. Uma notícia do jornal *A Razão* de 19 de março de 1929 (grifo meu) exemplifica essa constatação:

NOTAS POLICIAES – DIZEM QUE A MULHER É A PARTE FRACA. A barra do Ceará é um lugar pacato [...] com gente pobre e simples, que, em geral vive da pesca. Pequeno, o povoado é composto de casas de taipa cobertas de palha. Ante-ontem, domingo, e, como tal, dia de folga os pescadores ficaram pela praia de <<papo na areia>>, dormindo ou conversando. Tudo isso é bem cearense. José Vasco Potracio, vive na Barra do Ceará. Mora num casebre, que elle mesmo construiu no chão enxuto, longe da praia. Com elle vive a mulher Joanna que usa o seu sobrenome, e o acompanha ha bons anos [...]. Ante-hontem, porém, surgiu, no “casal”, uma rixa [...] motivada por ciúmes [...] de mulher pelo “seu homem”. Corria na barra um boato [...] de casamento do José [...] com uma moreninha, filha de uma mulher [...] nas vizinhanças. A bocca miúda falou-se muito do “caso” e, [...] foi parar elle aos ouvidos de Joanna. **A mulher pegou fogo e mandou chamar o Vasco [...]. Quando chegou lá a mulherzinha repetiu-lhe o que se comentava no povoado, e sem esperar por desculpas, feriu-o com uma faca. Joanna [...] seguiu para a cadeia e o Vasco [...] à Santa Casa de Misericórdia.** (SIC)

Além de casada e submissa, a boa doméstica pertencia a uma *classe social* que lhe dava condições mínimas de permanecer no lar, desenvolvendo a lida doméstica gratuita, sem a necessidade de trabalhar fora de casa, pois era financeiramente mantida por seu marido. Como foi afirmado anteriormente, esse tipo

⁵³ APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Ferimentos. Caixa 08. 1921/13.

de doméstica *desempenhava uma função dentro da família*, assim como seu esposo, que deveria ser seu provedor, pois “um homem se definia socialmente enquanto trabalhador” e “era julgado por seus pares e pela sociedade em geral pela sua capacidade de trabalhar e prover o sustento de sua família”⁵⁴.

Nesse sentido, Maria Laura Bezerra – mencionada no início deste capítulo – possuía um comportamento incongruente, já que tanto era dona de casa quanto empregada doméstica e contava com a ajuda de sua filha de 14 anos, que ficava “tomando de conta da casa”⁵⁵. Provavelmente esse motivo conduziu Lourival a escolher o termo “rapariga” para insultá-la. Tem-se que “rapariga”:

[...] a rigor, não era a mesma coisa que a prostituta. A “rapariga”, muitas vezes, era apenas uma moça que se “perdeu” e levava uma vida mais livre que as outras moças, ou então era uma mulher casada ou viúva que vivia maritalmente com um homem que não era seu marido, sendo às vezes “a outra” de algum homem casado. Entretanto, se as suas práticas as diferiam um pouco da prostituta, para o imaginário popular umas (as raparigas) eram igualladas às outras (putas), **porque ambas eram desviantes do padrão aceitável de mulher.**⁵⁶

Ao ser difamada, Maria Laura responde ao seu vizinho que “era casada e que podia provar a qualquer tempo” e, revida: “eu é que não posso afirmar também que sua mãe é casada com seu pae” (SIC). Este desaforo despertou a ira de Lourival, que “aproximou-se dando-lhe uma bofetada na cara derrubando-a sem sentido”⁵⁷.

A repercussão dos insultos mútuos entre esses vizinhos nos dá indícios da importância social da condição de uma mulher em relação ao matrimônio, podendo ser usada como um instrumento de ofensa para tanto. Ao injuriar Maria Laura de “rapariga”, Lourival demonstra como a sociedade tratava as mulheres que apresentassem “o menor desvio do comportamento feminino”⁵⁸.

A dona de casa exemplar também era *mãe, responsável pela educação moral de seus filhos*. De acordo com o depoimento de Maria Laura Bezerra, ela “foi á casa de Lourival entender-se com a mãe deste para que ela como mãe, corrigisse o

⁵⁴ SOUSA, Noélia Alves de. **A liberdade é vermelha?** Um estudo da violência contra mulheres em Fortaleza, nas décadas de 20 e 30 do século XX. 1997. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997. p. 182.

⁵⁵ APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Crime de Ferimentos.1929.

⁵⁶ SOUSA, *op. cit.*, p. 221. Grifo meu.

⁵⁷ APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Crime de Ferimentos.1929.

⁵⁸ SOUSA, 1997, p. 221.

seu filho, pois estaria insultando sua filha pronunciando palavras obscenas⁵⁹ (SIC). A atitude da depoente denota que ela enquanto *mãe* tanto protegia e impunha respeito à sua filha, quanto atribuía à mãe de Lourival a responsabilidade de corrigir a atitude “imoral” de seu filho.

Para a testemunha de defesa Julia Neves Santana, também doméstica e alfabetizada, a atitude de Maria Laura Bezerra “tinha razão sobrada”, já que o “motivo de ter Lourival dado a bofetada na acusada foi ter esta pedido providências a mãe de Lourival para fazer cessar a atitude de um irmão de Lourival o qual andava maltratando com palavras imorais a filha da acusada” (SIC). Ou seja, para a testemunha, a atitude de Maria Laura era compreensível, uma vez que *esta apenas cumpria o seu dever moral de mãe*, reivindicando uma atitude respeitosa para com a sua filha. Conforme Sousa (1997) era aceitável que uma mulher se rebelasse “quando os seus direitos e de seus filhos fossem ameaçados”.

Julia disse ainda que a acusada “possue uma filha e marido” (SIC) demarcando a condição civil de Maria Laura, aspecto que a qualificava enquanto uma mulher honesta⁶⁰. Rocha (2011) explica que a dona de casa, enquanto esposa e mãe, tem “o papel de guardiã doméstica e da moral”⁶¹. Nesse sentido, o processo de Maria Laura dava sinais de que a acusada assumiu essa posição.

No âmbito nacional, a figura da mãe de família foi amplamente evocada como pessoa responsável pela formação dos cidadãos de bem, e isso ressaltava a importância social da participação das mulheres/mães na construção da nação. A pátria esperava da *doméstica mãe*⁶² que esta educasse seus filhos para serem cidadãos de bem, baseando-se nos princípios do novo modelo de cidadania. Tem-se aqui outro atributo desejável para a dona de casa: que ela fosse uma *doméstica educadora*.

Não era suficiente à dona de casa saber criar seus filhos; era preciso estar em sintonia com as novas tendências da “pedagogia” que “relaciona-se com o modo de conduzir sujeitos, de operar sobre eles para obter determinadas ações,

⁵⁹ APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais, Crime de Ferimentos.1929.

⁶⁰ PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

⁶¹ ROCHA, 2011, p. 30.

⁶² Chamo de “doméstica mãe” aquela mulher que desempenhava o trabalho doméstico gratuito para o suprimento das necessidades de seus filhos na organização da rotina, dos cuidados necessários à sobrevivência e na instrução para a vida social.

incitando a um governo de si e dos outros”⁶³. A esse respeito o jornal *A Razão* dava instruções para as mães acerca de como educar seus filhos à luz das premissas pedagógicas:

Abalisado pedagogo já afirmou, com bastas razões para isso, que a boa educação intellectual tem por base a educação doméstica. São os hábitos e às atitudes dos paes e a maneira de agir de quantos vivem com ella, sob o mesmo tecto [...]. **Não há nenhum pedagogista moderno que não apregõe esta interdependência da família e do lar.** [...] Principalmente, no que se refere ao lado moral. É no lar onde se plasma o temperamento da creança. [...] Difficil ao professor é, ás vezes, destruir tendencias que o menino adquiriu no berço. (SIC)⁶⁴

A crônica acima traduz o desejo de se estabelecer uma relação entre família e escola ressaltando que os hábitos e atitudes dos pais interferem diretamente no progresso escolar do filho, de modo que a educação doméstica complementaria a educação escolar. A estrutura da matéria legitima suas opiniões baseando-se naquilo que declaram “professores inteligentes”, “abalizados” e “modernos”, reforçando a influência do conhecimento científico nas relações cotidianas.

Essa pauta era tão importante, que o jornal *A Razão* detinha uma “secção pedagógica” (SIC), com vistas a dialogar com as “donas de casa” e os “chefes de família” acerca da responsabilidade de ofertar uma boa educação aos filhos. Contudo, o periódico atentava para o fato de que a própria falta de educação dos pais afetava a dos filhos:

Mas para que a família saiba educar bem, carece ser ela a seu turno, também esclarecida, sobre diversas faces da própria educação. O preparo para a “dona de casa” ou o “chefe de família” é dos mais importantes, e no entanto esse preparo está quasi completamente esquecido nas escolas e fóra delas. (SIC)⁶⁵

Aquelas que fugiam da “sua missão” teriam de lidar com críticas duras. Conforme a “Crônica Feminina”, do jornal *A Razão*:

A geração nova que desponta e cresce, geração desrespeitosa e irreverente, fria e cetica é bem o fruto **natural** dos lares onde falta a ação inteligente e criteriosa de um espírito feminino. **Não podem ser de futuro**, criaturas doces, delicadas e afetivas, crianças que não encontram ambiente

⁶³ CAMOZZATO, Viviane Castro. **Da pedagogia às pedagogias: formas, ênfases e transformações.** 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Porto Alegre, 2012. p. 25.

⁶⁴ Jornal *A Razão*, 8 de dezembro de 1930.

⁶⁵ Jornal *A Razão*, 25 de agosto de 1936.

á eclosão de tais sentimentos porque **não são o objeto constante dos desvelos maternos** (SIC)⁶⁶.

O trecho acima aponta para uma visão biologizante da relação entre feminilidade e maternidade. Para o autor da crônica, é exatamente o desajuste entre esses dois aspectos da vida das mulheres que provocara uma “terrível e ameaçadora” crise de mães negligentes ao seu “papel na sociedade”, onde “os preceitos imutáveis de Deus e da Igreja são interpretados sob o imperativo das paixões humanas”⁶⁷.

Seguir os “preceitos imutáveis de Deus e da Igreja”, configuram outros atributos desejáveis uma mulher *doméstica*. *Religiosa*, preferencialmente católica, ela deveria inserir seus filhos na fé, tornando-os cidadãos “de futuro”⁶⁸. Nesse sentido, a Igreja Católica esforçou-se bastante para arregimentar as mulheres, e um de seus mecanismos eram as matérias sobre educação e moralidade publicadas no jornal *O Nordeste*⁶⁹. Gomes (2015), avaliando a atuação deste periódico notou um:

esforço em conseguir um público cada vez maior e mais variado, o qual pudesse persuadir a pensar e agir de acordo com seus interesses e pontos de vista da Igreja. Procurou-se abordar temas que englobassem todos os campos da vida dos cearenses, **ensinando como uma mulher deveria se comportar em casa e em público**; como um homem deveria agir em relação à família e seu papel como cidadão; e **como se deveria educar as crianças e a juventude, buscando passar a ideia de que elas seriam o futuro da sociedade e que por isso deveriam ser ensinadas a agir de acordo com os “bons costumes”**⁷⁰.

Fazendo coro ao jornal *O Nordeste*, o periódico *A Razão*, se preocupava com a maneira pela qual uma *doméstica mãe* deveria se comportar em público e a orientava a buscar uma “conciliação inteligente e ajustada dos deveres reais e inadiáveis do lar”, questionando-a se o lar constituiria uma “clausura tão severa” para que trocasse “sua função legítima pelo incenso passageiro de admiradores”. Por meio dessas fontes, pode-se inferir que a *feminilidade decorrente do trabalho*

⁶⁶ Jornal A Razão, 3 de outubro de 1937. Grifo meu.

⁶⁷ Jornal A Razão, 3 de outubro de 1937.

⁶⁸ *Ibid.*

⁶⁹ De acordo com Gomes (2015), o jornal *O Nordeste* foi fundado em 29 de junho de 1922 para substituir “o Correio do Ceará na função de defender o catolicismo cearense”. Além disso, este periódico tinha o objetivo de “fomentar uma identidade regional através da fé católica a qual este buscava propagar”, em uma “tentativa de colocar a religião como algo que poderia unificar a região Nordeste e ao mesmo tempo salvar seu povo, transformando-a em um exemplo de pátria católica para o restante do Brasil”.

⁷⁰ GOMES, Maria Adaíza Lima. “**O baluarte do decoro e da moralidade**”: O Jornal O Nordeste e sua atuação no combate aos maus costumes (1922-1927). 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, 2015. p. 53. Grifo meu.

doméstico gratuito exigia das donas de casa a ocupação de alguns lugares, interditando-as para outros.

A moral cristã atribuía, ainda, a uma boa dona de casa adjetivos como *modéstia, bondade e caridade*, a fim de que esta sempre se pusesse disponível a ajudar os outros, especialmente que usasse de gentileza em relação aos visitantes e que fosse caridosa com os mais pobres. Tudo isso faria com que esta mulher fosse aprovada socialmente, recebendo títulos como “respeitável matrona, senhora de u’a alma bemfazeja”⁷¹ (SIC).

Esses atributos, além de dialogar com os preceitos católicos, conversavam com os problemas sociais enfrentados em Fortaleza no final do século XIX e início do século XX, como o aumento populacional da cidade, provocado pelas diásporas ocasionadas em razão das sucessivas secas que amargaram o interior do Estado do Ceará.

Conduzidos a saírem de suas regiões em virtude da carestia provocada pela estiagem, os retirantes chegavam aos montes na Capital por meio dos vagões de trens vindos da Estrada de Ferro de Baturité e de Sobral. De acordo com Ponte (1993) a seca de 1877-1879, por exemplo, foi responsável pelo aumento em dois terços da população da Capital, que, até então, contava com “cerca de 30 mil habitantes”.

Por onde se olhava havia mendigos e pedintes, aos quais os jornais chamaram de “flagelados” da seca⁷². Debilitados pela longa e exaustiva viagem e pela baixa qualidade de sua alimentação, muitos destes retirantes chegavam abatidos e doentes em Fortaleza.

Sofrendo com o calor tórrido, expostos às intempéries e ali vivendo sem qualquer resquício de higiene, a multidão foi fulminada por uma devastadora epidemia de varíola que dali irrompeu e ameaçou se alastrar pela Cidade. Com base em Rodolfo Teófilo, farmacêutico que testemunhou e registrou detalhadamente o cotidiano de horror causado pela varíola, em apenas 2 meses do ano de 1877, a epidemia vitimou 27.378 retirantes nos arredores de Fortaleza. No ano seguinte não foi menos grave: 24.849 foi o total de mortos.⁷³

Para Neves (2004), as consequências desta estiagem deixaram claro que a “seca” não era apenas um fenômeno climático, mas um problema social. Nesse

⁷¹ Jornal O Sitiá, 6 de janeiro de 1925.

⁷² RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração do Ceará: Isolamento e Poder na Seca de 1932**. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

⁷³ PONTE, 1993, p. 85.

contexto, inúmeros eram os casos de crianças abandonadas no caminho à sua própria sorte, ou colocadas nas portas das casas, na esperança que alguma *doméstica caridosa* tivesse compaixão daquela vida.

A FOME NO CEARÁ – EPISODIO DA SECCA DE 1915: Descançava como dizia, no alpendre de bonita casa de campo [...] quando surge, no terreiro, uma família de retirantes do Ceará: um homem, mulher e duas crianças [...] caras desfiguradas, maltrapilhos, denotando privações de muitos dias [...]. O homem [...] pareceu ser o chefe da família, silencioso e meio desconfiado [...]. A mulher agarrada às duas criancinhas em prantos soluçava, chorava copiosamente [...]. A dona da casa respeitável matrona, senhora de u'a alma bemfazeja. Dirige-se então á mulher falando-lhe carinhosamente:
 — Não chores, filha. Vejo que o seu padecimento é cruel. Console-se que aqui, nesta casa, não se morre de fome. Descanse; vou mandar preparar a comida.
 — Como não chorar, respondeu a desgraçada retirante, se minha desventura é maior que a fome? [...] **Ah minha rica e santa senhora! Sofro por um filho que se viu abandonado por u'a miseravel e desnaturada mãe! Meu marido [...] obrigou-me a deixar na matta proxima [...] nosso último filhinho. Creaturinha de oito meses apenas [...] ou pagaria eu, com a vida, minha teimosia [...]. Sacrifiquei a vida de um para salvar a destes infelizes, E apontava para os dois meninos [...].**
 A dona da fazenda hospitaleira [...] mal acabava de ouvir a história, despachava immediato portador [...]. Poucas horas depois voltava [...] conduzindo o abandonado, ainda com vida. [...] A esse tempo já o pae criminoso havia deixado a fazenda, levando quasi a força a pobre mãe e os filhinhos. [...] Cerca de quatro horas da tarde chega a fazenda um rapazinho avisando á dona de casa que o desgraçado homem [...] assassinara a mulher, evadindo-se em seguida, deixando ao lado do corpo as duas crianças. **A caridosa fazendeira, mandou buscar o cadaver da assassinada, seputando-o, tomando sob sua proteção os desventurados orphãzinhos [...].** (SIC)⁷⁴

A notícia acima, publicada em 1925, trata-se de lembranças da seca de 1915, onde muitas crianças foram abandonadas, tornando-se órfãos que, em alguns casos, eram criados por famílias mais abastadas. Tais circunstâncias, do mesmo modo, podem ser observadas na seca subsequente.

Nesse contexto, a filantropia era um atributo desejável a dona da casa e, portanto, aspirava-se dela *caridade* para com aquelas crianças. A esta mulher são dados títulos como respeitável, benfeitora, carinhosa, rica e santa, qualidades que circunscrevem uma feminilidade inserida numa classe social, estado civil e religião. No desfecho da notícia, o autor sintetiza na palavra “caridosa” tudo o que aquela dona de casa representava.

Em contrapartida, na matéria apresentada, os genitores das crianças também refletiam uma classe social, a classe das pessoas “desfiguradas” e “maltrapilhas”, que viviam em meio a muitas “privações”. Além disso, a descrição

⁷⁴ Jornal O Sítia, 6 de janeiro de 1925. Grifo meu.

destes igualmente traduz marcações de gênero. O homem é apresentado como “chefe da família”, “silencioso” e “desconfiado”, aspectos que remetem a uma racionalidade; já a mulher é retratada como uma pessoa marcada pela desestrutura emocional, encontrada em prantos e “agarrada” aos filhos. De acordo com Pinsky (2012) “em termos ideais, a masculinidade era associada à força, racionalidade e coragem, enquanto eram ‘características femininas’ o instinto maternal, a fragilidade e a dependência”⁷⁵.

As experiências vividas em virtude das constantes secas deixaram profundas marcas na sociedade cearense, provocando em seus habitantes uma aversão ao pobre, à pobreza e, sobretudo, às doenças. Por isso, na estiagem de 1932, uma série de políticas públicas foi implantada com o objetivo de evitar que os retirantes chegassem novamente à Capital. Um destes mecanismos foram os “campos de concentração”, que eram “espaços de aprisionamento de flagelados”, construídos nos arredores das estações de trens⁷⁶.

Discursivamente, uma série de outras ações foi proclamada no intuito de sensibilizar a população local quanto à necessidade de se desenvolverem práticas de higiene e limpeza, transformando os hábitos da população em relação ao trabalho doméstico. Por medo da propagação de doenças, a atuação das donas de casa era indispensável na prevenção das moléstias. Nesse sentido, os médicos e higienistas foram os grandes porta-vozes, que por meio de notas de jornais buscavam conscientizar os cidadãos. De acordo com Medeiros (2010):

Empenhados no projeto biopolítico [...] os médicos promoviam a difusão da preciosidade da saúde e da vida, doravante transmutadas em valores capitais. De acordo com esta lógica, **mulheres numerosas e saudáveis implicavam em crianças numerosas e saudáveis**; crianças numerosas e saudáveis constituíam os braços da cidade moderna e o fortalecimento da nação, produzindo, pois, riquezas e embalando os sonhos do progresso.⁷⁷
Grifo meu.

Sousa (1997) afirma que “O papel da mãe preocupada com a saúde de sua família, marido e filhos, era outro componente de uma ‘mulher direita’”. A autora justifica afirmando que “a exemplo do que já vinha acontecendo nos principais centros urbanos do país e desde o século XVIII na Europa, instaurava-se naquele

⁷⁵ PINSKY, 2015, p. 471.

⁷⁶ RIOS, 2006, p. 13.

⁷⁷ MEDEIROS, 2010, p. 50.

momento um movimento médico-higienista no sentido de operar amplas transformações no comportamento da mãe, esposa, dona de casa”.

Para tanto, *a doméstica dona de casa deveria ser muito limpa e acumular diversos saberes: reconhecia alguns males, identificava plantas medicinais e fazia curativos. Anunciando o medicamento “Espiritosal”, a Bayer⁷⁸ afirmava: “Não há dona de casa no nosso paiz que não saiba improvisar remedios e curativos em caso de necessidade. Todas ellas preparam com desembaraço, um chá de herva cidreira ou de herva dôce, como manipulam uma cataplasma de farinha de linhaça” (SIC)⁷⁹.*

Tal aspecto fica evidente, sobretudo, por meio dos anúncios de produtos diversos que colocavam a dona de casa geralmente em uma posicionalidade operante. No anúncio abaixo, uma análise semiótica nos mostra o protagonismo da dona de casa, que é posta de pé, numa conduta ativa, como que explicando o funcionamento do remédio.

Figura 2 – Anúncio da Kõla Phõsphotada Werneck



Legenda: KOLA WERNECK A NOSSA SAÚDE ESTÁ AQUI. O mais poderoso TONICO empregado contra as molestias ou excessos que

⁷⁸ A Bayer foi fundada em 1863, por Friedrich Bayer e Johann Friedrich Weskott, e inicialmente tinha o objetivo de vender corantes. No início do século XX, a Bayer já era uma grande indústria química com operações internacionais. Esta empresa foi responsável pelo desenvolvimento da chamada “droga do século”, a aspirina, em 1899. No Brasil, a venda de aspirina data de 1901. É possível obter mais informações no endereço: <https://www.bayer.com.br/a-bayer/historia/1925-1945/> (acesso em: 2 dez. 2019).

⁷⁹ Jornal O Ceará, 21 de abril de 1928.

produzem exgotamento nervoso. (SIC)⁸⁰

O conjunto de saberes que envolviam os trabalhos domésticos e de cuidados era largo e, geralmente, demandava uma *carga mental* (HAICAULT, 1984) das mulheres que o executavam, haja vista que certas prerrogativas não podiam ser feitas de modo meramente mecânico, sem que houvesse uma ampla reflexão. Veja alguns exemplos:

TUDO CARO [...] O feijão está a 1\$600, o pão a 3\$000 o quilo. Não há maneira de equilibrar o seu orçamento doméstico. **Por mais que a dona de casa bote agua para aumentar o caldo e faça prodigios de economia com esses preços não há quem possa [...]** (SIC).⁸¹

O PREÇO DA VIDA [...] o dinheiro corredor entrevado, não conseguiu com tais manobras, acompanhar o pareo veloz da carístia da vida. **A dona de casa pensou em suprimir a carne, 3 vezes na semana.** Mas o que iriam comer? O feijão está tão alto que vive luxuosamente deitado nos belos aparelhos de mēsa dos ricos. [...] (SIC)⁸²

As fontes acima demonstram que uma dona de casa não apenas cozinhou ou cuidava da feitura das refeições, mas era necessário que ela estivesse atenta aos preços dos alimentos, sabendo lidar com as constantes oscilações da economia, usando de criatividade para contornar tais vicissitudes. Também era preciso ter noções de nutrição para fazer pratos adequados para as crianças e para os idosos.

Outro exemplo pode ser notado nas práticas de receptividade, pois não bastava que a doméstica dona de casa limpasse ou higienizasse bem uma casa; era preciso ter noções de decoração para tornar o ambiente doméstico esteticamente agradável para a sua família e para bem receber as visitas:

DETALHES INTERESSANTES [...] **Entre os inumeráveis deveres que incumbe a uma boa dona de casa está o de trazer gracioso e encantador o seu lar,** aproveitando para isso todos os recursos, mesmo pequeninos de que possa dispôr. Não são, muitas vezes, os adornos custosos a nota elegante capaz de deliciar os olhos, impressionando-os. A simpleza distinta conta muito mais. Quasi sempre um detalhe mínimo, no arranjo diário da casa, dá-lhe um grande encantamento **agradando, sobremodo, os que o vêem** e sabem senti-lo [...]. (SIC)⁸³

⁸⁰ Jornal O Ceará, 21 de abril de 1928.

⁸¹ Jornal A Razão, 4 de agosto de 1936. Grifo meu.

⁸² Jornal A Razão, 12 de agosto de 1936. Grifo meu.

⁸³ Jornal A Razão, 15 de novembro de 1936. Grifo meu.

Como se pode perceber, a dona de casa ideal, a todo o momento, se *antecipa* às necessidades das pessoas de sua família. Assim, para que a família se alimentasse, era preciso que ela anteviesse a despensa, verificando se havia suprimentos suficientes; a fim de que os seus se vestissem adequadamente, havia que ela se adiantasse nos reparos das roupas, nos remendos e no pregar de botões etc.

Essas mulheres experimentavam uma lógica temporal que abarcava “uma vida em duas”, configurando uma “dupla presença”⁸⁴, que se refletia em uma constante disponibilidade e responsabilidade, marcadamente vivida em função da “divisão social e sexual do trabalho”, que é “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo” e que tem como princípios organizadores a separação e a hierarquização, ou seja, “existem trabalhos de homens e existem trabalhos de mulheres”, onde o trabalho do primeiro vale mais do que o do segundo⁸⁵.

Essa “dupla presença” era materializada na gestão da rotina dos seus membros familiares mais próximos, de modo que a sua própria rotina não era construída tendo por base seus próprios interesses, mas os deveres que elas tinham para com seus filhos e maridos. Além da antecipação, essa “dupla presença” se dava por meio da interação e do julgamento, interpelando a subjetividade das mulheres e inserindo-as naquilo que Bessin (2016) chamou de *tempo kairológico*:

A relação social que hierarquiza os papéis sexuais por naturalização, invisibilização e pela socialização que formata homens e mulheres está no âmbito do sistema de gênero baseado em uma construção de relação com o tempo. Uma temporalidade fundada na relação com o outro e no compromisso de longo prazo participa da naturalização das competências “femininas” mais consequencialistas, principalmente as de antecipação e da responsabilidade. Pode-se, assim, afirmar que as temporalidades estão na base do gênero⁸⁶.

Bessin (2016) nota que a própria experimentação do tempo é diferente para homens e mulheres em consequência das atribuições sociais imputadas a cada pessoa de acordo com a sua natureza biológica. Pateman (1993), analisando a rotina da dona de casa, observa: “As necessidades do trabalho *dele* geralmente

⁸⁴ BESSIN, Marc. Política da presença: as questões temporais e sexuais do cuidado. In: ABREU, Alice Rangel Paiva *et al.* (orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 235-245.

⁸⁵ HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 599, set/dez. 2007.

⁸⁶ BESSIN, *op. cit.*, p. 237.

determinam como a dona de casa organiza seu tempo. As refeições são servidas, por exemplo, de acordo com as horas de trabalho dele”.

De acordo com Schwebel (2009), a temporalidade experimentada pelas donas de casa instala nelas “uma necessidade obsessiva de programação do tempo, obsessão exagerada até a exaustão”, na qual estão submetidas a uma “disponibilidade permanente” de seu tempo “a serviço da família”, a fim de corresponderem ao “padrão de excelência que se espera delas”.

Com a consolidação do sistema capitalista, a divisão entre casa e local de trabalho se estabeleceu, cabendo às mulheres permanecerem no lar cuidando da casa e dos filhos, e aos homens, assumirem os postos nas fábricas e demais atividades públicas.

Como visto, o trabalho doméstico gratuito produziu uma feminilidade valorativa para mulheres casadas e mães de família. Esse labor as tornava socialmente aceitas e elevava sua condição à de “mulheres respeitáveis”.

2.3 Trabalho Doméstico Remunerado? Domésticas criadas

No ano de 1936, Maria Izabel de Santanna saiu da casa de seu tio Joaquim Victorino da Silva para trabalhar como empregada doméstica na casa da senhora Dona Maria e do senhor José Ângelo. Com apenas 13 anos, a referida moça saiu à procura de emprego, pois “precisava comprar uns vestidos”⁸⁷.

O mediador dessa transação se chamava “Chico Cambista”, que procurava “uma menina para empregar-se na casa” de D. Maria, “pois a mesma senhora queixava-se de está sozinha sem empregada” (SIC). Dialogando com sua sobrinha, Joaquim disse que se esta “quizesse ir fosse por sua livre vontade, mas o mesmo não dizia nem que sim e nem que não” (SIC), ao passo que Izabel se decidiu e foi⁸⁸.

Para a surpresa de sua família, apenas cinco meses depois a menina pediu para voltar para casa e, retornando, fora questionada por sua avó acerca das razões pelas quais voltara em tão pouco tempo. Ao contar os motivos, sua família decidiu por bem ir à Primeira Delegacia da Capital fazer uma denúncia contra o patrão da infante.

⁸⁷ APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Crime de Sedução e Defloramento. 1937/01.

⁸⁸ *Ibid.*

O depoimento da menina fora ouvido pelo Capitão Porfírio de Lima Filho, delegado de polícia, e os fatos narrados pelo escrivão *ad-hoc* José Rocha Lima, onde, segundo ele, esta afirmou:

que empregou-se [...] a convite da senhora [...] Dona Maria de Tal para se ocupar nos serviços domésticos; que esteve na casa de José Angelo cinco (5) mezes mais ou menos; [...] que nos primeiros dias passados na casa [...] certa noite quando vestia uma camisa em uma creança do mesmo, na cama, foi pegada por José Angelo que procurou offender a declarante, não conseguindo por ter ella [...] alarmado e dito para o accusado “Eu não sou o que o senhor pensa”, que entretanto no dia seguinte quando Maria estava botando um banho para José Angelo, de manhã, foi agredida pelo mesmo [...], no banheiro e contra a sua vontade, desvirginada pelo accusado; que quando se viu agredida e sentiu que o accusado introduziu o membro em seu corpo, e a depoente disse para José Angelo: “Eu vou dizer a dona Maria”; que em resposta o accusado disse zangado: “Eu tomara ver você dizer”⁸⁹ (SIC).

Nove anos antes, na noite da véspera do Natal de 1927, um fato semelhante ocorreu quando a esposa de Hugo Motta, prefeito de Granja, se encontrava na Igreja, como era costume nesses dias de festejos católicos.

Benedicta e seu “padrinho” estavam a sós em casa, quando este lhe pediu um copo d’água. Ela prontamente se dirigiu à alcova do casal, atendendo ao seu pedido e, ao entrar no quarto, foi surpreendida por ameaças e agarrada por seu “pae de criação” (SIC) que ali “consumou elle os seus perversos instintos bestiaes” (SIC), deflorando-a⁹⁰. Talvez pela posição do acusado, o caso tenha tomado uma grande repercussão ecoando nos periódicos de Fortaleza.

O prefeito de Granja se defendia afirmando não ter relação com o caso e, a fim de apurar os fatos, o jornal *Gazeta de Notícia* convidou Benedicta para relatar sua versão, republicada pelo *Diário da Manhã* – periódico que circulava em Fortaleza – com “As provas” do “sensacional escandalo” (SIC):

Camocim, 23 de Novembro de 1929. Ilimo. Sr. Redactor. Constando-me que o sr. Hugo Motta procura jogar para outro a autoria de meu desvirginamento, venho comunicar a v.s. que só a este senhor cabe a responsabilidade de meu infortunio. Creada na casa do mesmo senhor desde a idade de dois annos acostumei-me a chamar-lhe de padrinho, e todos de casa me consideravam filha. Na noite de 24 de Dezembro de 1927 quando a esposa do sr. Hugo havia sahido para a Igreja, este entrou para a própria alcova do casal e pediu-me agua. Attendendo ao seu pedido fui agarrada e sob ameaças não pude resistir as suas investidas. Consumou elle os seus pervesos instintos bestiaes. Decorrido mezes, quando se adiantava meu estado de gravidez, a sua senhora desconfiando enterrogou-me tendo confessado tudo. Explodiu o escândalo. E ahi fui deportada para

⁸⁹ APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Crime de Sedução e Defloramento. 1937/01.

⁹⁰ Jornal Diário da Manhã, 15 de dezembro de 1929.

esta cidade e daqui teria de seguir para Fortaleza, sendo encarregado de comprar a passagem aqui o sr. Octavio Marques empregado de Hugo que aqui comprou e entregou-me uma mala, uma rede, dois pares de sapatos, três vestidos e cem mil reis em dinheiro. Temendo maiores torturas, por bondade do commandante que penalizou-se de minhas lágrimas deixou-me ficar aqui, onde continuo em estado lastimável de prostituição⁹¹. (SIC)

Antes de iniciar as reflexões sobre estes dois casos, há que se fazerem algumas considerações sobre a estrutura discursiva destas duas fontes. Perrot (2009) alerta que “A história da vida privada requer abordagens particulares”⁹², e isto se dá pela “dificuldade de conhecer algo além da face externa e pública”⁹³, de modo que o que chega até nós são penumbras dos acontecimentos históricos. As fontes estão envoltas em intencionalidades e em modelos textuais característicos de seu gênero.

Nesse sentido, as reflexões de Bakhtin (2003) sobre os gêneros do discurso, me deram fundamentos para um debruçar nas entrelinhas desta fonte, naquilo que estava dito no não dito, pois para o autor “O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados”. Estes podem ser orais ou escritos, concretos e únicos, comunicados por esse ou aquele campo da atividade humana, espelhando as condições intrínsecas e os propósitos de cada campo, por meio do seu conteúdo, estilo de linguagem e construção composicional imposta pelas singularidades dos campos de comunicação.

Os tipos relativamente estáveis de enunciados produzidos por cada campo de utilização da língua são chamados de “gêneros do discurso”. Heterogêneos, vão desde relatos do cotidiano e cartas, até o repertório padronizado dos documentos oficiais e manifestações científicas, literárias e publicitárias. Essas heterogeneidades dos gêneros do discurso podem ser classificadas em duas esferas: primárias e secundárias, sendo que a última emerge de um “convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado [...] ficcional, científico, sociopolítico” revelando que as diferenças entre os gêneros de discurso são extensas e fundamentais.

Por isso, ao analisar e entrecruzar essas fontes, fez-se necessária a análise dos gêneros do discurso e, principalmente, a investigação da natureza dos enunciados, sabendo que:

⁹¹ Jornal Diário da Manhã, 15 de dezembro de 1929.

⁹² PERROT, Michelle (org.). **História da Vida Privada**, 4: Da Revolução francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffly. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 11.

⁹³ PERROT, *op. cit.*, p. 12.

O desconhecimento da natureza do enunciado e a relação indiferente com as peculiaridades das diversidades de gênero do discurso em qualquer campo da investigação linguística redundam em formalismo e em uma mera abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida.⁹⁴

A respeito dos processos criminais de Sedução e Defloramento, Esteves (1989) sinaliza que:

Nesses locais, com os escrivães, delegados, promotores, advogados, juizes, testemunhas, acusados e ofendidas, formavam-se as diversas versões sobre a moralidade da vítima e do acusado de um crime sexual, fundamentais na produção de uma ofendida e de um criminoso. Aí se cruzavam valores e discursos diferentes, representando vivências diversas, que, ao serem relatados, esmiuçados e julgados no palco da Justiça, iam especificando e divulgando padrões de honestidade e os comportamentos que deveriam ser punidos ou incentivados.⁹⁵

Desse modo, ao ler o processo criminal e a fonte hemerográfica acima, tem-se ciência da “impossibilidade de chegar ao outro lado do espelho” e de que estes fragmentos, ao passo que criam luz, igualmente criam “a sombra”⁹⁶. A presente análise se baseia, então, em possibilidades interpretativas que emergem das representações, imagens e sentimentos descritos nos vestígios.

Apesar de tais adversidades, os casos de Maria Izabel e Benedicta serviram de estímulo a diversas ilações, principalmente quando se cruzam essas interpretações, imagens e sentimentos com alguns sentidos trazidos pelos dicionaristas. Silva (1813), por exemplo, nos oferece duas possibilidades de significação da palavra “criada”, sendo a primeira: “a moça, que era educada em casa d’algum parente, ou aderente se dizia sua criada”⁹⁷ (SIC); e a segunda, quem “serve por soldada”. Figueiredo (1913), por sua vez, nos apresenta um único quadro: criada é “mulher ou rapariga assoldada para trabalhos domésticos”⁹⁸.

A primeira constatação que estes fios soltos, e agora em trama, nos viabilizam é a probabilidade de pelo menos outras duas formas de exploração do trabalho doméstico, para além daquele efetuado pelas donas de casa, explicado

⁹⁴ BAKHTIN, Mikhail. Os Gêneros do Discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

⁹⁵ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 38.

⁹⁶ PERROT, 2009, p. 12.

⁹⁷ SILVA, Antônio Moraes da. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

⁹⁸ FIGUEIREDO, 1913.

anteriormente: 1. o que era executado pelas “criadas”, enquanto “filhas de criação”; 2. aquele desenvolvido pelas domésticas empregadas.

O caso de Benedicta dá indícios de que ela estava inserida no primeiro grupo, pois em seu relato a moça afirmava que a família de Hugo Motta lhe abrigara desde a mais tenra infância. O jornal *Diário da Manhã*, de 27 de novembro de 1929, apresentou detalhes sobre os motivos pelos quais a moça se encontrava criada na casa do prefeito de Granja:

Benedicta era uma pobre criança que veio ao mundo e não conhece paes. O Destino impelliu-a á residencia do sr. Hugo Motta [...]. Tinha seis mezes de idade quando foi para a casa daquelle cidadão. Batizaram-na e ficaram creandol-a. [...] Benedicta cresceu no lar do Prefeito Hugo Motta, por entre os carinhos da família. (SIC)

A descrição acima nos leva a crer que a menina desconhecia sua família de origem, sendo esta uma garota órfã, fato que se confirma, entre outras coisas, pois diferente de Maria Izabel, Benedicta não teve a *opção do retorno* ao sofrer a violência provocada por seu “padrinho” e, sem o apoio de uma ascendência, se viu obrigada a manter o silêncio, expondo o ocorrido após vários meses, e somente por ter sido confrontada por sua “mãe de criação” acerca de seu “estado avançado de gravidez”⁹⁹.

De forma diferente, Maria Izabel conhecia sua família de sangue e fora trabalhar como empregada justamente para contribuir com sua parentela, desonerando-a da obrigação de comprar-lhe “vestidos”. Ademais, embora a moça tivesse sido conduzida ao trabalho doméstico por sua condição de pobreza, seu tio Joaquim minimamente lhe deu alternativas, deixando claro que, se ela fosse, seria por livre escolha – ele não diria “nem que sim e nem que não” – e, ao decidir por ir para a casa de Dona Maria e seu José Angelo, muito provavelmente a moça tinha por esclarecido o fato de que iria ingressar em uma *relação de trabalho*.

Em contrapartida, talvez Benedicta não fruisse da mesma clareza, uma vez que a moça fora inserida no trabalho doméstico ao ser abandonada por seus parentes de sangue, sendo cuidada por uma “família” substituta. Desse modo, a referida menina também não gozava do *benefício da escolha*, uma vez que sua inserção naquela casa fora totalmente apartada do seu discernimento. Esta era a situação de Benedicta na casa dos Motta. É possível que esta moça não percebesse

⁹⁹ Jornal Diário da Manhã, 29 de novembro de 1929.

que estava submetida a uma *relação de trabalho*, pois tal ligação se encontrava travestida de uma *vinculação familiar*.

A relação entre trabalho doméstico e vínculo familiar data de um período anterior ao nosso recorte. Pateman (1993) percebeu este aspecto na Inglaterra do século XIX, explicando a ligação entre os “elos familiares” e o trabalho doméstico como prerrogativa para uma ampla exploração das criadas:

uma parente podia ser e era usada como serva doméstica sem pagamento. As mulheres membros de famílias e as servas domésticas eram tão intimamente associadas aos empregados domésticos que, embora os servos residenciais pudessem fazer um contrato com o senhor, pelo prazo de um ano, os salários pagos eram encarados como uma extensão da cama e da comida, ou da proteção.¹⁰⁰

O *trabalho doméstico travestido de uma vinculação familiar* proporcionava vantagens aos patrões, que poderiam mais facilmente explorar sua criada, reivindicando uma atitude de gratidão na mocinha recebida como “filha”. Tal proveito se funde a um sentimento de dívida para com aqueles que a acolheram. Ora, essa (con) fusão – de sentimentos e posicionalidades no ambiente de trabalho – impede o estabelecimento de um conjunto de direitos, como um salário e um horário de trabalho definidos, ou mesmo a possibilidade de simplesmente mudar de emprego. Afinal, como uma “filha de criação” poderia mudar de emprego se, teoricamente, aquele era o seu “lar”? E de que modo a “filha de criação” poderia perceber sua real posição se, como dito por Benedicta “todos na casa me consideravam filha”?

Parece-nos que Benedicta cai em si, sobre sua situação “familiar”, quando é expulsa de “casa”. DaMatta (1997), tratando do simbolismo da casa, explica que:

[...] “ser posto para fora de casa” significa algo violento, pois, se estamos sendo expulsos de nossas casas, estamos sendo privados de um tipo de espaço marcado pela familiaridade e hospitalidade que tipificam aquilo que chamamos de “amor”, “carinho” e “consideração”. Do mesmo modo, “estar em casa”, ou sentir-se em casa, fala de situações onde as relações são harmoniosas¹⁰¹.

As narrativas acerca do caso de Benedicta, apresentadas pelos periódicos, acusam sentimentos de profunda tristeza, vulnerabilidade e solidão consequente deste afastamento. As descrições de seu estado emocional retratam imagens de uma “infeliz mocinha”, “sosinha” (SIC), “abandonada, só no mundo”,

¹⁰⁰ PATEMAN, 1993, p. 189.

¹⁰¹ DAMATTA, Roberto. **A Casa & A Rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 54.

“mergulhada em prantos”, “doente, esfarrapada, sem parentes nem recursos” e que “chorava noite e dia e se recusava tomar qualquer alimento”¹⁰². Essas adjetivações nos colocam diante da estranheza de ser e não ser da família ao mesmo tempo, ou seja, do desconforto do *não pertencimento familiar*:

Benedicta não conhecera outro lar senão aquelle onde crescera, se fizera moça e, por ultimo, perdera sua virgindade [...]. O seu coração enteneceuse quando soube que ella ia, por aquelle mar em fóra, para uma terra extranha, onde não tinha conhecidos¹⁰³. (SIC)

A impossibilidade de um retorno, tão somente por não ter para onde voltar, conduzia muitas destas criadas à fuga, caso de Maria de Lourdes, 14 anos, “creada” (SIC) pela família de Francisco de Oliveira “desde a infância”¹⁰⁴. De acordo com Rodrigues (2015):

Essas fugas representavam um aprendizado da resistência e se davam quando a teia de afetos cerzida no interior do paternalismo obnubilasse completamente os tutelados tolhendo-lhes qualquer grau de autonomia [...] buscaram fugir de trabalhos extenuantes, de maus tratos, de violência sexual, de jornadas abusivas [...] de gozar momentos de lazer e descanso [...] de confessar sua fé nos cultos dominicais.¹⁰⁵

Linhares (2011), por sua vez, afirma que “se configurava uma fuga como qualquer tipo de abandono do emprego sem aviso prévio”. Para a autora, algo que lhe chamava a atenção eram as “semelhanças entre os anúncios de escravos e empregados fugitivos”¹⁰⁶:

Observamos que as relações de dependência que permeavam a sociedade transparecem nos anúncios de fugas permanecendo em alguns jornais de Fortaleza. As fugas, que até então eram publicadas apenas para encontrar escravos fugidos, passaram a buscar também pessoas livres, por motivos diversos. O que chama a atenção nestes anúncios é o formato que permaneceu o mesmo.¹⁰⁷

De forma semelhante às notícias que davam conta dos escravos fugidos, a matéria publicada a respeito da fuga de Maria de Lourdes apresenta descrições físicas e da vestimenta que trajava a moça que “fugiu da casa dos patrões”, bem

¹⁰² Jornal Diário da Manhã, 27 de novembro de 1929.

¹⁰³ *Ibid.*

¹⁰⁴ Jornal O Ceará, 17 de outubro de 1928.

¹⁰⁵ RODRIGUES, 2018, p. 293.

¹⁰⁶ LINHARES, Juliana Magalhães. **Entre a casa e a rua**: Trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888). 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 2011. p. 58-59.

¹⁰⁷ LINHARES, 2011, p. 60.

como que ela possuía “cabelos pretos e cortados” e usava “vestes caseiras”¹⁰⁸. Diferentemente de Maria de Lourdes, Benedicta não foge, mas é expulsa de casa.

Além dos menores que eram entregues diretamente para algumas famílias, havia também crianças institucionalizadas pelo Estado. De acordo com Linhares (2011), no final do século XIX, de modo formal, crianças descendentes de pessoas escravizadas e infantes órfãos eram distribuídas na prestação de serviços:

Dentro do processo de organização da mão-de-obra livre em Fortaleza, é possível perceber, nos contratos de soldadas de 1883, uma tentativa de inserção de crianças no mercado de trabalho em desenvolvimento. Possuindo contratos que vão de 1883, data da criação do livro, até 1888, encontramos jovens classificados socialmente como **órfãos e libertos**, sendo dados mediante pagamento de salário (soldada), pelo Juiz de Órfãos de Fortaleza.¹⁰⁹

A soldada era uma forma de pagamento dado às crianças institucionalizadas que trabalhavam em casas de família. Estes infantes eram “criados” por outras pessoas porque eram órfãos ou porque seus pais haviam tido uma atitude irregular.

Aos receptores cabiam alguns cuidados para com a criança como: alimentar, vestir e ministrar educação religiosa e moral, e a obrigatoriedade de depositar anualmente, nos cofres municipais, um valor estipulado pela autoridade legal, uma espécie de salário.¹¹⁰

De acordo com Venâncio (2008) até os sete anos de idade, essas crianças poderiam contar com o auxílio das autoridades, que davam dinheiro para as chamadas “famílias criadeiras”. O pagamento poderia ser feito em períodos trimestrais ou ao fim da criação. Ao término desse período, os infantes deveriam ser capazes de obter o seu próprio sustento, e uma das maneiras para obtê-lo seria por meio do trabalho doméstico.

O que cada menor iria executar variava de acordo com uma divisão sexual do trabalho. Se este fosse menino, seria enviado para o trabalho em oficinas artesanais; caso fosse menina, esta seria encaminhada para o trabalho doméstico. Tal distribuição era um mecanismo utilizado pelas autoridades para evitar que as crianças ficassem nas ruas e fossem expostas à marginalidade. Por outro lado, para os juízes, “este tipo de contrato assegurava a educação e o bem-estar destes

¹⁰⁸ Jornal O Ceará, 17 de outubro de 1928.

¹⁰⁹ LINHARES, *op. cit.*, p. 23.

¹¹⁰ VIANA JÚNIOR, 2009, p. 164.

mancebos, já que não possuíam família [...] enquadrando-os num ritmo de trabalho desejável”¹¹¹.

Dessa maneira, pode-se observar que, assim como as domésticas donas de casa possuem estado civil e classe social, as domésticas “criadas”, igualmente o têm: são, em geral, meninas pobres, órfãs e solteiras, cujos corpos eram, por vezes, violados por seus “pais de criação”, e o silêncio delas garantia a sua permanência na casa de “família”, sujeitando-se a tais opressões.

Nesse sentido, fica evidente que as “filhas de criação” não usufruíam, nem de longe, dos mesmos benefícios que os filhos legítimos tinham à sua disposição. Por terem sido recebidas em situação de intensa vulnerabilidade, as famílias criadoras tinham um senso de posse e uma expectativa de que suas criadas alimentassem um profundo sentimento de gratidão que deveria ser retribuído por meio do trabalho doméstico. Caso contrário, um dos mecanismos severos de punição era a expulsão da convivência com aquela parentela.

Isso não só agravava a condição de fragilidade da criada como interferia em sua subjetividade, provocando uma confusão de sentimentos que causava nelas grande pesar e sofrimento. Tal aspecto pode ser observado, principalmente, quando as partes envolvidas transgrediam os comportamentos designados à sua função.

De acordo com esses relatos, os parentes de criação de Benedicta possuíam um conjunto de expectativas que orbitavam em torno de atributos desejáveis àquela menina, ou seja, havia uma soma de comportamentos que se esperavam dela. Possivelmente, a mãe de criação almejava que sua “filha” fosse munida de castidade e de uma moral sexual, de modo que, quando do conhecimento do estado de gravidez da moça, a expulsão fora a penalidade para tal infração. Por outro lado, as expectativas de Hugo Motta transgrediam sua função de “pai de criação”, levando-o a violar o corpo de Benedicta.

“Trabalho doméstico remunerado?”, provoca o título deste tópico. E como seria se, em se tratando de “filhas de criação”, nem mesmo uma relação de trabalho definida existia? Poder-se-ia então, atribuir esta confusa relação à expressão “serviço doméstico”? Provavelmente não, haja vista que “serviço doméstico” traduz a ideia de “prestação de serviços”, que envolve “a execução de atividades reprodutivas [...] inerentes ao funcionamento de um domicílio e à sobrevivência de

¹¹¹ LINHARES, 2011, p. 23.

uma família, por parte de trabalhadores contratados para esse fim [...] e não necessariamente vinculados, por laços de afeto ou parentesco, ao local onde trabalham”¹¹². Talvez uma expressão possível seja “trabalho doméstico compulsório”, no qual pessoas, geralmente meninas, eram inseridas em um convívio “familiar” e sua força de trabalho era manipulada e aplicada na lida doméstica de modo impositivo.

¹¹² SOUZA, Flávia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados**: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017. p. 18.

2.4 Trabalho Doméstico Remunerado: Domésticas empregadas

Ao notar que a seguiam, Maria Sebastiana do Carmo – vulgo “Negra” – desceu do bonde em que se encontrava e correu o máximo que pôde, escondendo-se por detrás da porta de uma casa situada à “rua Dona Izabel” (SIC). Atrás da referida moça, corriam também duas alunas do Colégio Santa Cecília: Augusta Melo Pereira e Maria Amada Cavalcante. Ao perderem Sebastiana de vista, as estudantes perguntaram a uma senhora sentada na calçada se, por acaso, ela vira uma menina negra correndo, ao que esta respondeu que sim, mostrando-as o esconderijo¹¹³.

Sebastiana, como muitas das empregadas domésticas era migrante. Vinda do interior do Estado do Ceará para Fortaleza, tinha nesse ofício um modo de garantir sua sobrevivência. Dentre os vários fatores que conduziam essas moças à migração, destacam-se as sucessivas secas que agravavam a carestia entre os habitantes do interior do Estado¹¹⁴, como fora explicado anteriormente.

Outro motivo fora a expansão do mercado imobiliário da Capital, que promoveu “um duplo movimento de mulheres”: as que passaram a desenvolver atividades neste mercado e as mais pobres, que “tentavam ocupar os espaços deixados pelas primeiras”¹¹⁵. Em outras palavras, as proprietárias e negociantes de imóveis, ao saírem do lar para ampliarem seus negócios, faziam uso da mão de obra das empregadas a fim de supri-las naquilo que lhes era uma *função no seio familiar*.

Além de retirante, Sebastiana era negra. Parece estreita a relação entre trabalho doméstico e raça. De acordo com Almeida (2018), a ideia de raça alude aos meados do século XVI, como “referência a distintas categorias de seres humanos”. Tal fenômeno da modernidade trata de “um conceito relacional e histórico” que deu legitimidade a um “o ciclo de morte e destruição” provocados pelo colonialismo e pela escravidão. Para tanto, a ciência forneceu a essa estrutura de pensamento argumentos “racionais” que afirmavam que algumas raças eram superiores a outras, associando “seres humanos de determinadas culturas/características físicas com animais ou mesmo insetos”. Como resultado, houve um “processo de

¹¹³ APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Crime Contra a Propriedade. 1938.

¹¹⁴ Em relação aos estudos sobre os impactos da seca na sociedade cearense, destacam-se dois autores: Frederico de Castro Neves e Kênia Sousa Rios.

¹¹⁵ VIANA JÚNIOR, 2009, p. 163.

desumanização”, conduzindo a “práticas discriminatórias ou genocídio”¹¹⁶. Desse modo, o racismo:

fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social [...] as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade. [...] utilizado para naturalizar desigualdades, justificar segregação [...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem.¹¹⁷

Alusões à especificidade da raça das empregadas eram constantes e, geralmente, em tons pejorativos, como que desqualificando as trabalhadoras em função da cor da sua pele. Termos como “negra”¹¹⁸, “pretinha”¹¹⁹ ou “queimadinha da Silva”¹²⁰ poderiam ser encontrados em contextos de descortesia, sarcasmo ou zombaria.

Numa perspectiva comparativa, tem-se, como exemplo destas desigualdades, as discriminações promovidas sistematicamente pelo Colégio das Órfãs da Província de Pernambuco, no final do século XIX. Como visto, a partir dos sete anos de idade as meninas órfãs já deveriam ser capazes de proverem sua devida subsistência. Para isso, essa instituição fornecia um ensino que minimamente preparasse essas crianças para o serviço doméstico ou para as prendas do lar. O parâmetro utilizado para designar quais moças iriam ser empregadas domésticas era “baseado nos critérios da cor [...] valorizando a pele branca em detrimento dos mestiços” de modo que preconceitos raciais destinavam “para o trabalho doméstico garotas de tez mais escuras”¹²¹.

Com base na leitura de feministas de cor¹²² como Davis¹²³ (2016), Anzaldúa¹²⁴ (2005), Bouteldja¹²⁵ (2016), Gonzalez¹²⁶ (1984), Carneiro¹²⁷ (2003),

¹¹⁶ ALMEIDA, Sílvia Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. p. 19-23.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 16-25.

¹¹⁸ APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Crime Contra a Propriedade. 1938.

¹¹⁹ Cf. Jornal A Razão, 20 de abril de 1929. “Quem dá notícia da Odília? [...] Onde estará a pretinha?”
¹²⁰ Jornal A Razão, 2 de maio de 1929.

¹²¹ NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; GRILLO, Maria Ângela de Faria (orgs.). **Cultura, Gênero e Infância: Nos labirintos da História**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. p. 199-203.

¹²² Partindo do pressuposto de que a categoria universal “mulher camufla as dominações que algumas mulheres exercem sobre outras [...] surge a categoria *mulheres de cor* – como se auto reconhecem feministas negras e chicanas nos Estados Unidos”. O objetivo destas feministas é “dar conta da complexidade de mulheres que não se encaixam nas categorias de raça, classe ou gênero”. (REIS, 2017).

Collins¹²⁸ (2017) e Crenshaw¹²⁹ (2002), entre muitas outras, percebi que a interseccionalidade entre gênero, raça e classe eram fundamentais para pensar as múltiplas opressões que orbitavam as empregadas domésticas. Rebatendo a hierarquia do conceito de classe, em detrimento das categorias de gênero e raça, Davis afirma que:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.¹³⁰

Apresentando de modo prático como essas três dimensões (gênero, raça e classe) se manifestam em nossa sociedade, Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) explicam que as:

[...] Sociedades capitalistas sempre instituíram uma divisão racial do trabalho reprodutivo. Quer por meio da escravidão e do colonialismo, quer pelo *apartheid* ou pelo neoimperialismo, esse sistema forçou mulheres racializadas a fornecer esse trabalho de graça – ou a um custo muito baixo – para as suas “irmãs” de etnicidade majoritária ou brancas. Forçadas a cuidar das crianças e da casa de suas patroas ou empregadoras, elas tiveram de lutar ainda mais para cuidar da própria vida. Além disso, historicamente, as sociedades capitalistas tentaram alistar o trabalho de

¹²³ DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹²⁴ ANZALDUA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300015. Acesso em: 4 dez. 2019.

¹²⁵ BOUTELDJA, Houria. Raça, Classe e Gênero: uma nova divindade de três cabeças. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 5-9, dez. 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/20686/13991>. Acesso em: 4 dez. 2019.

¹²⁶ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, Anpocs, p. 223-244, 1984.

¹²⁷ CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003.

¹²⁸ COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017.

¹²⁹ CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

¹³⁰ DAVIS, Ângela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Geledés**, 12 set. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 4 dez. 2019.

reprodução social das mulheres a serviço do binarismo de gênero e da heteronormatividade.¹³¹

Ao investigar “a política racial da produção de conhecimento feminista no Brasil”, Caldwell (2000), chegou à conclusão de que, em relação aos estudos feministas desenvolvidos nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Canadá, em nosso país, a “importância da raça e das diferenças raciais na constituição do gênero e das identidades das mulheres” foram pouco reconhecidas, refletindo em um discurso evasivo sobre o tema¹³².

Azerêdo (1994) considera ser uma grande contradição o silenciamento presente em nossa produção acadêmica no que diz respeito à raça, principalmente num país marcado pela escravidão, onde as pessoas de cor representam um número elevado de brasileiros. Para a autora, tais estudos não devem ser desenvolvidos apenas por feministas negras, mas por todas as estudiosas, haja vista que:

Não se trata de o movimento feminista pensar a questão racial apenas para dar conta “de perto da metade da população feminina brasileira”, como sugere Carneiro, ou mesmo de se perguntar, como ela o faz no final de seu depoimento, “quem neste país não tem um pé na senzala?”, mas de começarmos a compreender que raça, assim como gênero, se constitui em relações de poder e, portanto, determina tanto a vida das mulheres e homens brancos como a de homens e mulheres pretos.¹³³

Pensar sobre todas estas questões é fundamental haja vista que no final do século XIX, cerca de “69% da população escrava da capital estava concentrada nos serviços da casa”. Em relação a outros ofícios, o serviço doméstico era, profusamente, no qual mais atuavam estas mulheres¹³⁴. Isso significa falar em corpos racializados. Se forem levados em consideração os dados do tempo presente, será percebido que esta realidade persiste, pois, em se tratando de trabalho doméstico remunerado, em Fortaleza, aproximadamente 81% das empregadas são mulheres negras¹³⁵. Diante desses dados, seria irresponsável não

¹³¹ ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 51-53.

¹³² CALDWELL, Kya Lilly. Fronteiras da Diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2000.

¹³³ AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista de Estudos Feministas**, Número Especial, Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec, 1994.

¹³⁴ LINHARES, 2011.

¹³⁵ DIEESE. **Emprego Doméstico**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/empregoDomestico.html>. Acesso em: 4 dez. 2019.

atentar para o atravessamento que existe entre o trabalho doméstico remunerado e os corpos racializados que executam tal ofício.

Destarte, são profusas as semelhanças entre o cotidiano das empregadas e suas ancestrais escravas domésticas. Os dicionários do final do século XIX e início do século XX possuíam, inclusive, um termo específico para distinguir as “criadas nêgras” (SIC)¹³⁶ das demais: eram as chamadas “mucamas”.

Um dos mecanismos de manutenção das “antigas relações de trabalho”¹³⁷ foram as *posturas para o serviço doméstico*. Este conjunto de normas data de 1887 e foi elaborada logo após a abolição dos escravos no Ceará, em 1884, pelo chefe de polícia Olímpio Manoel dos Santos Vital, com o objetivo de “controlar, disciplinar, prevenir desordens” entre os trabalhadores livres. Segundo Rodrigues (2018), estes regulamentos eram medidas:

[...] para restringir e policiar os libertos e pobres livres que viviam nos limites da liberdade [...] com leis referentes ao trabalho doméstico, que visavam a regulamentar a continuidade da dominação no âmbito das relações de trabalho em foros privados¹³⁸ [...] No que toca ao intrincado mundo das relações escravistas, permeado pelo paternalismo, a escravidão pública, admitida pela Justiça, torna-se então em servidão doméstica, e mantém-se sob o manto denso e obscuro das residências, das lojas, firmas, hotéis e prédios comerciais privados, em geral, onde o trabalho de criados de servir encontrasse vez, o que amiúde se dava¹³⁹.

No entanto, todo esse controle imposto aos trabalhadores livres se reverteu em constantes ações que refletiam em resistências e desobediência às normas de “civildade”. Tais condutas poderiam ocorrer tanto no espaço público quanto no interior das residências, aspecto que transmitia as tensões com os moradores da casa. Nesse sentido, era comum que os patrões e patroas se queixassem acerca de insubordinações, desrespeito, agressões, homicídios e furtos¹⁴⁰ promovidos por suas empregadas.

Sebastiana, por exemplo, que trabalhava como doméstica na Pensão da senhora Nazaré Quixadá Bezerra, exercendo a função de copeira, ao avistar em uma mala uma “bolsa de senhora”, furtou uma quantia de “quasi duzentos mil reis” (SIC). Conforme o Código Penal de 1890, o furto ocorria quando alguém, sem uso de violência, subtraía coisa alheia, sem consentimento do dono. Tal crime repercutia

¹³⁶ O mesmo significado é encontrado nas obras: Figueiredo (1899) e Figueiredo (1913).

¹³⁷ LINHARES, *op. cit.*, p. 21.

¹³⁸ RODRIGUES, 2018, p. 22.

¹³⁹ RODRIGUES, 2018, p. 243-244.

¹⁴⁰ BARBOSA, 1996.

em pena que “variava de acordo com o valor do objeto entre um mês e três anos de prisão”¹⁴¹.

Ao ser presa, Sebastiana confessou seu crime, os itens comprados com a quantia furtada foram apreendidos e, como de praxe, as autoridades fizeram algumas perguntas para registrar em sua ficha criminal – dentre elas, a idade da moça que, por sua vez, não soube responder, de modo que o Delegado solicitou um “exame de idade”. Para realização deste procedimento, levavam-se em conta os seguintes critérios:

1° Si a paciente já tem os quatro últimos grandes molares do siso; 2° [...] si eles já estão completamente desenvolvidos e usados; 3° Si a paciente apresenta nas regiões do externo, axilar e pubiana, desenvolvimento de pêlos; 4° Si a paciente apresenta em redor da depressão umbilical e da aureola mamaria uma pigmentação mais acentuada do que em outras partes do corpo; 5° Si podem os peritos, de acordo com a observações feitas em face da impressão do conjunto, da fisionomia, voz, modo de andar da paciente precisar a idade aproximada da mesma ou pelo menos afirmar si ela é ou não menor de dezesseis ou de vinte e um anos¹⁴². (SIC)

Determinar a idade da ré era fundamental no estabelecimento da pena. Como Sebastiana tinha algo em torno de 17 anos, ela precisou ficar “isolada das demais detentas” que se encontravam “recolhidas no Pavilhão destinado a reclusão das presas”¹⁴³ e só ficou retida na Casa de Detenção com encarceradas maiores de idade por ser ela reincidente na prática do furto.

Além do furto de dinheiro, os alvos mais comuns eram os objetos da casa. Tais artigos eram inventariados no “Auto de Avaliação” por peritos que atribuíam a estes itens valores aproximados de venda no mercado, a fim de estabelecer com mais precisão a pena a ser cumprida pelo infrator.

Recebidos os objectos que nos foram presentes para avaliação e constante da relação que nos foi fornecida demos começo ao serviço tendo antes o avaliador Edelberto Goes Ferreira se informado de casas comerciais possuidora de objectos iguaes a alguns do que tínhamos de avaliar sobre os seus valores e chapelaria sobre os valores das plumas e [ilegível]. E concluímos harmonicamente assim: (SIC)¹⁴⁴

¹⁴¹ FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 144.

¹⁴² APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Crime Contra a Propriedade. Auto de Exame de Idade. 1938.

¹⁴³ APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Crime Contra a Propriedade. Chefatura de Polícia. 5 de julho de 1938.

¹⁴⁴ APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Crime Contra a Propriedade. Auto de Avaliação de objetos furtados. 1923/9.

Com base no “Auto de Avaliação” do processo de crime contra a propriedade de número 1923/09, foi elaborada a tabela a seguir. No documento em questão, consta que a autora do furto se chamava Maria do Carmo, empregada de Armandine Theron.

Tabela 1 – Lista de objetos furtados e avaliados pelos peritos

Objeto furtado	Preço avaliado
Colher pequena	3\$000
Colher grande	10\$000
Casal de talher pequeno	8\$000
Casal de talher grande	20\$000
8 pratos grandes	40\$000
3 pratos pequenos	9\$000
Pó de rosto	9\$000
Toalha grande	7\$000
Toalha pequena	1\$000
Lençol de linho	15\$000
Ao outro	12\$000
3 pares de meia de seda	30\$000
Pluma de Avestruz (cada)	20\$000
Paraci	10\$000
Combinação de crepe	15\$000
Vestido de filó	15\$000
Avental	10\$000
Lenço	2\$000
Calça (cada)	10\$000
Camiseta	12\$000
Faixa de seda preta	10\$000
Fantasia de seda	20\$000
Total	371\$000

Fonte: APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Crime Contra a Propriedade. 1923/9.

No início do século XX, um trabalhador manual sem qualificação ganhava, em Fortaleza, de 5\$000 a 10\$000 por mês¹⁴⁵. Tendo estes valores como parâmetro, partiu-se da suposição de que Sebastiana precisaria trabalhar mais de três anos ininterruptos para juntar a quantia que furtou (196\$000). Maria do Carmo, por sua vez, teria de trabalhar um mês inteiro para comprar uma colher. Dessa forma, pode-se inferir que o *trabalho doméstico remunerado paga às suas trabalhadoras um salário de trocados*.

Apesar dos valores dispostos na tabela acima, vale ressaltar que “os avaliadores de objetos subtraídos, indicados pelas autoridades policiais, tendiam a aumentar o seu valor, sujeitando o indiciado a penas mais graves”¹⁴⁶.

¹⁴⁵ LINHARES, 2011, p. 106.

¹⁴⁶ LINHARES, 2011, p. 106.

Em geral, o furto era um motor para a ira dos patrões, na qual estes podiam ser tomados de uma “sensação de impotência” ante o poder negligenciável de suas empregadas. Armandine Theron, por exemplo, disse em seu depoimento estar surpresa diante da ação da referida moça e que nunca supôs que sua empregada seria capaz de tal feito. Brites (2004) explica que a prática do roubo entre domésticas poderia ser comparada ao “carregamento de formiguinhas” onde, aos poucos, coisas insignificantes eram levadas ou “pegues emprestadas” temporariamente e devolvidas quando da “insinuação sobre o sumiço do objeto”.

Viana Júnior (2009), por sua vez, esclarece que algumas condições facilitavam a prática do furto entre as empregadas, como o livre acesso e a ampla circulação pela casa, além do conhecimento do funcionamento da residência, da rotina dos patrões e da distribuição dos objetos. O autor atenta também para o fato de que nem sempre os artigos furtados eram itens de grande valor. Como visto na tabela acima, os objetos descritos pelos avaliadores foram, em maioria, utensílios manuseados cotidianamente. As peças mais simples eram também as mais fáceis de serem vendidas pelos receptadores, que em geral eram:

pequenos comerciantes em busca de um ganho maior, carroceiros que fazem o transporte de mercadorias em condições suspeitas, trabalhadores autônomos como encanadores, eletricitas, adquirentes de peças a baixo ou ínfimo preço, vários destes analfabetos. A regra é a compra de objetos por pessoas do ramo a que elas se vinculam.¹⁴⁷

Apesar desse *salário de trocados*, muitas vezes as empregadas domésticas labutavam por “salário” nenhum, tão somente em troca de moradia, algumas peças de roupas e comida. E qual seria o sentido de trabalhar nestas circunstâncias? O caso de Sebastiana torna possível vislumbrar algumas possibilidades de interpretação.

Em seu depoimento ao delegado de polícia, a dita moça contou que, após furtar a quantia, saiu para passear e tentou voltar para a casa da patroa, mas ao chegar viu que tudo estava fechado e, por isso, se hospedou na “casa de uma conhecida, Dona Cristina Pereira, [...] á rua do Sampaio”¹⁴⁸. Sebastiana se enquadrava no conjunto de empregadas que não tinham moradia fixa. Confrontando a situação desta com a de outras domésticas empregadas, é comum encontrar, ao questionamento de onde elas habitavam, respostas como: “Nesta Capital, ora na

¹⁴⁷ FAUSTO, 2001, p. 155-156.

¹⁴⁸ FAUSTO, 2001, p. 155-156.

casa de um, ora na casa de outro”¹⁴⁹ ou ainda, “Nesta Capital, sem residência efetiva”¹⁵⁰.

A quantidade de trabalhadoras que dormiam em seu local de trabalho justamente por não disporem de residência própria acentuava as tensões vividas entre estas e seus patrões e patroas, tanto pela proximidade física (VIANA JÚNIOR, 2009) quanto pela ausência de uma jornada de trabalho definida. Tal situação as mantinha constantemente à disposição dos donos da casa e sem um momento pleno de descanso de suas atividades laborais.

Para DaMatta (1997), o espaço é uma categoria sociológica, na qual as variadas espacialidades se relacionam com a operação de unidades sociais distintas e por vezes opostas. Nesse sentido, espaços específicos correspondem a atividades específicas, ou seja, teoricamente, “não dormimos na rua”. Em outras palavras, os espaços definem atitudes e direcionam condutas. Explicando acerca dos sentidos atribuídos à espacialidade da “rua”, o autor afirma que:

[...] a rua é local de individualização, de luta e de malandragem. Zona onde cada um deve zelar por si, enquanto Deus olha por todos, está sempre repleta de fluidez [...]. A rua é um local perigoso. [...] até hoje a sociedade parece fiel à sua visão interna do espaço da rua como algo movimentado, propício a desgraças e roubos, local onde as pessoas podem ser confundidas com indigentes e tomadas pelo que não são. Nada pior para cada um de nós do que ser tratado como "gente comum", como "zé-povinho sem eira nem beira". Nada mais dramático para alguém de "boa família" do que ser tomado como um "moleque de rua"; ou para uma moça ser vista como uma "mulher da vida" ou alguém que pertence ao mundo do movimento e do mais pleno anonimato.¹⁵¹

Por isso, trabalhar em troca de moradia poderia significar estar minimamente resguardada das desventuras e apuros da dormida nas ruas, do constrangimento “de fazer uma necessidade fisiológica na latrina pública; ou ficar doente num meio desconhecido”¹⁵².

A respeito da labuta por roupas, o processo de Sebastiana, da mesma forma, suscita algumas reflexões. Na manhã seguinte ao furto, a copeira foi ao mercado e comprou uma mala de madeira forrada, um par de sapatos brancos para senhora, um corte de seda encarnado e quatro cortes de crepe de diversas cores. Maria do Carmo Correia de Sousa, empregada da Madame Armandine Theron,

¹⁴⁹ APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Crime Contra a Propriedade. 1922/4.

¹⁵⁰ APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Crime Contra a Propriedade. 1923/9.

¹⁵¹ DAMATTA, 1997, p. 40-42.

¹⁵² DAMATTA, 1997, p. 42.

residente da Rua Marechal Floriano Peixoto, 144, por sua vez, furtou dentre outras coisas: um vestido de filó, calças, camisetas, meias de seda, um avental, uma combinação de crepe e uma faixa de seda preta¹⁵³.

Vestir-se e calçar-se está para além da própria vestimenta ou calçado, haja vista que as roupas possuem um papel nas relações de poder. Este elemento de distinção social, no início do século XX, em Fortaleza, sofreu ampla influência da moda francesa, e anúncios nos jornais constituíam um forte apelo ao consumo. Desse modo, mais do que um conjunto de tecidos cortados, linhas e rendas, as roupas indicavam a prosperidade de seus consumidores¹⁵⁴.

Apesar de as camadas populares, muitas vezes, não terem possibilidades financeiras para aderirem a tais produtos, algumas apropriações destes itens eram elaboradas, como a prática do “sereno”, que consistia em apreciar os vestidos das mulheres ricas que entravam no teatro, a fim de copiar os modelos, pois “Um corpo ornamentado de acordo com a moda despertava o desejo de ser imitado”¹⁵⁵.

Ademais, por meio da interação com suas patroas e patrões, as empregadas tocavam nas peças de roupas ao lavá-las e engomá-las, sentiam a textura das fazendas, percebiam o corte e o caimento dos tecidos, observavam os modelos e podiam reproduzi-los em tecidos mais baratos.

Em contrapartida, as patroas e os patrões poderiam utilizar a “doação” de vestes usadas – que não lhes interessavam mais – como uma forma de compensação ou um caminho para fazer um “agrado” à sua empregada pelos serviços prestados ou pela simpatia e apreço advindos daquela relação de trabalho. Desse modo, trabalhar em troca de roupas poderia significar para meninas pobres o acesso ao mundo da moda e, para os patrões, uma atitude de cordialidade.

Já para compreender o ofício em troca de alimento, o diálogo a seguir, estabelecido entre o jornalista do periódico *A Razão* e uma moradora da Rua do Xixá, viabiliza interpretações e entendimento, já que “situada no umbral entre vida e morte, a fome é difícil de ser descrita e compreendida pelos que não a vivenciam”¹⁵⁶:

Saimos, andando. Ao passar em frente a uma, atravez da porta, divisámos uma velhinha sentada no chão, horrivelmente magra e coberta com alguns

¹⁵³ APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Crime Contra a Propriedade. 1923/9.

¹⁵⁴ SILVA, Diocleciana Paula da. **Do Recato à Moda: Moral e Transgressão na Fortaleza dos anos 1920**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004. p. 12, 30, 129, 130, 160.

¹⁵⁵ SILVA, 2004, p. 188-194.

¹⁵⁶ FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da fome**. Salvador: EDUFBA, 2003. p. 13.

mulambos, tendo no pescoço um grande rosário de contas brancas, entretendo o tempo fiando um pavio de lamparina.
 - Quanto anos a senhora tem, minha velhinha?
 - Diz o povo que já vou nos oitenta, respondeu-nos.
 - De que a senhora vive?
 - Meu santinho, disse-nos a coitada anciã, eu vivo, aqui graças á minha filha que me dá um <<decomesinho>>... ela é empregada... chega em caza de noite... quando me traz uma... uma... aquilo, seu moço, que se come na casa dos ricos... valha-me Deus... nem me lembro mais o nome...
 - Arroz, macarrão... alvitramos.
 - Não... sôpa... sôpa, seu mocinho, gaguejou a velhinha.
 - E o almoço? ingagámos.
 - Não tem almoço, não... Olhe seu moço, de manhã tomo um <<golinho>> de café e quando não tem, passo o dia todinho com farinha seca... é meu almoço. (SIC)¹⁵⁷

Assim como vestir-se está para além das roupas, comer está para além da comida, do fogão, das panelas e de uma necessidade biológica. Segundo Freitas (2003), a *fome* é o resultado de um processo histórico de dominação política e econômica e de exclusão social, que remonta à formação das sociedades de classes, onde a divisão social do trabalho e a apropriação da riqueza coletiva rompeu o acesso à alimentação. Para a autora, a *fome coletiva* encontra-se “demarcada em países cujas histórias sociais registram a exploração e a dominação de mercados externos”¹⁵⁸.

Especialmente no Nordeste brasileiro, Freitas (2003) verifica a *fome* como um problema de calamidade pública decorrente da desestruturação da produção agrícola e do processo de urbanização, alcançando não só o campo como a cidade, reflexo da ausência de políticas sociais e da sistemática desvalorização social dos sujeitos que não possuem condições materiais para manter níveis desejáveis de nutrição.

Não à toa, uma das palavras sinônimas de “doméstica” é “fâmula”, que por sua vez tem origem no vocábulo “fome”, oriundo do latim *famulus*, que significa “escravo ou servo” e que no português dá origem aos termos: “famulentos, famélicos, ou que têm fome”¹⁵⁹.

Entrevistada pelo jornal, a velhinha afirmava que sua única refeição era aquela trazida pela filha da casa dos patrões. Este diálogo nos auxilia a presumir uma temporalidade desinente da fome. Nesta experiência social e corporal “o sujeito

¹⁵⁷ Jornal A Razão, 5 de julho de 1936.

¹⁵⁸ FREITAS, *op. cit.*, p. 16.

¹⁵⁹ FREITAS, 2003, p. 13.

é tomado pela representação da espera e da retenção”¹⁶⁰, que por sua vez se dá de diferentes formas para as pessoas que a sentem. A velhinha do Xixá, por exemplo, esperava o dia inteiro para ingerir um prato de sopa. Por outro lado, sua filha talvez esperasse menos tempo, alimentando-se na casa de seus patrões.

Dessa forma, o trabalho por trocas traduz os acentuados contrastes sociais nos quais alguns sujeitos se encontravam no processo de urbanização de Fortaleza, desvelando um elemento de exploração que complementava e substituía um salário.

Geralmente, os patrões doavam aquilo que para eles já não possuía certo padrão de consumo, de modo que as empregadas recebiam o descarte dos patrões, ou seja, suas sobras. Mesmo assim, Brites (2004) nos desafia a refletir acerca de como essas sobras eram recebidas pelas trabalhadoras domésticas. Para a autora, esta “economia de trocas” se estendia para a rede familiar da empregada, fato que se pode constatar na matéria do jornal *A Razão* que expunha o cotidiano alimentar de uma idosa, cuja principal refeição era proveniente das sobras de alimentos trazidos pela filha da casa de seus patrões. Brites (2004) também alerta para os novos usos facultados na reutilização que as empregadas fazem das “coisas inúteis para os patrões”.

Além disso, a troca de bens com uma “transmissão de patrimônio” ultrapassa o sentido financeiro e significados sociais são repassados. Em outras palavras, os objetos são condutores das relações sociais, onde um doador e um donatário inauguram uma hierarquia social. Assim, quem dá se coloca numa condição de superioridade em proporção a quem recebe e, deste último, espera-se fidelidade, lealdade, dedicação e obediência¹⁶¹. Tais predicados nos ajudam a visualizar uma *feminilidade consequente ao trabalho doméstico remunerado*.

Num plano imagético, Lauretis (1994) esclarece que uma pessoa se constitui por meio de “representações culturais” que, em maior instância, se constroem na linguagem e na elaboração de discursos. Igualmente, os sujeitos se fabricam com a auto representação que é produto “de diferentes tecnologias sociais”. Na presente pesquisa, as peças teatrais e os anúncios de jornais foram

¹⁶⁰ FREITAS, 2003, p. 248.

¹⁶¹ BRITES, Jurema. Serviço Doméstico: um outro olhar sobre a subordinação. In.: LISBOA, Maria Regina Azevedo; MALUF, Sônia Weidner (orgs.). **Gênero, cultura e poder**. Florianópolis: Mulheres, 2004. p. 116-120.

percebidos como “tecnologias sociais” que ajudaram a vislumbrar os predicados quistos e os malvistos em relação às empregadas domésticas.

A exemplo do que foi mencionado, tem-se um anúncio da Cafiaspirina, remédio comercializado pela Bayer, indicado para o alívio de diversos tipos de dor, que ilustra bem outros atributos desejáveis as empregadas. Para divulgação de seu produto, a referida empresa fazia uso de propagandas que narravam estórias a fim de ilustrar os proveitos de seu medicamento. Essas narrativas faziam emprego de situações cotidianas que geravam dores, tais como: “as dôres de cabeça, dentes e ouvidos; as nevralgias, as consequências de noitadas, excessos alcoolicos” (SIC). Em cada anúncio uma personagem era apresentada por meio de uma ilustração, e logo ao lado havia uma breve explicação das razões pelas quais aquela pessoa se encontrava em situação de dor.

Estes anúncios se encontravam permeados por um imaginário idealizado das atribuições de gênero, veiculando imagens femininas inseridas na experiência do trabalho doméstico, ou ainda em condições de fragilidade com “semblante [...] melancólico”, de “paciencia e delicadeza” (SIC). Já nas imagens masculinas, os homens apareciam por meio da vivência na esfera pública, após uma “noitada” ou encharcados em decorrência de um banho de chuva ao retornar do trabalho, ou por desenvolverem “trabalhos intellectuaes, submettidos constantemente, a forte tensão espiritual” (SIC) que causavam “violentas dôres de cabeça, fadiga cerebral e abatimento nervoso” (SIC). Atravessados por estereótipos de gênero, estes reclames tinham o objetivo de provocar uma identificação com os interlocutores, a fim de conduzi-los à compra do remédio. Note que esses anúncios ocupavam boa parte das páginas dos jornais, destacando o investimento feito pela Bayer para empreender a comercialização de seu produto.

Figura 3 – Anúncio Cafiaspirina



Fonte: Jornal O Ceará, 20/02, 20/04, 16/10 de 1928.

Legenda 1: “Depois da Mamãe, disse Stelinha, ninguém, ninguém me quer tanto e a ninguém dedico uma ternura tão profunda como á **pobresinha da Babá**. Ella nos criou a todos; mas a mim, talvez por ter sido a última, ella me adora com todas as véras de sua alma boníssima. Para ella sou sempre o mesmo nenensinho, não cresço nunca; e apesar de eu já ser uma mocinha, são sem conta as vezes que ella me assenta em seus joelhos e canta para adormecer-me”. (SIC)

Legenda 2: Envelhecida no serviço de seus patrões, Babá é **humilde, submissa, callada**; todos para ella continuam a ser “os meninos.” Tambem em casa, ninguem a considera uma criada, mas uma pessoa da família. Sempre foi san e forte; mas tantos trabalhos, tantas noites de vigilia, causaram-lhe certas dores nas juntas que muito a encommoam, e umas picadas nas costas que quase não a deixam mover-se. Mas desde que começou a usar a **CAFIASPIRINA** e viu que em poucos minutos lhe desapareciam as pontadas e as dôres nas juntas, adquiriu uma fé absoluta no excellent remédio. E agora, ao sentir-se alliviada, junta as mãos e exclama: “abaixo de Deus e de Maria Santissima, não ha nada como a **Cafiaspirina**” (SIC)

LEGENDA 3: CAFIASPIRINA é o analgésico do lar. Os medicos a receitam com entusiasmo e todo o mundo a toma com absoluta confiança para as dôres de cabeça, dentes e ouvidos; as nevalgias, as consequências de noitadas, excessos alcoholicos, etc. Na proxima vez Stelinha lhes apresentará o carinho de sua vida, o “amor de seus amores” – a sua babá. É a mais humilde, porém, a mais encantadora da casa. Não deixem de conhecel-a! (SIC)

A propaganda acima nos dá indícios quanto aos arquétipos concebidos em torno da imagem da babá. Em primeiro lugar, esta é representada pelos publicitários da Bayer é “pobresinha” (SIC), ou seja, ela é proveniente de uma classe social desafortunada. Apesar disso, “em casa, ninguém a considera uma criada,

mas pessoa da família” (SIC). Este dado ressaltado por Stelinha aponta justamente na direção contrária. Ora, quando alguém é de fato da família, isto não precisa ser evidenciado. Como visto anteriormente, o serviço doméstico pode ser extremamente confuso, onde uma mistura de relações – de trabalho e afetivas – provocam nas partes subordinadas uma *estranheza de ser e de não ser da família ao mesmo tempo*, configurando uma vinculação paternalista de trabalho.

Nesta representação da empregada doméstica, tem-se uma pessoa que “adora com todas as veras” os filhos de seus patrões, um sujeito que abdica de si integralmente pelo serviço da família, ao qual se dedicou. A babá era caracterizada como alguém que possuía um amor incondicional por todos os membros da família à qual servia. Uma devoção que a colocava numa feminilidade abdicadora, doadora de si e de seu tempo.

A babá “envelhecida no serviço dos patrões” não fugiu ou foi expulsa, mas permaneceu, sujeita a situações de exploração exprimidas na fonte. Morando na casa dos seus patrões, não tinha um horário definido de trabalho, passando muitas vezes a “noite em vigília” (SIC), onde o excesso de serviço lhe causava “dores nas juntas” e “picadas nas costas” que “quase não a deixam se mover” (SIC).

A figura humilde, submissa e calada representava as posicionalidades de gênero performadas pelas empregadas dentro da casa. Tais predicados instituíam uma alegoria capaz de obedecer de modo resiliente e sem grandes indagações às ordens de seus patrões. Silenciosa, esta personagem encena a discrição necessária ao convívio com os problemas íntimos de seus empregadores, evitando que suas contrariedades fossem a conhecimento público. Em outras palavras, a empregada imaginada pela Bayer sabe seu lugar, se sujeita às ordens sem reclamar ou questionar. É “calada” e não dá opiniões, nem participa da tomada de decisões e, sobretudo, não divulga aos outros o cotidiano da casa de seus patrões.

Para Rabenhorst e Camargo (2013), as representações tornam presente o ausente e não apenas “falam do outro”, mas “falam pelo outro” e, por vezes, isto é dito através de alegorias que simulam uma imagem, estabelecendo um “modelo de realidade a ser seguido, um parâmetro a partir do qual as subjetivações são elaboradas”. O contrário igualmente é posto, as representações, por meio de

preceitos mentais, linguísticos e artísticos, provocam uma “distância entre o elemento que representa e o que é representado”¹⁶².

Diferente dos contornos exibidos pela Bayer, os dicionaristas apresentam as “lacaías”¹⁶³, personagens que em peças teatrais encenam criadas “finórias”, “espertalhonas” e “ladinas”. Nas “Notas Theatraes”¹⁶⁴ (SIC) dos periódicos de Fortaleza, eram constantes a presença das “creadas” de “inteligência aguda”¹⁶⁵. Nesse sentido, frui-se de uma percepção destoante da babá apática e devota. A criada ladina é sagaz. Ela trama contra seus patrões e se diverte ao engabelá-los. Apesar de performativa, a atuação teatral pode criar novas realidades. No palco, “o olhar não é um gesto neutro, mas uma operação submetida a uma gestão social, a um conjunto de instruções bastante precisas”¹⁶⁶. Tais diretrizes colocam sob suspeita a empregada.

Foi explicado até aqui que nem todas as domésticas eram iguais. Como dito previamente, algumas exerciam uma ocupação dentro da família, outras eram empregadas por exercerem um ofício, e outras eram inseridas em uma relação de trabalho confusa por não terem consciência plena de sua posição no interior de uma “família”. Foi visto ainda que existiam aquelas mulheres que tanto cumpriam um encargo quanto o outro. Através desses significados possíveis, identificou-se que o trabalho doméstico é uma questão de gênero, quando a sociedade determina tal atribuição enquanto particularidade da “natureza da mulher”, fazendo convergir para este labor tanto mulheres ricas quanto pobres. Porém, a classe social das mulheres domésticas, assim como sua raça, podia delimitar a “posicionalidade”¹⁶⁷ que estas iriam assumir, fosse de subalternidade ou de subordinação. A seguir, será visto como o discurso médico colaborou para um processo de “naturalização” deste ofício enquanto “coisa de mulher” e que, longe de questões biológicas, estas atividades foram socialmente ensinadas.

¹⁶² RABENHORST, Eduardo Ramalho; CAMARGO, Raquel Peixoto do Amaral. (Re)presentar: contribuições feministas à noção da representação. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, set./dez. 2013. p. 981-1000.

¹⁶³ FIGUEIREDO, 1913.

¹⁶⁴ Jornal A Razão, 15 de março de 1929.

¹⁶⁵ Jornal A Razão, 26 de dezembro de 1930.

¹⁶⁶ RABENHORST, *op. cit.*, p. 983-993.

¹⁶⁷ Cf. COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito do feminismo: revisitando debates. **Cadernos Pagu**, n. 19, 2002. p. 76.

3 TRABALHO DOMÉSTICO: ENTRE O “NATURAL” E O APRENDIDO

O dia 2 de outubro de 1937 certamente foi um dia marcante na vida da senhorinha Maria Romero Barros, pois, diante de suas colegas de sala de aula, de autoridades locais e de jornalistas, a referida moça fez um discurso enquanto “oradora-oficial” de sua turma de “arte-culinária e corte”, da Escola Doméstica São Rafael, na qual “em breves palavras interpretou o sentir de suas colegas no momento em que iam deixar aquela casa onde com tanto carinho *receberam os ensinamentos necessários a uma dona de casa exemplar*”¹⁶⁸. Nessa ocasião, figuras importantes de nossa sociedade se fizeram presentes, tais como o “Monsenhor Furtado, que ocupou a mesa de honra [...] com os drs. José Martins Rodrigues e Plácido Castelo, Secretário do Interior e Justiça e da Fazenda; desembargador Abner de Vasconcelos”¹⁶⁹, este:

[...] como paraninfo das recém-diplomadas leu um bem feito discurso, cheio de ensinamentos e oportunas observações sobre a **verdadeira finalidade da mulher: - a vida doméstica**. Declarou-se **contrário a penetração feminina nas posições só compatível com a natureza do homem** e teceu elogios á <<Escola Doméstica São Rafael>> que está empreendendo uma obra puramente cristã e patriótica. (SIC)¹⁷⁰

O trecho acima nos revela, dentre tantas coisas, que o discurso do desembargador Abner de Vasconcelos versou a respeito de pelo menos três aspectos fundamentais: 1. que o objetivo derradeiro da vida de uma mulher era a vida doméstica – leia-se o “trabalho doméstico”; 2. que sua pessoa era desfavorável ao trânsito das mulheres à ocupação de posições de “natureza” do homem; 3. que existem aspectos da “natureza” masculina e da “natureza” feminina que, por serem opostos, não deveriam se cruzar.

Vivente do começo do século XX, o desembargador Abner de Vasconcelos presenciou transformações profundas, resultantes de processos históricos ocorridos ainda na centúria anterior, como a implantação da República, a abolição da escravidão, o processo de urbanização e a emergência do feminismo. Tais acontecimentos provocaram em muitos dos homens nordestinos, educados em

¹⁶⁸ Jornal A Razão, 3 de outubro de 1937. Escola Doméstica São Rafael. Entrega de Diplomas. *Grifo meu.*

¹⁶⁹ *Ibid.*

¹⁷⁰ *Ibid.*

um modelo de masculinidade patriarcal, um sentimento “insuportável”, de que “a ordem, a autoridade e [...] a hierarquia social”¹⁷¹ estavam ameaçadas.

Com um discurso “autoritário e conservador” homens, como o desembargador Abner de Vasconcelos, reivindicavam que as “tradições nacionais [...] precisavam ser defendidas”. Tal prenúncio, na percepção destes, era corolário de uma “feminização da sociedade”, que, em outras palavras, tornava nebulosas as fronteiras de gênero, virilizando as mulheres e efeminando os homens¹⁷². Segundo Albuquerque Júnior (2013):

Estes discursos masculinos falam com **temor** de um alastramento do feminino pela sociedade, trazido pela abolição das fronteiras entre etnias e raças com a Abolição, pelo progressivo acesso ao mundo da política de parcelas antes excluídas, com o advento da República, pela necessária ampliação do espaço social para a inclusão de novos grupos que emergiam com crescente influência e poder [...]. Este temor se intensifica à medida que emerge o movimento feminista reivindicando mudanças na condição feminina. O mundo dos patriarcas paternais estava em ruína, um mundo feminino parecia avizinhar-se. **Como evitar que isso viesse a ocorrer?**¹⁷³

Como evitar que as mulheres deixassem de exercer a sua “finalidade verdadeira”, o trabalho doméstico? Como evitar que mulheres penetrassem nas posições socialmente atribuídas aos homens? Como evitar que as mulheres participassem da vida política e da construção de leis que as beneficiassem e as protegessem? Como evitar que o poder predominantemente masculino desfalecesse?

Neste capítulo, pretende-se se debruçar sobre duas saídas para estas indagações, explicações possíveis que despontaram por intermédio da análise de nossas fontes. Primeiramente, identificou-se uma guerra discursiva travada pelos mais diversos segmentos sociais – médicos, religiosos, legisladores dentre outros – com a finalidade de difundir uma ideia de trabalho doméstico intrínseco à “natureza” das mulheres, ou seja, imanente à biologia de seus corpos. Em segundo lugar, por meio de um processo massivo de ensino das funções domésticas, desde a mais tenra infância das meninas, através de brincadeiras e brinquedos, também pela educação formal realizada nas Escolas Domésticas que se espalhavam em todo o

¹⁷¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: invenção do “falo”. Uma história do gênero masculino (1920-1940). 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 28.

¹⁷² *Ibid.*, p. 28.

¹⁷³ *Ibid.*, p. 29. Grifo meu.

país. Do outro lado da trincheira, feministas contra-argumentavam mobilizando as pautas nacionais que visavam tornar as mulheres sujeitos de direitos.

3.1 Disputas discursivas: A naturalização do Trabalho Doméstico

Fortaleza, no início do século XX, era uma cidade de grandes contrastes. Por um lado, o perímetro central da urbe estava sendo arrumado de modo ordeiro e higiênico, e suas estruturas arquitetônicas modernizavam-se. Em contrapartida, de acordo com os noticiários da época, os costumes de seus moradores e de suas autoridades ainda eram bem provincianos. Essas temporalidades geravam confrontos e reações, como as reclamações veiculadas nos periódicos – quase que diariamente – e a instituição de uma série de regulamentos que visavam “civilizar e domesticar”¹⁷⁴ os fortalezenses, principalmente aqueles oriundos das camadas mais pobres.

Apesar de as autoridades terem, por exemplo, fixado regras que proibissem as pessoas de depositarem nas ruas, praças e demais logradouros públicos da cidade “águas servidas, matérias fecaes, animaes mortos, lixo, vidros, cascas de frutas, bagaços de cana, papel limpo ou uzado, capim, cal, caliça, barro, folhas, latas e quaisquer immundíces”¹⁷⁵ (SIC), ainda assim a população resistia em obedecer tais deliberações.

Por outro lado, mesmo que a população acatasse as prescrições dispostas nos regimentos sobre o despejo do lixo doméstico, a prefeitura falhava na coleta dos dejetos que não eram “convenientemente”¹⁷⁶ feitos pelos carroceiros. A displicência de nossa prefeitura causava revolta na população que, usando dos mesmos veículos de comunicação que os poderes políticos utilizavam, reclamavam afirmando que “os habitantes de Fortaleza são mal servidos pelos poderes municipaes e estaduaes”¹⁷⁷ (SIC), apesar de pagarem o “imposto do fio de pedra, da taxa sanitária, do calçamento, do lixo”¹⁷⁸.

Nessa briga por (ir)responsáveis, as domésticas – donas de casa, criadas e empregadas – passaram a ser, cada vez mais, arregimentadas por médicos,

¹⁷⁴ PONTE, 2007, p. 163.

¹⁷⁵ Jornal A Razão, 5 de setembro de 1930. Lei nº 359 da Prefeitura Municipal, art. 10.

¹⁷⁶ Jornal A Razão, 9 de novembro de 1931.

¹⁷⁷ Jornal A Razão, 22 de julho de 1931.

¹⁷⁸ Jornal A Razão, 9 de novembro de 1931.

higienistas, sanitaristas e demais autoridades que atribuíam a elas o dever de cuidar do asseio dos membros de sua família/de seus patrões e da saúde moral destes, da limpeza de seu lar/local de trabalho e, igualmente, pela salubridade da calçada e da rua onde habitavam/trabalhavam. Nesse sentido, um argumento eficaz para justificar uma divisão sexual do trabalho fora a relação estabelecida entre a *natureza biológica dos corpos femininos e o trabalho doméstico*.

Tal relação ganhou *status* de “verdade científica” por volta dos fins do século XVIII, quando anatomistas passaram a defender a tese de que a “localização dos órgãos genitais, ‘para dentro’ nas mulheres e ‘para fora’ nos homens [...] determinava o alcance de sua influência”¹⁷⁹. Ou seja, as constituições biológicas dos sujeitos delimitariam suas funções dentro da sociedade e, igualmente, os espaços que cada tipo de corpo poderia ocupar.

No Brasil, os estudos sobre os órgãos reprodutivos femininos difundiram a ideia de que os hormônios produzidos pelos corpos das mulheres provocavam nelas perturbações de ordem física e mental. De acordo com Rohden (2008, p. 135), “as perturbações femininas poderiam ter consequências que extrapolavam o domínio individual, chegando, na visão dos médicos, a atingir a sociedade como um todo”. Tal argumento legitimava a exclusão das mulheres da participação política e promovia manutenção de seu espaço de atuação restrito ao ambiente doméstico. A medicina no Brasil:

[...] **identificava os órgãos sexuais reprodutivos [como] o centro da economia moral feminina.** A mulher seria governada pelos ciclos relacionados à reprodução, desde a puberdade, gravidez, amamentação e menopausa. Praticamente todo o comportamento feminino poderia ser explicado em função disso, inclusive o que era percebido como desordem.¹⁸⁰

Nessa perspectiva, as mulheres seriam “naturalmente” mais emocionalmente instáveis, destituídas de uma racionalidade que as impedia de pensar com clareza por serem “governadas” pelos “ciclos da reprodução”. Por outro lado, seriam “naturalmente” mais propensas ao cuidado da prole, já que no centro da “economia moral” de seus corpos estava a reprodução da espécie.

¹⁷⁹ SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 16, jan./abr. 2005.

¹⁸⁰ ROHDEN, Fabíola. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p.135, jun. 2008. Grifo meu.

A trajetória dos médicos para conter as “perturbações” e as “desordens”, provocadas pelos hormônios femininos, foi marcada por reviravoltas entre práticas sistemáticas de extirpação dos órgãos reprodutivos, introdução de hormônios animais em mulheres e, por fim, o entendimento de que esta “castração” “implicava na esterilização da mulher, na perda do desejo sexual e na aquisição de características masculinas”, aspecto visto como um perigo “ao casamento e à divisão sexual do trabalho, considerados os dois pilares de sustentação da sociedade e da nação”¹⁸¹.

Em Fortaleza, entre 1900 e 1930, médicos cearenses recém-formados nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro concentraram seus esforços especialmente na reorganização das práticas corporais de crianças e de mulheres. De acordo com Medeiros (2010), nesse instante, o saber médico cearense “inventou”, contornou e buscou dominar uma “natureza do corpo feminino”, de modo concomitante aos atendimentos dispensados às pacientes, produzindo e atualizando “as verdades científicas do funcionamento”¹⁸² destes corpos.

Atayde (2007), analisando a prática do infanticídio e suas repercussões na imprensa de Fortaleza, concluiu que, no processo de publicização desse “ato privado”, uma espécie de “judicialização da vida” era aplicada com fins de promover uma “domesticação em favor do órgão social” e de sua normatividade¹⁸³. Ou seja, muitas das “perturbações femininas” nas quais os médicos se debruçavam estavam bem mais relacionadas à ordem moral de comportamentos tidos como desviantes – de um “horizonte de expectativas” de feminilidade – do que de problemas de saúde em si. Mulheres que apresentavam apetite sexual elevado, práticas de negação da maternidade ou agressividade eram vistas como pessoas “tresloucadas, violando [...] sentimentos da própria natureza” (SIC)¹⁸⁴ feminina.

Silva (2019) explica que a “sexualidade feminina” não era apenas um “objeto de controle do saber médico”, mas era controlada “em seu aspecto moral”, e a “histeria” estava associada ao exercício de uma sexualidade desviante e patológica. A prática da masturbação, por exemplo, era considerada “um ‘vício solitário’ ferrenhamente condenado pelos médicos”.

¹⁸¹ ROHDEN, 2008, p.144.

¹⁸² MEDEIROS, 2010, p. 2.

¹⁸³ ATAYDE, Marla Albuquerque. **Mulheres Infanticidas: O crime de infanticídio na cidade de Fortaleza na primeira metade do século XX.** 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 2007.

¹⁸⁴ Jornal A Razão, abril de 1930.

Além da linguagem verbal que promoveu o trabalho doméstico como “coisa de mulher”, mensagens não verbais que corroboraram para a “inculcação de valores” que se prestam “ao jogo de interesses dos proprietários dos meios de produção de linguagens e não aos usuários”¹⁸⁵. O exame das mensagens não verbais e dos sistemas de produção de sentidos nos ajuda a perceber como “se opera o processo de alteração dos sinais (qualquer estímulo emitido pelos objetos no mundo) em signos (produtos da consciência)”¹⁸⁶. Santaella (2012) explica que:

A partir da relação de representação que o signo mantém com o seu objeto, produz-se na mente interpretadora um outro signo que traduz o significado do primeiro [...]. Portanto, o significado de um signo é outro signo – seja esse uma imagem mental ou palpável, uma ação ou mera reação gestual, uma palavra ou um mero sentimento de alegria, raiva... uma ideia, ou seja lá o que for – porque esse seja lá o que for, que é criado na mente pelo signo, é um outro signo (tradução do primeiro).

De acordo com a autora, o processo de alteração dos “sinais” em “signos” ocorre no e pelo ser humano; por isso, “os sistemas e formas de linguagens tendem a se comportar como sistemas vivos, ou seja, eles se reproduzem, se readaptam, se transformam e se regeneram como coisas vivas” eis aí o seu caráter, igualmente, histórico.

Para a reflexão acerca da *naturalização do trabalho doméstico*, é preciso levar em consideração que somos “seres de linguagem”¹⁸⁷ e que a escrita e a oralidade não são os únicos meios que usamos para nos comunicar. Ora, a linguagem pode se dar tanto de modo verbal quanto não verbal, pois se trata de “uma gama incrivelmente intrincada de formas sociais de comunicação e de significação” que “absorve também [...] todos os sistemas de produção de sentido”¹⁸⁸.

Nos periódicos difundidos em Fortaleza, eram constantes os anúncios de medicamentos voltados para a “Saúde da Mulher”¹⁸⁹ (SIC), que tinham como objetivo combater “os incommodos das senhoras”¹⁹⁰ (SIC) como “Flores Brancas, Cólicas Uterinas, Inflamação do Utero, dos Ovarios, Suspensão, Regras Demasiadas, Regras Escassas e Falta de regras”, os “incommodos provenientes da

¹⁸⁵ SILVA, 2019, p. 17.

¹⁸⁶ SILVA, 2019, p. 18.

¹⁸⁷ SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 14. (Coleção Primeiros Passos)

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 16.

¹⁸⁹ Jornal A Lucta, 9 de novembro de 1921.

¹⁹⁰ Jornal A Ordem: Trabalho e Justiça, 6 de fevereiro de 1920.

idade”¹⁹¹ (SIC), e as “fortes hemorragias” (SIC)¹⁹². Essas publicidades veiculavam imagens que forjavam um imaginário acerca das diferenças biológicas entre os corpos de homens e mulheres. Veja alguns exemplos a seguir.

Figura 4 – Anúncio do fortificante Nutrion¹⁹³



Figura 5 – Anúncio do remédio Saúde da Mulher¹⁹⁴



Figura 6 – Anúncio da Cafiaspirina¹⁹⁵



Figura 7 – Anúncio do fortificante Nutrion¹⁹⁶



¹⁹¹ Jornal A Ordem: Trabalho e Justiça, 12 de março de 1920.

¹⁹² *Ibid.*

¹⁹³ Ilustração utilizada no anúncio do Nutrion. Jornal A Ordem, 16 de abril de 1925.

¹⁹⁴ Ilustração utilizada no anúncio “A Saúde da Mulher”. Jornal A Ordem, 4 de junho de 1925.

¹⁹⁵ Ilustração utilizada no anúncio da “Cafiaspirina”. Jornal A Ordem, 26 de agosto de 1925.

¹⁹⁶ Ilustração utilizada no anúncio do “Nutrion”. Jornal A Ordem, 19 de fevereiro de 1930.

Figura 8 – Anúncio do remédio Saúde da Mulher¹⁹⁷



Figura 9 – Anúncio da Emulsão Scott¹⁹⁸



Essas gravuras, que foram retiradas de propagandas de remédios, como a Cafiaspirina, e de fortificantes, como o Nutrion e a Emulsão de Scott, nos ajudam a perceber como os corpos de homens e mulheres eram engendrados, pois retratados de modos diversos com atribuição de valores conforme o sexo biológico.

As ilustrações das estruturas físicas masculinas encarnam fisionomias musculosas, parrudas e vigorosas, em corpos expostos, *seminus*. A nudez dessas carnes não figura desonradez, mas é objeto de respeito e deferência. Em contrapartida, os corpos das mulheres, vestidos decentemente – veladas as peles – são delicados, frágeis e débeis. A expressão de seus rostos exprime dores e cansaço, a não ser pela imagem de uma mãe que cuida de seu bebê, sugerindo disposição e contentamento.

A preocupação com o desenvolvimento físico das meninas estava diretamente relacionada à formação da “mulherzinha de amanhã”¹⁹⁹, *que deveria estar apta à reprodução da espécie, ao exercício da maternidade e do trabalho doméstico*. Os tônicos fortificantes como a Emulsão de Scott, alegavam ser um “puro e nutritivo alimento-medicinal”, que assegurava promover a saúde para “felicidade e futuro” das meninas que se encontravam “delicadas, pálidas, evasivas aos

¹⁹⁷ Ilustração utilizada no anúncio “A Saúde da Mulher”. Jornal A Ordem, 17 de dezembro de 1930.

¹⁹⁸ Ilustração utilizada no anúncio da Emulsão de Scott. Jornal A Ordem, 31 de janeiro de 1931.

¹⁹⁹ Jornal A Ordem: Trabalho e Justiça, 2 de julho de 1925.

divertimentos próprios á sua idade, [...] nervosas” (SIC) ou com “contratempos no seu desenvolvimento”.

Ao contrário dessa debilidade pregada por um discurso dominante acerca da (in)capacidade física, mental e intelectual das mulheres, os feminismos, desde o século XIX, desafiavam a lógica tradicional que as impedia de acessar direitos fundamentais e de experimentar o exercício pleno da cidadania. As chamadas sufragistas demonstraram a perícia em organização e inteligência desenvolvendo ações coordenadas de protestos em favor da participação efetiva da vida política, exigindo que as mulheres pudessem estudar, votar e ser eleitas²⁰⁰.

À revelia dos estratos mais conservadores, que insistiam não ser necessário às mulheres o acesso aos estudos, foram elas próprias que reivindicaram esse acesso, travestindo-se de argumentos que corroborassem o pensamento nacional aos seus interesses. Uma das mais importantes instituições de luta foi a Federação Brasileira das Ligas pelo Progresso Feminino (FBPF), oriunda da Liga para Emancipação da Mulher, fundada em 1919 por Bertha Lutz, precursora das lutas feministas no Brasil. Essa organização realizou, em 1922, a Conferência pelo Progresso Feminino, cujo objetivo era “a colaboração da Liga pelo Progresso Feminino na educação da mulher no bem social e aperfeiçoamentos humanos”²⁰¹.

O trânsito de mulheres que viajavam pelo Brasil incentivando a escolarização feminina era intenso. Pode-se destacar Cora Moraes de Barros²⁰², delegada da Liga Paulista pelo Progresso Feminino, que também era escritora e pertencente a uma família “das mais ilustres”²⁰³ de São Paulo, conhecida por sua competência, currículo, participação na “escola de viagens” e por suas idas aos Estados Unidos e à Europa. Conforme o jornal *A Ordem* todos esses atributos lhe conferiam o respaldo para falar sobre a Escola Doméstica de Natal e a importância da escolarização das mulheres como um todo. Essa foi uma voz paulista que ecoou em defesa da escolarização das mulheres no Nordeste.

A Escola Doméstica de Natal foi fundada em 1914 e contava com subvenções do Governo. Tinha em sua direção a americana Miss Leora James –

²⁰⁰ PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Persel Abramo, 2003. p. 9.

²⁰¹ BONATO, Nilda Marinho da Costa. **Concepções de Educação Doméstica: As teses da I Conferência pelo Progresso Feminino – 1922**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/N/Nilda%20marinho%20da%20costa%20bonato.pdf. Acesso em: 30 jul. 2018.

²⁰² Jornal *A Ordem*, 1º de junho de 1923.

²⁰³ *Ibid.*

aspecto fortemente enfatizado pelos jornais, que aludiam acerca das “inovações pedagógicas” vindas dos Estados Unidos, com o foco na formação de “boas donas de casa”.²⁰⁴ De acordo com as notícias dos periódicos fortalezenses, havia um grande fluxo de moças cearenses que se deslocavam para Natal, com o objetivo de ingressar nesta instituição de ensino²⁰⁵.

Em matéria publicada no jornal *A Ordem*, com o título “Vantagens da Escola Doméstica”, Cora mobilizou as pautas médicas de higiene e limpeza explicando que o “saneamento rural no Brasil” seria “impossível enquanto a mãe de família não estiver ao par dos ensinamentos correspondentes” (SIC) e elucidava “os benefícios resultantes de escolas daquela natureza espalhadas por todo o paiz” (SIC)²⁰⁶.

Cora figura ser extremamente inteligente e sagaz em sua construção argumentativa, já que “para que haja cultura, não basta ser autor das práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza”. Cora não podia simplesmente desacatar todo um sistema normativo e afrontar aqueles que detinham o poder de permitir ou não o acesso das mulheres à educação; era preciso “a construção de frases próprias com um vocabulário e uma sintaxe recebidos”, para que assim houvesse uma legitimidade em sua fala, de modo que se construísse aquilo que Certeau (1994) chamou de “condições de possibilidade”, ou seja, “a toda vontade construtiva são necessários sinais de reconhecimento e acordos feitos acerca das condições de possibilidade, para que seja aberto um espaço onde se desenvolva”.²⁰⁷

Em Fortaleza, a Liga Feminista Cearense, “fundada como uma resposta e para fins de afirmação prática não somente do potencial intelectual das brasileiras, como também de sua capacidade de mobilização e organização enquanto classe, grupo, associação de intelectuais”²⁰⁸, promovia “sessões de letras e a criação de cursos de instrução para moças desamparadas”²⁰⁹. Formada exclusivamente por

²⁰⁴ Jornal *A Ordem*, 20 de junho de 1923.

²⁰⁵ Jornal *A Lucta*, 1924.

²⁰⁶ Jornal *A Ordem*, 11 de julho de 1923.

²⁰⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p.35-39.

²⁰⁸ SILVA, Larissa Almeida Custódio da. **Feminismos de Primeira Onda no Ceará**: paradoxos e possibilidades a partir as disputas pelo voto feminino na imprensa (1900-1933). 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. p. 21.

²⁰⁹ SILVA, *op. cit.*, p. 22.

mulheres, a Liga Feminista Cearense tinha como presidente Alba Valdez²¹⁰, “figura de relevo da intellectualidade cearense” (SIC). Esta “exma. sra.” frequentemente realizava conferências cujo tema era a “Instrução e Educação” (SIC)²¹¹ em defesa da escolarização das mulheres. De acordo com Silva (2019), Alba Valdez:

Buscou traçar um panorama da educação e do progresso intelectual das mulheres no Ceará, ressaltando fatores que teriam impedido uma mudança de mentalidade mais rápida e significativa. Segundo ela, um intrincado conjunto de preconceitos e superstições em vigor na família era um forte fator para explicar o motivo pelo qual a evolução ‘se processou lentamente, aos milímetros’; desta forma, **permaneciam as mulheres atadas aos lares, com uma educação marcadamente limitada**²¹². **Grifo meu.**

Já em relação ao direito de voto, as sufragistas precisavam se empenhar argumentando contra instâncias maiores, pois a própria legislação brasileira conferia às mulheres uma posição de subalternidade. No final do século XIX e início do XX, estava tão explícita a ausência de cidadania para as mulheres, que a Constituição de 1891 nem ao menos as proibia de votar. De acordo com Pinto (2003), tal fenômeno

não foi mero esquecimento. A mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos. [...] quando o legislador usou o substantivo “cidadão” no masculino, não estava se referindo ao termo universal, mas exclusivamente aos homens. Esta aparente falta de cuidado em não nominar a exclusão da mulher deriva também do senso comum da época: a evidência de uma natural exclusão da mulher, que para tanto não necessitava ser nem mesmo mencionada.²¹³

Em Fortaleza, matérias publicadas em jornais e revistas posicionavam-se a favor da “regulamentação do voto feminino”, alegando ser “irrecusável [...] qualquer espírito, dosado [...] negar apoio as justas aspirações do reconhecimento da capacidade eleitoral da mulher”²¹⁴ e expunham contrapontos, evocando “figuras lendárias de mulheres célebres”²¹⁵, como “Adilia de Albuquerque Moraes, Susana de Alencar Guimarães, Adelaide e Judith Amaral, Alba Valdez, dra. Henriqueta Galeno, Elvira Pinho, Rachel de Queiroz, dra. Maria Cavalcante, Stella Rubens Monte e

²¹⁰ Alba Valdez nasceu em 1874 e migrou com sua família para Fortaleza em 1877, em decorrência da grande seca. Por volta de seus 15 anos, concluiu seus estudos, formando-se na Escola Normal como professora. Nesse período iniciou sua atuação na imprensa cearense e escreveu diversos livros. Cf. SILVA, 2019, p. 25-27.

²¹¹ Jornal A Razão, 12 de março de 1929.

²¹² SILVA, *op. cit.*, p.28.

²¹³ PINTO, *op. cit.* p. 16.

²¹⁴ Jornal A Razão, 13 de março de 1929.

²¹⁵ Jornal A Razão, 19 de julho de 1929.

muitas outras”²¹⁶, todas socialmente reconhecidas por ocuparem “posição preponderante na vida intelectual do Ceará”²¹⁷. Em grande medida, estas mulheres oriundas da elite cearense experimentaram uma domesticidade singular, já que contavam com a mão de obra de outras mulheres na execução do trabalho doméstico. Livres desses afazeres, podiam se dedicar às suas atividades profissionais e intelectuais. De acordo com Silva (2019),

Mulheres entendidas ainda a partir de seus lugares sociais, brancas, escolarizadas, social e economicamente favorecidas. Tais características são mais do que aspectos meramente informativos; cumprem a função de nomear e localizar suas elaborações e experiências, tornando-as específicas, situadas, não universais²¹⁸.

Os periódicos tentavam demonstrar, ainda, que a ideia de “inferioridade mental da mulher em relação ao homem” era, na verdade, uma grande “balela”²¹⁹, mas que, pelo contrário, o que tornava as mulheres inferiores aos homens era o “papel social que lhes foi reservado, de natureza mais doméstico”²²⁰. Nesse sentido, a fonte aponta para o fato de que o trabalho doméstico era uma atribuição socialmente destinada às mulheres e que lhes colocava numa situação de desvantagem em relação aos homens.

Nessa guerra de palavras e de imagens, nesse debate sobre a inferioridade física, mental e intelectual, o falatório, o deboche, os “comentários jocosos”, “destinados a criar uma atmosfera de riso em torno”²²¹ dos movimentos organizados pelas mulheres eram instrumentos que visavam desqualificar as ações acima mencionadas. Nesse sentido, Soihet (2003) explica:

Havia, portanto, que se alertar sobre os perigos advindos da participação feminina em esferas consideradas do domínio dos homens, expondo-as a situações incompatíveis com a sua natureza. Mas não apenas a questão da profissionalização feminina mereceu severas críticas, também, as demais reivindicações desse gênero com vista ao exercício da plena cidadania, particularmente a luta pelo voto, eram objeto de chacotas, com o propósito de ridicularizá-las.²²²

Diante das batalhas discursivas expostas, deve-se considerar que:

²¹⁶ Jornal A Razão, 22 de maio de 1929.

²¹⁷ *Ibid.*

²¹⁸ SILVA, 2019, p. 26.

²¹⁹ Jornal A Razão, 22 de maio de 1929.

²²⁰ *Ibid.*

²²¹ SILVA, *op. cit.*, p. 23.

²²² SOIHET, Rachel. Sutileza, Ironia e Zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. *In: Labrys: estudos feministas*, n. 4, ago./dez. 2003.

Inscrito nas armadilhas da natureza, o corpo é, todavia, um produto eminentemente histórico, fruto dos questionamentos sobre os quais os homens de um determinado tempo se debruçaram. **As diversas naturezas reivindicadas para a realidade corporal são elas mesmas fabricadas**, e denunciam, por sua vez, as formas pelas quais os homens se situam diante do mundo e diante de si. **Diferente de um dado natural imutável que conhece diferentes sentidos que podem sofrer variações de sociedade para sociedade, o corpo é, em sua materialidade mais bruta, um constructo sócio-cultural.**²²³

Albuquerque Júnior (2007), promovendo um debate sobre Teoria da História, sugere que o “ato de conhecer” é uma atividade onde vivências são examinadas, experiências regulares são organizadas e comparações são realizadas a fim de delimitar semelhanças e diferenças entre os objetos analisados. Todo esse processo está sujeito ao ponto de vista do observador. Por isso, concordando com Heidegger, Albuquerque Júnior afirma que “o ser só o é quando conhecido e percebido, só é sendo [...]”. Só que o ser aparece de diferentes modos, daí a sua relatividade”. Para esse autor, “inventar” é perceber como “sucessivas camadas de discursos e práticas” constroem um determinado saber ou percepção sobre um objeto específico.

Nesse sentido, quando Medeiros (2010) fala de uma “invenção” da “natureza dos corpos femininos”, ela versa a respeito de um “ato de conhecer”, de uma elaboração relativa a um objeto também específico, cuja percepção está sujeita, da mesma forma, ao “ponto de vista” de um observador, neste caso, de médicos cearenses do início do século XX.

Donna Haraway (2009) propõe justamente questionar esse saber instituído. A autora parte do pressuposto de que a produção de conhecimento é, também, uma prática política que ao longo do tempo tem se apresentado enquanto ciência objetiva e imparcial, mas que, na verdade, é produtora de saberes que se colocam como universais, edificados através da figura do cientista e que são utilizados para a dominação de muitos e muitas, em detrimento do pequeno grupo formado especialmente por homens brancos, ocidentais, cristãos e heterossexuais.

As “verdades científicas”, disseminadas pelos médicos cearenses, no início do século XX, corroboravam para a desigualdade de gênero, atribuindo às mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico e, ao mesmo tempo, desonerando os homens dessa função. Enquanto isso, intelectuais como Henriqueta

²²³ MEDEIROS, 2010, p. 4. Grifo meu.

Galeno defendiam “a participação igualitária da mulher em todas as atividades sociais”, demarcando que “a inferioridade das mulheres se constituía não numa ‘condição’, fundada em sua fisiologia, mas numa ‘situação’ atentatória e injusta, mas que poderia, como toda situação, ser modificada”²²⁴.

Como é possível perceber, aquilo que é tomado por “natural” dentro de uma determinada sociedade é resultado de uma produção que, em larga medida, se constrói por meio da linguagem – escrita ou não – e de discursos fabricados com interesses específicos e, portanto, devem ser continuamente questionados, haja vista que a “instituição de distinções” propaga desigualdades entre as pessoas²²⁵. A seguir, vê-se que, longe de uma questão biológica, o trabalho doméstico é sistematicamente ensinado às mulheres e, portanto, não se trata de algo “natural”, mas algo “aprendido”.

3.2 O trabalho doméstico aprendido: infância, brinquedos e brincadeiras

Em 1938, a pequena Sonia Caldas Cavalcanti de Araujo, comemorou seu aniversário com uma decoração composta por 50 bonecas e “no centro da mesa uma linda boneca vestida à Maria Antonieta”²²⁶. Anos antes, em 1931, outra menina, a “encantadora Maria Carmem”, optou por festejar seu natalício batizando uma “linda boneca oferecida à mimosa aniversariante por seus paes”²²⁷ (SIC).

A importância das bonecas era tamanha que exposições destes brinquedos, em Fortaleza, eram frequentes e causavam um grande *frisson* naqueles que aguardavam ansiosos para saber qual seria o figurino da boneca exposta, se seria de “Miss Brasil”²²⁸, de “noiva”²²⁹ ou “em traje de preto”²³⁰.

De modo geral, os brinquedos eram grandes atrativos utilizados pelos mais diversos estabelecimentos como uma forma de atrair seus clientes. A loja “Nossa Casa”, buscando ampliar a venda de brinquedos, chegava a afirmar em seu anúncio que estes objetos eram tão necessários “a vida da criança como ar puro”²³¹.

²²⁴ SILVA, 2019, p. 38.

²²⁵ LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

²²⁶ Jornal A Razão, 23 de abril de 1938.

²²⁷ Jornal A Razão, 10 de abril de 1931.

²²⁸ Jornal A Razão, 19 de junho de 1929.

²²⁹ Jornal O Ceará, 17 de julho de 1928.

²³⁰ Jornal O Ceará, 27 de outubro de 1928.

²³¹ Jornal A Razão, 2 de julho de 1937.

Já os eventos sociais católicos faziam uso do sorteio de brinquedos infantis como uma forma de atrair um público maior. Para a construção do “Salão de S. Vicente”, a “Igreja de N.S. dos Remédios, no Bemfica” (SIC) realizou “animadas Kermesses” (SIC), que sorteavam mobílias, colônias, calçados e *brinquedos*²³².

Esse fenômeno ocorreu por inúmeros motivos, a saber, porque no decorrer do século XX, a indústria transformou os brinquedos em mercadorias – tendo como sucesso de vendas no Brasil as bonecas – e por um processo de transformação nas relações afetivas estabelecidas entre pais, mães e filhos, tornando a criação das crianças algo de extrema importância, embasada por argumentos científicos propagados por médicos e pedagogos que trouxeram novos significados para esta fase da vida²³³.

De acordo com Ariés (1986), até o século XII, a arte medieval desconhecia a infância e, por isso, não a representava. Para o autor, esse fenômeno se deu não por incompetência dos artistas, mas porque, provavelmente, não existia um lugar para a infância naquele período: “a infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança”²³⁴. Além disso, a mortalidade infantil era demasiada, então “as pessoas não se podiam apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual”²³⁵. Ariés (1986) notou que, quando as crianças eram representadas nas pinturas medievais, seus traços diferiam muito pouco dos traços de um adulto, a não ser pelo fato de serem retratadas em escalas menores, como se fossem uma espécie de “adultos em miniatura”. Diferentemente da concepção de infância que se tem hoje, nesse período as crianças eram tidas como seres insignificantes; quando muito, se tinha um sentimento da infância “engraçadinha”²³⁶. O autor sintetiza o processo de *descoberta da infância* explicando que:

O **primeiro** sentimento da infância – caracterizado pela “paparicação” – surgiu no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas. O **segundo**, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Esses moralistas haviam-se tornado sensíveis

²³² Jornal A Razão, 26 de setembro de 1929.

²³³ AREND, Silvia Fávero. Meninas: Trabalho, lazer e escola. In: PINKSY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 82.

²³⁴ ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 56.

²³⁵ ARIÉS, *op. cit.*, p. 57.

²³⁶ *Ibid.*, p. 58.

ao fenômeno outrora negligenciado da infância, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo **preservar e disciplinar**. Esse sentimento, por sua vez, passou para a vida familiar. No século XVIII, encontramos na família esses dois elementos antigos associados a um elemento novo: a preocupação com a **higiene e a saúde física**. [...] Tudo o que se referia às crianças e à família tornara-se um assunto sério e digno de atenção. Não apenas o futuro da criança, mas também sua simples **presença e existência eram dignas de preocupação – a criança havia assumido um lugar central dentro da família**²³⁷.

Assim como na França, na Inglaterra do século XVIII, os moralistas igualmente se preocuparam com a disciplina das crianças, especialmente das que eram mais pobres, defendendo que elas trabalhassem cerca de doze horas por dia, mesmo que não ganhassem nada, pois isto as preservaria da vadiagem, amplamente condenada nesse período. Além dessa jornada de trabalho, os infantes miseráveis deveriam ter duas horas de aula por dia, pois, frequentando o ambiente escolar, aprenderiam bons hábitos e uma rotina disciplinada²³⁸.

Sobre a descoberta da infância no Brasil, Del Priore (2010) ressalta a importância dos estudos de Ariés, mas explica que não se pode usar os mesmos parâmetros adotados pelo autor, pois nossa história possui particularidades que precisam ser levadas em consideração, como o fato de a escolarização e a emergência da vida privada terem chegado por aqui com “grande atraso”, além de um processo de industrialização tardio. Apesar das conjunturas que diferenciaram a descoberta da infância no Brasil, é possível perceber, no decorrer do livro organizado por Del Priore (2010), semelhanças experimentadas tanto pelas crianças daqui quanto pelas crianças de lá como violências sistemáticas, maus tratos, abusos sexuais e exploração de mão de obra. De acordo com Rizzini (2010):

O Brasil tem uma longa história de exploração da mão de obra infantil. As crianças pobres sempre trabalharam. Para quem? Para seus donos, no caso das crianças escravas da Colônia e do Império; para os “capitalistas” do início da industrialização, como ocorreu com as crianças órfãs, abandonadas ou desvalidas a partir do final do século XIX; para os grandes proprietários de terras como boias-frias; nas unidades domésticas de produção artesanal ou agrícola; **nas casas de família**; e finalmente nas ruas, para manterem a si e as suas famílias.²³⁹

²³⁷ ARIÉS, 1986, p. 163-164. Grifo meu.

²³⁸ THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 292.

²³⁹ RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. Grifo meu.

No Ceará, as preocupações em relação às crianças datam do século XIX, quando a seca de 1877 multiplicou a quantidade de crianças sertanejas órfãs que transitavam na capital. Nesse período, as preocupações de entidades assistencialistas circundavam “a formação profissional” dos menores, que deveria se dar “pela via do aprimoramento moral e religioso”²⁴⁰.

Segundo o jornal *A Razão*²⁴¹, no começo do século XX, destacava-se o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), fundado em 1913 pelo Dr. Rocha Lima, “uma das instituições verdadeiramente beneméritas deste Estado. [...] [que] conta com uma matrícula de 32000 crianças, uma frequência diária de 80, tendo hospitalizada uma média de 50. [...] custeada pela caridade pública” (SIC). Em visita ao IPAI, o referido periódico descrevia suas instalações:

[...] visitou a farmácia, a enfermaria, o internato [...], o banheiro, a instalação sanitária e o recreio. Predomina em tudo o mais completo asseio. Na farmácia é manipulado todo o receituário do <<Instituto>>, estando entregue a direção desta a farmacêutica irmã Sofia. [...] a enfermaria contou sempre com o auxílio do Estado. [...] São em numero de 25, as primeiras crianças internadas recolhidas pelo <<Instituto>>. [...] **As crianças recebem ali boa educação** [...] (SIC)²⁴².

Quanto ao tratamento dispensado às crianças, o periódico ressaltava o acolhimento afetuoso das irmãs, que dispunham de “paciência carinhosa e quasi divina” (SIC), dando-lhes “o afeto tão necessário ao aprumo do caráter e á educação do sentimento” (SIC), e justificava a relevância da manutenção da obra descrevendo a condição socioeconômica dos pequenos beneficiados: “Inúmeras crianças entregues aos cuidados da proteção do <<Instituto>>, depois de restabelecidas, não podem ser lançadas rua afora, porque, órfãs, sem parentes que lhes quizessem, seriam abandonadas <<ás chuvas e ás tempestades>>” (SIC)²⁴³. Linhares (2011), entretanto, questiona as boas intenções da caridade cearense afirmando acreditar que “o objetivo central destes termos não era humanitário, mas, sim, evitar que estes menores se tornassem [...] criminosos ou marginais”²⁴⁴.

Além da visão caridosa e assistencialista, a infância pobre também era vista como caso de polícia aqui no Ceará. Menezes Pimentel, governador do Estado,

²⁴⁰ MEDEIROS, 2010, p. 25.

²⁴¹ Jornal *A Razão*, 26 de novembro de 1929.

²⁴² Jornal *A Razão*, 24 de outubro de 1931. Grifo meu.

²⁴³ Jornal *A Razão*, 8 de agosto de 1936.

²⁴⁴ LINHARES, 2011, p. 139.

em mensagem²⁴⁵ apresentada à Assembleia Legislativa no dia 1º de julho de 1936, discorre acerca da “Escola de S. Antonio do Pitaguari” (SIC), no município de Maranguape, que era “subordinada á Chefatura de Polícia” (SIC) e se destinava a “receber, para a correção moral e educação profissional, os menores abandonados e delinquentes” (SIC).

O estabelecimento se destina a receber o total de 150 menores, achando-se, atualmente, internados ali 70 crianças. A assistência e proteção do Estado, no instituto em apreço, tem por finalidade a educação física, intelectual, **profissional**, moral e cívica dos internados, visando desenvolver as aptidões dos mesmos **para o desempenho cabal e honesto de suas atividades futuras, na vida social.**²⁴⁶

Investigando o jornal *O Nordeste*, Gomes (2015) identificou que, no ano de 1924, uma “campanha moralizadora contra a ‘vagabundagem’ dos menores”, encabeçada pela Igreja Católica, ocorreu em Fortaleza. O objetivo desse movimento era alertar quanto ao problema dos menores abandonados que viviam nas ruas, vistas como “escolas para os vícios e os crimes”. De acordo com o periódico, o trabalho seria a solução para tais adversidades e “também funcionaria como um meio de educação para os menores abandonados”²⁴⁷.

Comparando as infâncias que foram mencionadas até aqui, pode-se constatar que a experiência de ser criança e de brincar poderia ser muito diversa, em função de variáveis como o período histórico, a idade, o gênero, o espaço em que se habitava (campo ou cidade) e/ou a condição socioeconômica²⁴⁸.

Entretanto, percebe-se que, nesse recorte, o sexo biológico convergia os brinquedos destinados às meninas e os fixados aos meninos. Assim, tanto mocinhas abastadas comemoravam seu natalício com *bonecas* vestidas à Maria Antonieta, quanto meninas muito pobres e “sujas”²⁴⁹ se divertiam com uma “*boneca* de

²⁴⁵ Esse documento era uma espécie de prestação de contas do Governo do Estado. Ali eram relatadas as ações desenvolvidas quanto aos “negócios do interior e da justiça”, da educação popular e da saúde pública. Nesse vasto relatório, tem-se informações importantes, como o número de escolas existentes no estado, os tipos de instituição de ensino, os problemas enfrentados (como a péssima estrutura; a falta de mobiliário como mesa, cadeira, quadro negro e a falta de professores qualificados, principalmente no interior do estado), o número de professores e de alunos e a existência de escolas profissionais tanto para meninos quanto para meninas; para as últimas, as chamadas “escolas domésticas”.

²⁴⁶ PIMENTEL, F. de Menezes. **Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa**. Estado do Ceará. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1936. Grifo meu.

²⁴⁷ GOMES, 2015, p. 84.

²⁴⁸ AREND, 2012.

²⁴⁹ Jornal A Razão, 5 de julho de 1936.

pano”²⁵⁰. Da mesma maneira, guris ricos ou miseráveis se entretinham com um cavalinho de pau.

Igualmente, as interdições se aplicavam em função da biologia de seus corpos: as mocinhas eram “desaconselhadas a subir em árvores, correr com cavalinho de pau entre as pernas, nadar em lagos e rios e brincar de esconde-esconde com os meninos em lugares ermos após os 6 anos de idade”, a fim de que a integridade física delas fosse preservada. Já os meninos eram desencorajados a brincadeiras com bonecas e que remetessem ao trabalho doméstico ou aos trabalhos de cuidados, especialmente pelo medo que os adultos nutriam de que essas atividades os afeminassem. “Para elas, agora, apenas as bonecas, as panelinhas, os ferros de passar, as imitações de tanques de lavar roupa; e, para os meninos, os carrinhos, os barcos, as ferrovias, as bolas e as raquetes”²⁵¹.

De acordo com o conceito de *Pedagogias Culturais*, os brinquedos podem ser classificados como “artefatos culturais” que, por sua vez, são entendidos como objetos que têm, em torno destes, “significados culturais construídos mediante embates por determinados significados associados a relações de poder”²⁵². A conexão entre pedagogia e cultura nos permite vislumbrar “uma multiplicidade de espaços, para além daqueles que delimitam territórios escolares ou escolarizados”. Ampliar a noção de lugares de aprendizagem nos permite “examinar as relações de ensino e aprendizagem como amplos processos culturais”²⁵³.

Alguns brinquedos e brincadeiras nascem “do espírito de emulação das crianças, que as leva a imitar as atitudes dos adultos, reduzindo-as à sua escala”. Um exemplo dessa afirmação foi o uso do cavalo de pau “numa época em que o cavalo era o principal meio de transporte e de tração”²⁵⁴. Imitando as atitudes e os gestos dos adultos, as crianças se preparam para o porvir.

Sobre o brincar com bonecas, Altman (2010) explica que a dramatização de cenas domésticas cotidianas promove a compreensão e a exteriorização dos sentimentos. Além disso, a autora conta que através de jogos a criança “estabelece

²⁵⁰ Jornal A Razão, 5 de julho de 1936.

²⁵¹ AREND, 2012. p. 72.

²⁵² CAMOZZATO, 2012, p. 25.

²⁵³ ANDRADE, Paula Deporte de; COSTA, Marisa Vorraber. Nos rastros do conceito de pedagogias culturais: invenção, disseminação e usos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p. 1-23, 2017.

²⁵⁴ ARIÉS, 1986, p. 88.

vínculos sociais ajustando-se ao grupo”, se antecipando e se preparando para diversos estágios culturais.

A respeito do ato de brincar, o jornal *A Razão* de 24 de maio de 1938 descrevia a relação que meninos e meninas estabeleciam com seus brinquedos:

Crianças e Brinquedos. Por Louis Wilson: **Satisfazia-se perfeitamente uma menina com uma boneca bonita e bem vestida. Um tambor sintetizava o ideal de um guri, até os 8 anos. E soldados de chumbo.** Eram brinquedos-brinquedos, que apenas a imaginação infantil fazia funcionar como divertimentos. Mudaram-se os tempos e embora se diga que os garotos *precisem* brincar [...] Vejo em torno de mim crianças orgulhosas de armar seus aviões, que voam de verdade, **meninas atarefadas com bonecas que não só choram e fecham os olhos como <<precisam de fraudas novas>>** e meninos que sabem preparar uma lâmina para olhar ao microscópio [...] atarefados, desmontando [...] cruzadores, desparafusando o que era possível, arrebitando os arrebitos. Parecia, em suma, entregue ao labor troglodita de ver <<o que tinha dentro>> [...] **Esses pequenos encaram a vida de outra maneira: preparam-se, desde já, para enfrentar a *non-fiction* com resistência suficiente para vencer.** (SIC).²⁵⁵

Circunscrito nesse vestígio, é observado um dos processos de *educação para o trabalho doméstico*. De acordo com o articulista, para além do divertimento, as brincadeiras eram utilizadas de modo pedagógico na formação dos sujeitos para as atribuições que lhes seriam reservadas na vida adulta. Na visão do autor, com o passar do tempo, os brinquedos perderam seu caráter de lazer e passaram a preparar as crianças para a “*non-fiction*”, ou seja, para as responsabilidades da vida cotidiana.

Por meio dos brinquedos e das brincadeiras, são ensinadas as “formas pelas quais organizamos o mundo a partir das relações de gênero”, “criando um repertório de vida para as crianças” e “produzindo diferenças e [...] desigualdades”²⁵⁶. Ou seja, ao contrário das suposições biológicas, a construção social influencia fortemente na preparação das meninas para a vida doméstica.

De acordo com Cristina Torres (*apud* MELLO, 2016), o processo de capacitação para esse labor se dá desde a mais tenra infância por meio de brincadeiras que vão inserindo as meninas em deveres que tradicionalmente lhes foram designados em função do seu sexo biológico. Estas “brincadeiras” colocavam desde a infância o peso da responsabilidade dos afazeres da casa. Por volta dos doze anos de idade, as meninas já realizavam o cuidado com os irmãos mais novos,

²⁵⁵ Grifo meu.

²⁵⁶ LINS, Beatriz Accioly. **Diferentes, não desiguais**: a questão do gênero na escola. São Paulo: Reviravolta, 2016. p. 10.

fato que Ângela Duran (*apud* MELLO, 2016) chamara de “treinamento individual”, ocorrido muito antes de os meninos da mesma idade terem escolhido sua profissão.

Fora do ambiente escolar, é-se impelido para o exercício das funções que a sociedade espera, e não somente as instituições de ensino transmitem os saberes que constituem nossas identidades, mas “os meios de comunicação de massa, [...] a música, a literatura [...]” e os *brinquedos*²⁵⁷. Além disso, “[...] qualquer instituição ou dispositivo cultural que, tal como a escola, esteja envolvido em conexão com relações de poder” participa do “processo de transmissão de atitudes e valores”²⁵⁸.

Em “lugares anômalos de aprendizado”²⁵⁹ para além dos muros das instituições de ensino – as “noções de educação e de educativo” englobam processos de aprendizado que “incluem a família” e a vida social²⁶⁰. Isso não quer dizer que de modo institucional e regulamentado a escolarização para o trabalho doméstico não tenha existido.

3.3 A escolarização para o trabalho doméstico

Foi visto no início desta dissertação que Maria Laura Bezerra era uma doméstica que havia sido presa por ter esfaqueado Lourival Sousa Araujo, seu vizinho. Na ocasião de sua prisão preventiva o escrivão do processo, ao registrar a ficha criminal, enquadrou-a na categoria de pessoas que possuíam uma “instrução rudimentar”. Certamente, esta não era uma condição singular ou específica de Maria Laura, mas uma limitação que, em certa medida, alcançava um bom número de pessoas do sexo feminino. Nos processos criminais analisados ao longo desta pesquisa, verificou-se que muitas das domésticas empregadas não sabiam nem ler nem escrever.

²⁵⁷ MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e Educação: teoria e política. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 24.

²⁵⁸ SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação**: um vocabulário. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 89.

²⁵⁹ ELLWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Nunca fomos humanos**: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

²⁶⁰ MEYER, *op. cit.*, p. 24.

Tabela 2 – Domésticas e seu nível de escolaridade

Processo	Nome	Função	Idade	Sabe ler e escrever
1921-01	Alvina Pereira da Silva	Serviços Domésticos	15	Não
1921-01	Julia F. de Almeida	Serviços Domésticos	21	Não
1921-01	Raymunda Pereira	Serviços Domésticos	25	Não
1921-01	Almerida M. dos Anjos	Serviços Domésticos	17	Não
1921-01	Fca. M ^a . da Conceição	Serviços Domésticos	48	Não
1922-4	Maria Gomes da Silva	Serviços Domésticos	21	Não
1922-4	Iracema Moreira Forte	Serviços Domésticos	28	Sim
1923-9	Armandine Theron	Dona de casa	33	Sim
1923-9	M ^a do Carmo Correia	Serviços Domésticos	18	Não
1923-9	Anna C. Ferreira	Serviços Domésticos	21	Sim
1933-35	Joana G. de Moura	Dona de casa	25	Sim
1938-2	Benedita P. Costa	Dona de casa	34	Sim
1938-2	Julia de Souza	Serviços Domésticos	18	Não

Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará

As donas de casa que aparecem nessa tabela eram diferentes de Maria Laura Bezerra, que desempenhava a dupla dimensão do trabalho doméstico (o gratuito e o remunerado), pois correspondia a mulheres que ocupavam exclusivamente uma função dentro da família por meio do labor doméstico gratuito. No caso da “Madame Armandine Theron”, é possível identificar sua classe social através da descrição de sua casa, do número de empregados que trabalhavam para ela e dos artigos furtados (produtos de luxo). Certamente, essas mulheres domésticas, pertencentes a classes mais abastadas contavam com maiores possibilidades de acesso a uma educação formal superior às das demais.

Nessa pequena amostragem, podem-se identificar as distinções entre o nível de escolaridade das domésticas que eram donas de casa e das que eram empregadas. Na porção acima, todas as donas de casa sabiam ler e escrever, mas apenas duas de dez empregadas possuíam o mesmo nível de conhecimento. Ademais, nem sempre “saber ler e escrever” correspondia a um elevado grau de instrução; muitas vezes significava apenas que aquela mulher sabia “assinar o nome” ou que possuía uma “educação rudimentar”.

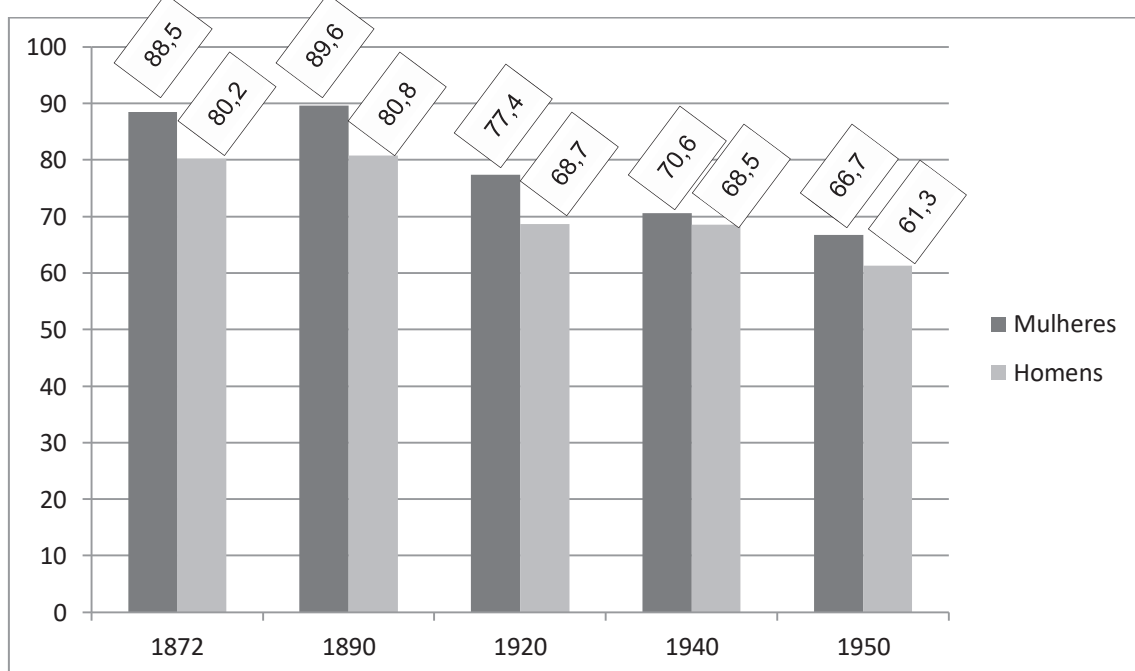
Rocha (2011) identificou que a baixa escolaridade era um dos fatores que conduziam algumas mulheres ao exercício do trabalho doméstico:

Encontramos trinta mulheres que se qualificaram como não sabendo ler nem escrever. Ora, somando com outras duas que afirmam ser capazes de assinar o nome, o que não significa ser alfabetizada, temos um total de trinta e duas mulheres que não tiveram oportunidade de estudar. Em face dessa condição, o trabalho destinado a esses sujeitos históricos eram os afazeres domésticos. Ora, sem grau de instrução, salários historicamente mais baixos e, precisando trabalhar para complementar a renda familiar, em alguns casos até atuando em seu lar como “chefes de família” necessitam

de dupla jornada. Em outras palavras, essas mulheres precisam então, trabalhar dentro e fora do lar, para garantir seu sustento e de sua família.²⁶¹

Sabe-se que, entre 1872 e 1950, o nível de escolaridade como um todo era baixo, tendo em vista que por todo o país o número de analfabetos era elevadíssimo, sendo a quantidade de mulheres iletradas ainda maior, variando entre 88,5% e 70,6% da população analisada pelos Censos Demográficos. As diferenças entre homens e mulheres quanto ao letramento variavam entre 9 e 8 pontos percentuais²⁶².

Gráfico 1 – Índice de Analfabetismo – Diferenças entre Mulheres e Homens



Fonte: Censos Demográficos 1872-1950 (ROSEMBERG, 2012).

Porém, na primeira metade do século XX essa diferença diminuiu para, em média, cerca de 5,3 pontos percentuais, sendo o ano de 1940 o período com menor desigualdade de gênero entre os alfabetizados. Atribuo a esse fenômeno uma conjuntura nacional que valorizou *a escolarização das mulheres em função do trabalho doméstico*²⁶³, situada em uma pauta nacional cujo interesse era formar, para a nação, boas mães instrutoras dos cidadãos de bem²⁶⁴.

²⁶¹ ROCHA, 2011, p. 44. Grifo meu.

²⁶² ROSEMBERG, Fúlvia. Educação: mulheres educadas e a educação de mulheres. In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 333-334.

²⁶³ ROSEMBERG, 2012, p. 333-334.

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 333-359.

No final do século XIX, eventos como a abolição da escravidão, a instauração da República, a chegada em massa de imigrantes e o processo de industrialização conduziram as elites brasileiras a almejar a construção de uma “sociedade moderna e higiênica”²⁶⁵. A modernização trouxe consigo novos pressupostos, nos quais a família conjugal moderna deveria se pautar, transformando não só o trato marital, mas também introduzindo noções de intimidade, o que mudou drasticamente a relação das pessoas no ambiente doméstico e na experimentação da casa, que passou a ser vista como um local de aconchego e proteção antagônica à vida pública e seus percalços²⁶⁶.

O ideal do amor romântico recusou os casamentos arranjados, e o discurso médico alertava quanto aos problemas causados pela separação entre amor e sexo, indicando aos nubentes núpcias por escolha, fato que os proporcionaria um matrimônio saudável e moralmente recomendável. Nesse sentido, o processo de urbanização modificou as relações de gênero e os arranjos familiares. Pouco a pouco, o número de agregados, tão comuns nas famílias patriarcais agrárias, foi perdendo espaço para a família nuclear composta pelas figuras do pai, da mãe e dos filhos.

A “nova família” também exigia uma “nova mulher”: uma **mãe dedicada** que dispensava especial atenção ao cuidado e à educação dos filhos (não recorrendo mais às amas de leite, por exemplo), **responsabilizando-se também pela “formação moral” das crianças**. Essa “nova mulher” seria também a **esposa afetiva**, ainda **submissa ao marido**, mas não mais completamente sem voz. [...] **Desobrigada agora de qualquer trabalho “produtivo”, a mulher estaria voltada inteiramente aos afazeres do lar**, o espaço feminino por excelência, ao passo que o espaço público seria o domínio dos homens. O homem, por sua vez, deveria ser o único provedor da família. É comum referir-se a essa nova concepção de família como inerente à “família conjugal moderna”²⁶⁷.

²⁶⁵ SCOTT, Ana Sílvia. Família: O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 15-42.

²⁶⁶ Apesar desse parâmetro de moradia, não podemos deixar de levar em consideração a relação entre modos de experimentar a casa e a classe social de seus habitantes. Em Fortaleza, as residências das famílias pobres eram marcadas pela precariedade, por isso, era possível encontrar famílias vivendo em porões ou sótãos, locais que, geralmente, não tinham iluminação ou arejamento suficiente para manter a salubridade do ambiente, ou ainda, em vagões de trens abandonados, rompendo com a ideia de especialização dos espaços da casa. Essas pessoas utilizavam um mesmo cômodo como sala, quarto e cozinha. Tal realidade conduziu médicos e sanitaristas a estabelecerem um conjunto de regulamentos para controle da construção de moradias. Em 1918, por exemplo, proibiu-se edificação e habitação nas chamadas “casas travessas” que eram tipos de moradia sem áreas livres como quintais ou jardins e que não tinham ventilação ou instalação sanitária. Cf. GOMES, Maria Adaíza Lima. “O Baluarte do Decoro e da Moralidade”: O Jornal *O Nordeste* e sua atuação no combate aos maus costumes (1922-1927). Fortaleza: UECE, 2015.

²⁶⁷ *Ibid.* Grifo meu.

Em 1930, o jornal *Trabalho e Justiça* reiterava o “papel social da mulher” e a necessidade de instruí-la, pois partia dela a educação que seria dispensada aos meninos, futuros homens. Afirmava, ainda, que a educação dada às crianças causava consequências na vida adulta. Refutando uma ideia de “destino”, o periódico dizia que, se um indivíduo não desse “certo” na vida, era por pura e simples “culpa dos pais”, pois não recebeu educação adequada, e aconselhava as mães quanto aos filhos desobedientes: “aplique-lhe primeiro a palmadinha que assusta, e finalmente a palmadinha que doe” (SIC). Encadeando a pauta nacional com a defesa da instrução feminina, o jornal *A Nota* afirmava:

A missão mais sublime e degnifica a mulher, é a de ser esposa, e como esposa, mãe. É ella que desenvolve com todo carinho a nossa educação doméstica, com toda religiosidade de que sabe desempenhar. Devemos, portanto, cuidar com especial carinho, da educação das nossas filhas para que venham cumprir os seus deveres de esposa e mãe de família (SIC)²⁶⁸.

De acordo com a fonte, o critério para a maternidade era o casamento; era função da mulher, com toda ternura, levar a *educação doméstica aos seus filhos*, dentro dos moldes cristãos e, por esse motivo a sua instrução se fazia tão necessária. O avesso disso, segundo o jornal *A Razão* de 8 de dezembro de 1929, seriam os “problemas na educação”, uma vez que “difícil ao professor é, as vezes, destruir tendências que o menino adquiriu no berço” a “bôa educação intellectual tem por base a educação doméstica” (SIC). Para o articulista, os exemplos dos pais influenciariam na maneira de agir das crianças, pois é no lar “onde se plasma o temperamento da creança” (SIC). Tal conjuntura provocou a construção e a expansão das Escolas Domésticas em todo o Brasil²⁶⁹, evidenciando um aparente interesse na escolarização das moças. De acordo com Silva (2004):

o Estado apresentava propostas distintas de educação para elite e para as camadas populares. Defendida pelos médicos higienistas, a educação dos estratos sociais pobres visava diminuir a promiscuidade, principalmente entre as mulheres consideradas alvos da prostituição. [...] Para as “**moças de família**”, as prendas do lar e o “dom” artístico serviriam para a aquisição de um bom casamento e com isso **a habilidade necessária para conduzir os serviços domésticos**. [...] Para as **moças pobres** a educação resumia-

²⁶⁸ Jornal *A Nota*, 7 de fevereiro de 1920. Grifo meu.

²⁶⁹ Localizei cerca de 2.500 notícias com a palavra-chave “escola doméstica” no *site* da Hemeroteca Virtual da Biblioteca Nacional, publicadas na década de 1920. Os anúncios provinham dos mais diferentes lugares do Brasil, como Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará, Amazonas, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Alagoas, Goiás e Paraíba; sendo os maiores números de notícias dos dois primeiros estados.

se a frequentar as escolas domésticas com o objetivo de **aprender a servir à elite**²⁷⁰.

Com o objetivo de formar mão de obra, as instituições de assistência à infância ofertavam um ensino profissional. Dentre as mais variadas instituições de formação de pequenos trabalhadores subvencionadas pelo Estado, destacam-se a Escola Doméstica do Patronato Maria Auxiliadora, além da Escola Doméstica do IPAI, que começou a ser construída em 1936, destinada “as crianças que já tenham completado o estágio no asilo de menores”, ou seja, aquelas que tinham a partir de sete anos de idade²⁷¹.

Além do apoio do Estado, as escolas domésticas para meninas carentes contavam com o suporte da Igreja Católica. Na pessoa do Arcebispo de Fortaleza, Dom Manoel, homem de “esclarecido zelo pela instrução e formação christã das filhas dos pobres” (SIC), a igreja contribuiu com patronatos e com a fundação de uma escola doméstica²⁷². Sobre o currículo adotado nessas instituições e os conteúdos ensinados, não foram encontradas fontes de informações; pode-se apenas inferir que essas escolas domésticas se voltavam para a instrução de empregadas.

Se, por um lado, as fontes acerca das Escolas Domésticas para meninas pobres fortalezenses são escassas, por outro lado são profusas as matérias jornalísticas que dão conta da matrícula, da permanência, do currículo escolar, das atividades e dos eventos organizados e da formatura das alunas das Escolas Domésticas voltadas para a formação das donas de casa, como as Escolas Domésticas de Fortaleza²⁷³, de São Rafael²⁷⁴ e a de Natal²⁷⁵.

VIAJANTES. Para a Escola Doméstica do Rio Grande do Norte, **onde vae concluir a sua educação**. Seguiu á semana passada, á gentil senhorita Margarida Figueiredo de Paula Pessoa dilecta filha do nosso distincto amigo coronel Francisco Rodrigues de Paula Pessoa²⁷⁶. (SIC)

Em uma das festas realizadas ali em homenagem aos aviadores patricios, **na <<Escola Domestica>>**, a senhorita Tercina Nobre, dirigindo-se a Ribeiro de Barros [figura homenageada na ocasião] disse; << Dizei áquella que vos deu a ser que o nome de Margarida de Barros, tão grato aos nossos ouvidos, aqui, fica esculpido, nesta casa de educação feminina,

²⁷⁰ SILVA, 2004, p. 114-115. Grifo meu.

²⁷¹ SILVA, 2004, p. 114-115.

²⁷² Jornal A Razão, 29 de outubro de 1936.

²⁷³ Jornal A Razão, 8 de janeiro de 1937.

²⁷⁴ Jornal A Razão, 29 de abril de 1937.

²⁷⁵ Jornal A Ordem, 01 de junho de 1923.

²⁷⁶ Jornal A Lucta, 22 de março de 1924. Grifo meu.

como máximo exemplo e o maior padrão de grandeza e elevação moral da mulher brasileira²⁷⁷. (SIC)

Realizou-se domingo último, às 16 horas, na Escola Doméstica S. Rafael, em **sessão solene, a entrega dos diplomas** às alunas que terminaram os **cursos especializados de arte culinária e corte**. O ato que decorreu com brilhantismo apesar de sua extrema simplicidade foi presidido por S. Revdma. **D. Manuel, Arcebispo Episcopal**, que ficou ladeado pelo des. Abner de Vasconcelos e dr. Emilio Guilhon. Aberta a sessão, procedeu-se a entrega dos diplomas²⁷⁸.(SIC)

Vários eram os eventos sociais que as alunas das Escolas Domésticas organizavam: chás e festas temáticas (como em homenagem à imprensa cearense²⁷⁹ ou ao dia do avião²⁸⁰), além das exposições das “prendas domésticas”²⁸¹ (trabalhos manuais como os de corte e costura, bordados, crochês, trabalhos com rendas e tudo o mais que servia para a decoração da casa²⁸²).

Cora Moraes de Barros, em visita à Escola Doméstica de Natal, no Congresso Pan Americano Feminino, exaltava o virtuosismo e os talentos daquelas alunas: “Percorremos toda a exposição de trabalhos, bem organizada e prompta: vestidos, chapéus, roupas brancas para o uso pessoal e de casa, enfeites etc; todos agradavam pelo bom gosto e perfeição de trabalho”²⁸³ (SIC).

Essas mostras se constituíam em uma ocasião para o reconhecimento dos seus esforços e habilidades e eram, também, um ponto de sociabilização que as permitia papear, conhecer novas pessoas, fazer amigas e conhecer futuros pretendentes ao enlace. Em outras palavras, era a capacidade da futura dona de casa mãe de família se manifestando fora da habitação, onde poderia ser vista e eleita para o matrimônio.

Esses encontros eram similarmente lugares onde essas moças podiam ouvir suas próprias vozes, por meio dos discursos de abertura ou de homenagem. Mesmo que reproduzissem o que estava posto, pelo menos eram suas vozes que eram ouvidas e, ainda mais, na presença de todos, inclusive de homens.

Fiquei a imaginar as emoções e sentimentos experimentados pela senhorita Tercina Nobre minutos antes de proferir o seu discurso de homenagem a

²⁷⁷ Jornal A Ordem, 28 de maio de 1927. Grifo meu.

²⁷⁸ Jornal A Razão, 8 de junho de 1937. Grifo meu.

²⁷⁹ Jornal A Razão, 30 de outubro de 1937.

²⁸⁰ Jornal A Ordem, 28 de maio de 1927.

²⁸¹ Jornal A Ordem, 1 de junho de 1923.

²⁸² Cf. LIMA, Tatiana Silva de. **O aprendizado de serviços pessoais**: os ofícios do trabalho doméstico. Recife, 1830-1870. Texto disponibilizado pela própria autora.

²⁸³ Jornal A Ordem, 1º de junho de 1923.

Ribeiro de Barros. Fiquei a pensar, também, no momento em que ela se sentou para escrevê-lo e no que escolheu para dizer na construção de seu texto. Em sua fala, presente na nota de jornal, Tercina homenageia a mãe de Ribeiro, expressando a ela toda sua admiração e respeito, apresentando-a como alguém que tem os atributos desejáveis para seu gênero naquele período. Muito provavelmente o discurso não refletia a realidade, remetendo muito mais a um horizonte de expectativas de um padrão idealizado e cristalizado da boa mulher.

Em nossa historiografia local, é possível encontrar diversos estudos que mencionavam a presença das “Escolas Femininas” em Fortaleza. De acordo com Silva (2004), no final do século XIX, é possível localizar a presença das primeiras escolas católicas, ensinando tanto “matérias científicas”, como Português, Estudos Sociais, Aritmética e Geometria, quanto as *matérias voltadas para o ensino das prendas domésticas*.

A autora destaca que o currículo ensinado às crianças possuía especificidades quanto ao gênero e à classe, ou seja, os temas ensinados às meninas eram diferentes dos lecionados aos meninos, assim como o currículo elaborado para as crianças da elite, igualmente, era distinto do que estava voltado para as crianças pobres²⁸⁴.

O controle exercido sobre os conteúdos que eram ministrados para as moças era rígido. Conforme o jornal *A Ordem* de 1º de junho de 1923, quem orientava e fiscalizava as instituições de ensino era o Conselho Administrativo da Liga do Ensino, composto “em sua maioria [...] de chefes de família”, que confiavam às Escolas Domésticas a educação de suas filhas, pois entendiam o “lycel oficial incompatível com os misteres domésticos” (SIC).

Foram localizadas pelo menos cinco categorias de conteúdos que poderiam ser abordados nas Escolas Domésticas.

²⁸⁴ SILVA, 2004, p. 114.

Tabela 3 – Currículo Escolar da Escola Doméstica de Natal

Área de conhecimento	Conteúdos ministrados
Higiene domiciliar (SIC)	<ul style="list-style-type: none"> • “Cuidados de asseio individual, da casa, dependências e dos animais” (SIC); • “Escolha e preparo dos alimentos”; • “Valor nutritivo e econômico” dos alimentos; • “Regimen das crianças, dos adultos e enfermos” (SIC).
Defesa Social	<ul style="list-style-type: none"> • De “propagandas contra as bebidas alcoólicas”; • “medidas preventivas contra moléstias que mais diretamente affectam o lar” (SIC).
Preceitos da boa puericultura	<ul style="list-style-type: none"> • Cuidados “aos recém-nascidos e ás lactantes” (SIC); • Cuidados necessários à “segunda infância”.
Medicina caseira	<ul style="list-style-type: none"> • “noções práticas geraes sobre as molestias e seu primeiro tratamento” (SIC); • “relação do pulso e temperatura”; • “vacinações defensivas”; • “pesquisa e albumina”; • “injecções hypodermicas e intra-musculares” (SIC); • “modo de pensar feridas, contusões e queimaduras”; • “aplicação de aparelhos de urgência em fraturas e luxações”; • “socorros imediatos a asfixiados e envenenados” (SIC).
Indústrias caseiras	<ul style="list-style-type: none"> • “fabricação de conservas, queijos e manteigas”; • “criação de aves e outros animais domésticos” (SIC).

Fonte: Jornal A Ordem, 20 de junho de 1923.

Como se pode ver, os trabalhos de cuidados estão presentes em boa parte dos conteúdos ministrados na Escola Doméstica, por isso não faltavam instruções quanto ao atendimento aos membros mais vulneráveis da família, como os recém-nascidos. Esse aspecto foi necessário para a diminuição da mortalidade infantil, tão presente no Brasil desde os mais longínquos tempos (SAMARA, 1993). Assim, com essa base de instrução, a mãe de família estaria capacitada para tratar da saúde de sua prole.

A pauta da higiene e da “medicina caseira” revela que, para que o discurso médico efetivamente funcionasse, *uma nova perspectiva de domesticidade precisaria ser ensinada*. Ora, muitos dos estudos, pesquisas e livros publicados pelos grandes médicos só fariam sentido se todo aquele conhecimento fosse aplicado. Ou seja, como evitar a proliferação das doenças e moléstias se aquele

saber não chegasse às casas? Como dirimir a enorme mortalidade infantil se as pessoas não aprendessem a importância do “valor nutritivo” dos alimentos?

[...] a ignorância das mulheres era responsabilizada pela alta taxa de mortalidade das crianças, uma vez que as mães desinformadas e ignorantes das classes pobres não sabiam cuidar da higiene dos recém-nascidos. [...] Esta situação justificava por si mesma a interferência da medicina no agenciamento do cotidiano dos pobres na conformação de seus atos às regras científicas elaboradas pelo saber competente. [...] Assim, visitar as mulheres pobres, convencê-las da importância dos ensinamentos científicos da puericultura, eliminar hábitos atrasados e irracionais não seria um meio de proteger a infância, de diminuir o índice de mortalidade infantil, de construir uma família mais sadia e, finalmente, de contribuir para o conhecimento da nação?²⁸⁵

Chamo de *domesticidades* o conjunto de procedimentos de manutenção do lar que existem em função de uma materialidade presente na própria estrutura arquitetônica da casa, assim como nos objetos, tecnologias, utensílios e até produtos de limpeza, além do conjunto de saberes voltados para os cuidados das pessoas que ali residem.

Nas primeiras décadas do século XX, o discurso médico caminhava de mãos dadas com um discurso de domesticidade formalmente ensinado pelas Escolas Domésticas, delineando os modos de experimentar a casa, as maneiras de cada pessoa se relacionar com os diferentes espaços e, também, jeitos de conviver com os outros, fossem eles moradores ou não.

Rago (2014) explica: “À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia a dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio”²⁸⁶.

É importante se ter em vista que a escolha dos assuntos ensinados não ocorre aleatoriamente, mas de maneira intencional, a fim de se alcançar um objetivo específico: o aprendizado compatível “com os mistérios domésticos”. Para Rocha (2011), a educação voltada ao público feminino de Fortaleza “se dedicava a prepará-las para os afazeres domésticos ou ainda, [...] para trabalhos que não possibilitavam qualquer promoção social [...]”²⁸⁷. Rago (2014) adverte que a preocupação com a

²⁸⁵ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista.** Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 168-169.

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 87.

²⁸⁷ ROCHA, 2011, p. 31.

educação da mulher “visa prepará-la não para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica”²⁸⁸.

A relevância dessa compreensão para *a análise de uma escolarização para o trabalho doméstico* acontece, pois num plano social esses instrumentos “dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos”²⁸⁹. Silva (2000) nos ajuda a compreender tal questão explicando o conceito de “currículo oculto”, que são um “conjunto de atitudes, valores e comportamentos que não fazem parte explícita do currículo, mas que são implicitamente ‘ensinados’ através das relações sociais, dos rituais, das práticas e da configuração espacial e temporal da escola”²⁹⁰.

Louro (2010), por sua vez, elucida que “currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe”. Por isso, na análise das matérias que abordam o conteúdo ensinado pelas Escolas Domésticas, “todas essas dimensões precisam [...] ser colocadas em questão. É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem”²⁹¹.

“Ao lado de todos esses cursos práticos”, astuciosamente, Cora Moraes de Barros indicava que outros saberes eram “igualmente necessários à mulher” e deveriam incorporar sua formação. Então, menciona as seguintes categorias de conhecimento:

²⁸⁸ RAGO, *op. cit.*, p. 89.

²⁸⁹ RAGO, 2014, p. 88.

²⁹⁰ SILVA, 2000, p. 33.

²⁹¹ LOURO, 2010, p. 64.

Tabela 4 – Sugestões de conteúdos, por Cora Moraes de Barros

Área de conhecimento	Conteúdos ministrados
O direito comum	<ul style="list-style-type: none"> • Por “a par [...] deveres e direitos perante o Código Civil; casamento, divórcio, tutela, bens moveis e imóveis, etc” (SIC).
A educação social	<ul style="list-style-type: none"> • “que lhe fala sobre o movimento feminino que se está operando no mundo e tudo quanto diz respeito a mulher” (SIC).
A educação “esthética” (SIC)	<ul style="list-style-type: none"> • “que lhe ensina o sentimento de arte e o embelezamento simples da casa, quer na cidade, quer no campo, quer na vida diária, quer nos dias de festa e recepção” (SIC).
Pedagogia e “psychologia” (SIC)	<ul style="list-style-type: none"> • “necessários para a compreensão das cousas na vida” (SIC).
Cultura “physica” (SIC)	<ul style="list-style-type: none"> • “tão descurado entre nós, principalmente no meio feminino, no emtanto, essencial para o bem estar e saúde individual, como para o melhoramento da raça” (SIC).

Fonte: Jornal A Ordem. 11 de julho de 1923

O currículo escolar formal apontava para uma *escolarização voltada para o trabalho doméstico*; porém, a sugestão de Cora Moraes de Barros – atuante e engajada em incentivar a educação das moças – evidenciava sutilmente o que as mulheres esperavam de si mesmas e da mínima segurança quanto ao seu futuro. Estudar o Código Civil, com enfoque no casamento, no divórcio, na tutela etc., dava a conhecer as *obrigações* civis femininas, mas, em decorrência disso, as alunas aprenderiam, da mesma maneira, acerca de suas garantias e direitos. A este respeito, o periódico *A Nota* destacava: “A mulher não nasceu somente para ser uma escrava submissa dos caprichos do homem, como propaga a ignorancia dos scepticos. Ela tem o direito de pensar e manifestar as suas tendencias physicas e moraes, sob qualquer ponto de vista que interprete”²⁹² (SIC).

De modo sistemático, a “escola” produziu “diferenças, distinções desiguallades”. Louro (2010) explica que, desde a fundação das primeiras organizações de ensino, “a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso”²⁹³:

Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Ela também se fez diferente

²⁹² Jornal A Nota, 7 de fevereiro de 1920.

²⁹³ LOURO, 2010, p. 57.

para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas²⁹⁴.

De acordo com os dicionários de 1899, 1913 e 1945, “subalterno” significa “aquele que é sujeito a outro, dependente de outro, que tem autoridade inferior á outrem”, enquanto que “subordinado” refere-se a “aquêlle que está ás ordens de outrem; serviçal, criado”²⁹⁵ (SIC). Nesse sentido, pode-se dizer que, entre *brinquedos e livros, a instrução para o trabalho doméstico pautou-se em uma educação para a subordinação e para a subalternidade*, pois a escolarização das mulheres, diferenciada por uma questão de classe, buscou formar mulheres que aceitassem a *sujeição, a dependência* e um *status social inferior* ao de seus maridos. Formou também mulheres pobres para *receber ordens e servir* aos seus patrões.

Definitivamente, esse modelo de escolarização não estava voltado para a emancipação política ou de gênero, mas se tratava de um modelo escolar que reproduzia aquilo que estava posto, incentivando as mulheres a permanecer na esfera privada, seu lugar por natureza.

Porém esta mesma instrução *deu condições de possibilidades para o ingresso das mulheres no ambiente escolar*, impulsionando as famílias a enviar suas filhas para escola, nem que fosse para “aparelhar-se para melhor cumprir sua missão na sociedade e no Lar”²⁹⁶. Além disso, utilizando a própria normatividade de gênero, as moças faziam pequenas fissuras com o intuito de se sociabilizar e de transcender os limites da vida doméstica. Em pequenas fissuras e diminutas fendas, desacatavam o lugar que lhes fora designado.

²⁹⁴ LOURO, 2010, p. 57.

²⁹⁵ FIGUEIREDO, 1899.

²⁹⁶ Jornal A Razão, 1938.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa foi construída em um conturbado momento político de nosso país, em que golpe impediu o mandato da Presidenta Dilma Rousseff e vimos à ascensão da extrema direita, impulsionada pelas eleições de 2018, tendo Jair Bolsonaro como presidente.

Nesse contexto de instabilidade política, foi vislumbrada a desarticulação de uma série de direitos sociais duramente conquistados, por meio da extinção do Ministério do Trabalho e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), assim como da retirada de direitos, através da reforma da Previdência, e das pautas de movimentos sociais como o LGBTQ+, Movimento Sem Terra e Movimento Sem Teto, dos investimentos de proteção às minorias, bem como um largo discurso contrário a políticas públicas em torno dos direitos humanos e das mulheres.

Universidades públicas e Departamentos de Ciências Humanas foram duramente atacados com a retirada de investimentos para a área, sob o argumento de que estes não davam retorno financeiro imediato à sociedade ou que promoviam “balbúrdias”. Esse pensamento retrógrado tem como um dos seus principais objetivos agravar ainda mais as distâncias sociais, criando dois modelos de escola: uma voltada para os ricos, e a outra para os pobres, filhos dos trabalhadores, que com sua força de trabalho levam esse país nas costas. Além disso, tal modelo deprecia estudos consistentes, que justamente pensam a sociedade em seus problemas e contradições, de modo que, através de profundas reflexões e debates, se possa pensar na construção de um mundo melhor e mais justo para *tod@s*²⁹⁷.

A História, enquanto ciência, tornou-se alvo de verdadeiras guerras de narrativas, na qual pesquisas de respeitadas(as) historiadoras(as) foram questionadas em decorrência de uma memória coletiva que os novos detentores do poder desejam construir. Além de comemorar publicamente o “31 de março”, o chefe do Executivo e seus seguidores pleiteiam a opinião pública usando de desonestidade intelectual e interpelam a consistência dos estudos acerca da

²⁹⁷ O “@” no lugar dos gêneros feminino ou masculino é uma forma utilizada para incluir todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual. É sabido que a gramática de língua portuguesa utiliza o sujeito universal “homem” para designar todos os seres humanos e entende-se que essa classificação é resultado de uma construção histórica que insere a gramática em uma dimensão sexista. Contudo, ao longo desta pesquisa faz-se uso da norma culta, pois a língua portuguesa nos impõe limites que dificultam a compreensão e a estruturação do texto caso não se faça uso desta. Cf. MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 15.

ditadura militar, que matou e torturou inúmeras pessoas entre 1964 e 1985, edificando uma narrativa baseada em “achismos” e em opiniões infundadas com base em um alicerce documental.

Além disso, o “gênero”, uma das categorias de análise utilizada neste estudo, passou a ser “demonizado” com mais veemência, sendo-lhe atribuído o termo pejorativo “ideologia de gênero”, com vistas a desprestigiar estudos sérios que buscam perceber como profundas desigualdades são estabelecidas em nossa sociedade em detrimento do sexo biológico, assimetrias estas que cerceiam o exercício da cidadania plena a grande parte da população.

Na reta final do desenvolvimento deste texto, fui surpreendida com uma pandemia, que tornou ainda mais evidente o quão desiguais somos quando a pauta é o trabalho doméstico. Confinadas em suas casas pelo isolamento social imposto pela propagação do coronavírus (que causa a doença nomeada como COVID-19), as mulheres com filhos ficaram sobrecarregadas, haja vista que tiveram que conciliar o *home office* com as atribuições que, geralmente, são realizadas pelas empregadas domésticas. Sobre esta categoria de trabalhadoras, menciono o fato emblemático de a primeira morte no Rio de Janeiro, em função do vírus, ter sido de uma empregada que contraiu a doença pelo contato com sua patroa²⁹⁸. Além disso, há um “horrrível aumento global da violência doméstica” já que “para muitas mulheres e meninas, a ameaça parece maior onde deveriam estar mais seguras: em suas próprias casas”²⁹⁹.

Menciono o tempo presente em que foi construído este texto, pois sinto a necessidade de apresentar ao leitor a trajetória que culminou nos resultados desta pesquisa. A bem da verdade, a inspiração para o desenvolvimento deste estudo se deu, principalmente, pela observação da realidade que me cerca, haja vista que, contemplando histórias de vida de Marias, Maras, Zuilas, Antonietas, Flávias, Jaquelines, Camilas, Maisas e tantas outras domésticas – empregadas, criadas ou donas de casa – do meu tempo presente, percebi que, mesmo com a conquista de tantos direitos – ao estudo, ao voto, ao divórcio etc. –, a equidade ainda está muito distante.

²⁹⁸ Cf. matéria: Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon. Disponível em: <https://istoe.com.br/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa-no-leblon/>. Acesso em: 9 abr. 2020.

²⁹⁹ Cf. matéria: Chefe da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio à pandemia do coronavírus. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 9 abr. 2020.

Essa observação me levou a perceber que, na corrida da vida, algumas pessoas se encontram em desvantagem em relação a outras. Nessa corrida, algumas pessoas param – ou diminuem muito o passo – para cuidar de outras; a passos muito lentos, levam anos para concluir seus estudos, para dar prosseguimento em suas carreiras profissionais, colocando-se ou sendo colocadas em uma condição de vulnerabilidade.

Por isso, esta dissertação buscou se debruçar sobre o trabalho doméstico observando suas múltiplas dimensões. Meu principal objetivo foi dar historicidade a um tema que, ainda hoje, é marcado pela invisibilidade, por seu caráter reprodutor de pobreza travestido de noções naturalizadas que designam de modo desigual as responsabilidades cotidianas para homens e mulheres.

Como visto, as donas de casa são domésticas que, em nome do amor, do afeto e de um processo de naturalização do trabalho doméstico, são impelidas a colocar em segundo plano seu sustento financeiro, renunciando a uma atividade remunerada para cuidar – leia-se trabalhar – da sua família. Sem recursos financeiros ou direitos trabalhistas, as donas de casa se tornam vulneráveis e dependentes do provedor da família, que, por sua vez, se valendo de uma gama de trabalhos realizados gratuitamente, tem à sua disposição “tempo” para se dedicar às chamadas atividades “produtivas”.

Já as criadas, propôs-se neste texto, são domésticas que foram inseridas no ofício à revelia de suas próprias vontades pelo interior de famílias que as acolhiam como “filhas de criação”. Meninas órfãs, sem uma parentela à qual pudessem recorrer caso sofressem violências ou abusos, sem ter uma casa para retornar após um dia de trabalho e sem ter como estabelecer, de modo claro, quem eram seus pais e quem eram seus patrões.

As empregadas, por sua vez, eram mulheres diferentes das criadas porque tinham a clareza de se encontrar em uma relação de trabalho, ainda que confusa, pela proximidade física e pela ausência de uma legislação que estabelecesse parâmetros nítidos sobre salário, horário de trabalho, direitos e deveres. Por outro lado, eram mulheres muito pobres, na maioria negras, que tinham neste labor um modo de sobrevivência e suprimento de suas necessidades mais básicas, como moradia, roupa e comida.

Foram travados esforços para explicar que nada há de natural nessas “escolhas” ou nesse fluxo que conduz as mulheres ao exercício do trabalho

doméstico, e sim o oposto disso, resultado de batalhas discursivas colossais, de uma construção social erigida através de dos mais variados extratos sociais – jurídicos, religiosos, científicos, semióticos, pedagógicos –, que forjaram um treinamento massivo para o empreendimento dessas funções, desde a infância das meninas até a velhice das mulheres.

Brinquedos, brincadeiras, imagens midiáticas, ditos populares, programas curriculares escolares e artigos de jornais foram algumas das pedagogias culturais utilizadas no engendramento de algumas pessoas para o encargo do gerenciamento das inúmeras incumbências que a vida cotidiana exige de nós, seres humanos.

Ressaltei nesta pesquisa que o exercício do trabalho doméstico é resultado de muito aprendizado e de treinamento diário por anos. Ora, a alquimia da culinária exige saber; o cuidado de doenças exige saber; o costurar de roupas, o bordar, o lustrar das pratas, o lavar das sedas e dos cristais demandam uma corporalidade delicada, gestos precisos, finos e sutis que se aprendem mediante treino, prática e adestração de corpos.

Entre o discurso e o cotidiano, testemunharam-se ações criativas que subvertiam a ordem e a norma, a exemplo da apropriação de pautas nacionais – como a que colocava as mães como protagonistas da educação para a cidadania –, justificando o ingresso das mulheres nas escolas, uma vez que mulheres educadas educam. Foram contemplados também as fugas, os roubos e tantas outras táticas de sobrevivência em uma sociedade hostil aos pobres, sobretudo mulheres.

Muito ainda há que se dizer, demasiadamente há que se falar sobre o trabalho doméstico, pois as assimetrias que procedem dele estão em toda parte: na forma como as domesticidades são vivenciadas, nos modos como se experimenta uma casa, nos utensílios domésticos e nos artefatos que mudam a nossa relação com esse ofício. Fazem-se necessárias, ainda, pesquisas que aprofundem as investigações sobre as escolas domésticas voltadas para a instrução de meninas pobres e o impacto social dessas instituições de ensino, que visavam moldá-las para a subserviência. Almejo que a investigação apresentada colabore para o desenvolvimento de outros estudos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: invenção do “falo”. Uma história do gênero masculino (1920-1940). 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 28.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALTMAN, Raquel Zumbano. Brincando na história. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- AMERICAN Heritage Dictionary of the English Language. 3. ed. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 1992. p. 754. In: SCOTT, Joan. Os Usos e Abusos do Gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.
- ANDRADE, Paula Deporte de; COSTA, Marisa Vorraber. Nos rastros do conceito de pedagogias culturais: invenção, disseminação e usos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p.1-23, 2017.
- ANZALDUA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300015. Acesso em: 4 dez. 2019.
- AREND, Silvia Fávero. Meninas: Trabalho, lazer e escola. In: PINKSY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 82.
- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ATAYDE, Marla Albuquerque. **Mulheres Infanticidas**: O crime de infanticídio na cidade de Fortaleza na primeira metade do século XX. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 2007.
- AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista de Estudos Feministas**, Número Especial, Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec, 1994.
- BAKHTIN, Mikhail. Os Gêneros do Discurso. In: KAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Marta Emília Jacinto. **Cidade na Contramão**: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – PUC, São Paulo, 1996.

BESSIN, Marc. Política da presença: as questões temporais e sexuadas do cuidado. *In*: ABREU, Alice Rangel Paiva et al. (orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **Concepções de Educação Doméstica**: As teses da I Conferência pelo Progresso Feminino – 1922. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/N/Nailda%20marinho%20da%20costa%20bonato.pdf. Acesso em: 30 jul. 2018.

BOUTELDJA, Houria. Raça, Classe e Gênero: uma nova divindade de três cabeças. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 5-9, dez. 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/20686/13991>. Acesso em: 4 dez. 2019.

BRASIL. **Código Civil**: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, acompanhada de legislação complementar, súmulas e índices. Adendo especial: Código Civil de 1916. 54. ed. 2003.

BRASIL. **Trabalhadores domésticos**: direitos e deveres. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015. Disponível em: <http://portal.esocial.gov.br/manuais/cartilha-trabalhadores-domesticos-direitos-e-deveres>. Acesso em: 4 dez. 2019.

BRITES, Jurema. Serviço Doméstico: um outro olhar sobre a subordinação. *In*: LISBOA, Maria Regina Azevedo; MALUF, Sônia Weidner (orgs.). **Gênero, cultura e poder**. Florianópolis: Mulheres, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMOZZATO, Viviane Castro. **Da pedagogia às pedagogias**: formas, ênfases e transformações. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Porto Alegre, 2012.

CALDWELL, Kya Lilly. Fronteiras da Diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2000.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017.

CORTES, Iáris Ramalho. A Trilha Legislativa da Mulher. In: **Nova História das Mulheres**. São Paulo. Contexto. P. 260-283. 2012.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito do feminismo: revisitando debates. **Cadernos Pagu**, n. 19, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & A Rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Ângela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Geledés**, 12 set. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 4 dez. 2019.

DIEESE. **Emprego Doméstico**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/empregoDomestico.html>. Acesso em: 4 dez. 2019.

ELLWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Nunca fomos humanos**: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FARGE, Arlete. As Luzes e a virilidade inquieta. In: GEORGES, Vigarello (org.). **História da Virilidade**: A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Nôvo Dicionário da Língua Portuguesa**, Sociedade Editora Portugal Brasil, 1899.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, Sociedade Editora Portugal Brasil, 1913.

FOUCAULT, Michel. **The history of sexuality**. Vol. I: An Introduction. Tradução de Robert Hurley. Nova York: Vintage Books, 1980.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da fome**. Salvador: EDUFBA, 2003.

FREITAS, Idalina Maria Almeida. **Crimes passionais em Fortaleza**: o cotidiano construído nos processos nas primeiras décadas do século XX. 2007. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

GOMES, Maria Adaíza Lima. **“O baluarte do decoro e da moralidade”**: O Jornal O Nordeste e sua atuação no combate aos maus costumes (1922-1927). 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, 2015.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

HAICAULT, Monique. La gestion ordinaire de la vie em deux. *Sociologie du Travail*, Paris, n. 3, 1984. *In*: PORTO, Adriana Corrêa Silva; BENITES, Marcello Riella. Representação política de mulheres na costa do sol e os desafios da equidade de gênero. ANINTER/SH – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 7. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, nov. 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5., p. 7-41, jan. 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 599, set./dez. 2007.

HIRATA, Helena *et al.* (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LIMA, Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Edição revista segundo o novo Acordo Ortográfico. 51. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2013.

LIMA, Tatiana Silva de. **O aprendizado de serviços pessoais**: os ofícios do trabalho doméstico. Recife, 1830-1870. Texto disponibilizado pela própria autora.

LINHARES, Juliana Magalhães. **Entre a casa e a rua**: Trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888). 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 2011.

LINS, Beatriz Accioly. **Diferentes, não desiguais**: a questão do gênero na escola. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MEDEIROS, Aline da Silva. **Trabalhos de Parto**: A Maternidade João Moreira da Rocha e o corpo feminino em Fortaleza (1915-1933). 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

MELLO, Soraia Carolina de. **Feminismos de segunda onda no Cone Sul problematizando o trabalho doméstico**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MELLO, Soraia Carolina de. **Discussões feministas na imprensa para mulheres**: Revista Cláudia e o trabalho doméstico (1970-1989). 2016. Tese de (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; GRILLO, Maria Ângela de Faria (orgs.). **Cultura, Gênero e Infância**: Nos labirintos da História. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

NEVES, F. C. . A Seca na História do Ceará. In: SOUZA, Simone de (org.). **Uma Nova História do Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011.

PERROT, Michelle (org.). **História da Vida Privada, 4: Da Revolução francesa à Primeira Guerra**. Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffly. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PIMENTEL, F. de Menezes. **Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa**. Estado do Ceará. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1936.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo, Contexto, 2015, p. 111-143.

PINKSY, Carla Bassanezi. **Imagens e Representações 1: A Era dos modelos rígidos**. In: PINKSY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Persel Abramo, 2003.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha: Multigraf Editora, 1993.

PONTE, Rogério Sebastião. **A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle**. In: SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2007.

PRADO, Danda. **Ser esposa: a mais antiga das profissões**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RABENHORST, Eduardo Ramalho; CAMARGO, Raquel Peixoto do Amaral. **(Re)presentar: contribuições feministas à noção da representação**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, n. 3, set./dez. 2013. p. 981-1000.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

REIS, Nathália Dothling. **Descolonizando o Gênero: mulheres negras e não brancas no pensamento científico**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO O GÊNERO, 11. 13. **Anais [...]** Florianópolis, 2017.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração do Ceará: Isolamento e Poder na Seca de 1932**. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

RIZZINI, Irma. **Pequenos trabalhadores do Brasil**. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ROCHA, Raquel Caminha. “**Aparta que é briga**”: discurso, violência e gênero em Fortaleza. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, 2011.

RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. **Os Párias da Modernidade na “Terra da Luz”**: “a gente ínfima” de Fortaleza no processo de regulação da mão de obra urbana (1877-1912). 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2018.

ROHDEN, Fabíola. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p.133-152, jun. 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação: mulheres educadas e a educação de mulheres. In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 14. (Coleção Primeiros Passos)

SCHWEBEL, Dominique Fougeyrollas. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena *et al.* (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p.13.

SCOTT, Ana Sílvia. Família: O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 15-42.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 16, jan./abr. 2005.

SCOTT, Joan. Os Usos e Abusos do Gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.

SECRETO, Verônica *et al.* (orgs.). **A História em Processo: Ações Criminais em Fortaleza (1910-1950)**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006.

SILVA, Antônio Moraes da. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Diocleciana Paula da. **Do Recato à Moda: Moral e Transgressão na Fortaleza dos anos 1920**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

SILVA, Larissa Almeida Custódio da. **Feminismos de Primeira Onda no Ceará: paradoxos e possibilidades a partir as disputas pelo voto feminino na imprensa (1900-1933)**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação: um vocabulário**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOIHET, Rachel. Sutileza, Ironia e Zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. *In: Labrys: estudos feministas*, n. 4, ago./dez. 2003.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

SOUSA, Noélia Alves de. **A liberdade é vermelha?** Um estudo da violência contra mulheres em Fortaleza, nas décadas de 20 e 30 do século XX. 1997. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997. p. 182.

SOUZA, Flávia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. *In: Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 292.

VALOBRA, Adriana. Violências silentes. *In: TORNQUIST, Carmen Susana et al. (orgs.). Leituras de resistência: corpo, violência e poder*. Florianópolis: Mulheres, 2009. p. 119-143.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade Negada. *In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins. **As mulheres na expansão material de Fortaleza nos anos de 1920 e 1930**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. **A Família na Seara dos Sentidos: domicílio e violência no Ceará (1780-1850)**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FONTES

Inventário do Projeto Conservar para Preservar, Preservar para Conhecer – PET História UFC.

Periódicos

A Ordem: Trabalho e Justiça.

A Razão

Diário da Manhã

O Sitiá

O Ceará

Processos Criminais

APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Ferimentos. 1920/07.

APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Ferimentos. 1921/13.

APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Crime Contra a Propriedade. 1923/9

APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais. Crime Contra a Propriedade. 1922/4.

APEC. Tribunal de Justiça, Ações Criminais, Crime de Ferimentos. 1929.

APEC. Tribunal de Justiça, Ações Criminais, Crime de Sedução e Defloração. 1937/01.

APEC. Tribunal de Justiça. Ações Criminais, Crime Contra a Propriedade. 1938.